

**UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI**

**Mestrado Profissional Interdisciplinar em Ciências Humanas**

**Laís Naiara Alves Ferreira**

**EXPERIÊNCIA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: Um estudo de caso sobre a Associação  
dos Catadores de Materiais Recicláveis de Diamantina**

**Diamantina**

**2018**

**Laís Naiara Alves Ferreira**

**EXPERIÊNCIA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: Um estudo de caso sobre a Associação  
dos Catadores de Materiais Recicláveis de Diamantina**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Adriana Gomes de Paiva

**Diamantina**

**2018**

Ficha Catalográfica – Sistema de Bibliotecas/UFVJM  
Bibliotecário Ivanilton Antônio de Oliveira CRB-6/3359

F383e Ferreira, Laís Naiara Alves.  
Experiência de economia solidária: um estudo de caso sobre a  
Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Diamantina /  
Laís Naiara Alves Ferreira. - Diamantina, 2018.  
106 p. : il., tabs., gráfs.

Orientadora: Adriana Gomes de Paiva

Dissertação (Mestrado Profissional - Programa de Pós-  
Graduação em Ciências Humanas – Universidade Federal dos Vales  
do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2018.

1. Resíduos sólidos. 2. Economia social. 3. Coleta seletiva de  
lixo. I. Paiva, Adriana Gomes. II. Título. III. Universidade Federal dos  
Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

**CDD 363.7282**

Elaborada com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

**Laís Naiara Alves Ferreira**

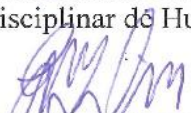
**EXPERIÊNCIA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: Um estudo de caso sobre a Associação  
dos Catadores de Materiais Recicláveis de Diamantina**

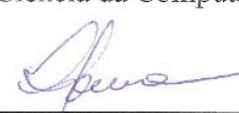
Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Adriana Gomes de Paiva

Data de aprovação 27 / 04 / 2018

  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Adriana Gomes de Paiva  
Faculdade Interdisciplinar de Humanidades - UFVJM

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Ms. Erinaldo Barbosa da Silva  
Departamento de Ciência da Computação- UFVJM

  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Lilian Simone Godoy Fonseca  
Faculdade Interdisciplinar de Humanidades - UFVJM

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho não seria possível sem as pessoas que ao longo dele estiveram presentes e contribuíram de maneira direta e indireta para a sua realização. Mais do que uma experiência acadêmica, foi uma experiência de vida. Por isso, agradeço imensamente a todos que sempre me apoiaram e acreditaram em mim. Agradeço as pessoas e as instituições que contribuíram para a realização dessa pesquisa. Os esforços coletivos de todos foram imprescindíveis para atingir esse propósito. Assim, espera-se que os resultados alcançados possam de fato contribuir para os catadores de materiais recicláveis, para que os trabalhos por eles realizados possam prosperar.

A Deus pela força espiritual, por me iluminar, me guiar.

A minha mãe, que sempre se empenhou para o favorecimento dos meus estudos.

Aos catadores da ACAD, que me receberam e me acolheram ao longo do trabalho de extensão que resultou no presente trabalho contribuindo para minha aprendizagem de vida, minha gratidão!

A professora Tarcila, de quem tive o prazer de ser bolsista no projeto de extensão, que deu origem a este trabalho, minha gratidão por toda essa caminhada ao longo desses anos.

Ao professor Pacelli, pela força e empenho para que eu pudesse concretizar este projeto através da bolsa de iniciação científica.

A professora Adriana, minha orientadora agradeço pelo empenho, dedicação, compreensão e paciência comigo ao longo de todo o trabalho.

Aos professores que contribuíram para o aprimoramento da pesquisa e fizeram parte das bancas de qualificação e de dissertação. Professora Lílían, professora Kátia, professor Marcos, professor Ricardo e professor Erinaldo.

Todos os meus os prezados professores, que contribuíram para minha aprendizagem, favorecendo meus conhecimentos adquiridos.

Aos meus tios, tias, primos e primas que sempre torceram pelo meu sucesso nos estudos.

Aos meus colegas pelo apoio e incentivo nessa caminhada.

A Mariana, Érika e Ana Paula que se dispuseram a me ajudar de maneira direta e indireta para minha permanência, favorecendo assim a concretização desta pesquisa.

Rodrigo, pela disponibilidade de fornecer dados utilizados na pesquisa.

Ao senhor Roberto e a senhora Regina, pelo acolhimento, minha gratidão!

A todos, meu muito obrigada!!!

No meio das coisas jogadas fora pela cidade vivia uma população de pessoas, elas também jogadas fora, postas à margem, ou então pessoas que tinham se jogado fora por vontade própria, ou que tinham se cansado de correr pela cidade para vender e comprar coisas novas destinadas a envelhecer imediatamente; pessoas que tinham decidido que somente as coisas jogadas fora eram a verdadeira riqueza do mundo. (Calvino, 2007).

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar o funcionamento de uma experiência de geração de renda inspirada nos princípios da economia solidária, a saber, as atividades produtivas da Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Diamantina (ACAD). Para realizar o estudo de caso sobre a ACAD, a metodologia utilizada nesta pesquisa consistiu em um levantamento bibliográfico, jurídico e documental sobre diversos temas e problemas relativos a esse tipo de experiência. Em primeiro lugar, foram analisadas questões centrais referentes aos princípios da economia solidária, seus objetivos e problemas, assim como o trabalho dos catadores de materiais recicláveis. Posteriormente, foi realizado um levantamento a respeito das políticas públicas de resíduos sólidos em nível nacional, estadual e municipal. No último capítulo, foi realizado um estudo sobre os documentos e sobre parte do cotidiano da referida associação observado durante a participação em um projeto de extensão, com o objetivo de compreender seu funcionamento, suas características, seus desafios e suas relações com o poder público local. Verificou-se, por fim, que a ACAD tem apresentado dificuldades para manter seu funcionamento de acordo com os princípios da economia solidária e para se manter de forma autônoma em relação à Prefeitura Municipal de Diamantina.

**Palavras-chave:** Catadores de materiais recicláveis; Economia Solidária; Políticas de Resíduos Sólidos.





## **ABSTRACT**

The present work aims to analyze the functioning of an income generation experience inspired by the principles of solidarity economy, namely, the productive activities of the Association of Collectors of Recyclable Materials of Diamantina (ACAD). In order to carry out the case study on ACAD, the methodology used in this research consisted of a bibliographic, legal and documentary survey on various themes and problems related to this type of experience. Firstly, central issues were discussed concerning the principles of solidarity economy, its objectives and problems, as well as the work of collectors of recyclable materials. Subsequently, a survey was carried out on the public policies of solid waste at national, state and municipal levels. In the last chapter, a study was carried out on the documents and part of the quotidian of this association observed during the participation in an extension project, with the objective of understanding its functioning, its characteristics, its challenges and its relations with local public power. Finally, it was verified that ACAD has presented difficulties to maintain its operation in accordance with the principles of the solidarity economy and to maintain itself autonomously in relation to the Municipality of Diamantina.

**Keywords:** Recyclable material pickers. Solidarity economy. Solid waste policies.



## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

<b>Fluxograma 1 – Cadeia Produtiva Resíduos Sólidos em Diamantina/MG.....</b>	<b>89</b>
<b>Gráfico 1– Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil 2015 .....</b>	<b>50</b>
<b>Gráfico 2- Destino Final do “Lixo” em Diamantina 2010 .....</b>	<b>88</b>
<b>Mapa 1- Municípios integrantes do Vale do Jequitinhonha.....</b>	<b>61</b>

## **LISTA DE TABELAS**

<b>Tabela 1 – Diferença entre Associação e Cooperativa.....</b>	<b>30</b>
<b>Tabela 2 – Panorama das Cooperativas no Brasil .....</b>	<b>38</b>
<b>Tabela 3 – Quantidade de Municípios por tipo de disposição adotada 2015 .....</b>	<b>49</b>
<b>Tabela 4 – A população do Vale do Jequitinhonha 1980-2007 .....</b>	<b>61</b>
<b>Tabela 5 – Composição gravimétrica dos resíduos 2010 .....</b>	<b>89</b>

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ABRELPE	Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais
ACAD	Associação dos Catadores de Diamantina
ACI	Aliança Cooperativa Internacional
AGU	Advocacia-Geral da União
AMAJE	Associação dos Municípios da Microrregião do Alto do Jequitinhonha
ASMARE	Associação de Catadores de Papel Papelão e Material Reaproveitável
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CEMIG	Companhia Energética de Minas Gerais
CF	Constituição Federal
CHN	Carteira Nacional de Habilitação
CMRR	Centro Mineiro de Referência em Resíduos
COPAM	Conselho Estadual de Política Ambiental
DRPU	Diagnóstico Rápido Participativo Urbano
DTGR	Diagnóstico Técnico da Geração de Resíduos
EPI's	Equipamento de Proteção Individual
ETE	Estação de Tratamento e Esgoto
EVA	Acetato de Vinila
FEAM	Fundação Estadual de Meio Ambiente
FMMA	Fundo Municipal de Meio Ambiente
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
INSEA	Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
LEV's	Local de Entrega Voluntária
LO	Licença de Operação
MCC	Mondragón Corporación Cooperativa
MNCR	Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis

MTE	Ministério de Trabalho e Emprego
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
OCERGS	Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul
PEAD	Polietileno de alta densidade
PEBD	Polietileno de baixa densidade
PECS	Plano Estadual de Coleta Seletiva
PERS	Política Estadual de Resíduos Sólidos
PET	Politereftalato de etileno
PEV's	Ponto de Entrega Voluntária
PMD	Prefeitura Municipal de Diamantina
PNRS	Política Nacional de Resíduos Sólidos
PP	Polipropileno
PROCAJ	Projeto Caminhando Juntos
PS	Poliestireno
PVC	Policloreto de vinila
RSU	Resíduos Sólidos Urbanos
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SUPRAM	Superintendência Regional de Regularização Ambiental
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
UFVJM	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
UNOPAR	Universidade Norte do Paraná

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>1 ECONOMIA SOLIDÁRIA .....</b>	<b>14</b>
1.1 Breve histórico da Economia Solidária .....	14
1.2 O princípio da Autogestão .....	25
1.3 A diferença entre Associação e Cooperativa .....	30
1.4 As Cooperativas de Produção .....	35
<b>2 AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA RESÍDUOS SÓLIDOS .....</b>	<b>40</b>
2.1 A Política Nacional de Resíduos Sólidos .....	40
2.2 A Política Estadual de Resíduos Sólidos .....	55
2.3 A Política de Resíduos Sólidos no Município de Diamantina .....	60
<b>3 UMA EXPERIÊNCIA DE COLETA DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: O CASO ACAD .....</b>	<b>66</b>
3.1 Histórico do processo de inserção dos catadores no mundo do trabalho .....	66
3.2 Histórico da Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Diamantina .....	69
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>93</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>96</b>
<b>ANEXO A – ACESSO À DOCUMENTAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS CATADORES DE DIAMANTINA .....</b>	<b>106</b>

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho analisa a Associação de catadores de resíduos sólidos que funciona no município de Diamantina, em Minas Gerais. A Associação dos Catadores de Diamantina (ACAD) funciona desde 2010 e atua com o apoio da Prefeitura Municipal. Dessa forma, o objetivo do estudo é entender o funcionamento da instituição, as atividades laborais de seus associados, suas características e suas dificuldades, assim como o relacionamento com o poder público local e com as políticas mais abrangentes de resíduos sólidos, nas esferas federal, estadual e municipal.

A proposta de pesquisa possui os seguintes objetivos específicos: analisar histórica e criticamente o processo de formação dos catadores de materiais recicláveis, junto às políticas públicas vigentes no Brasil; identificar as estratégias e as ações referentes à gestão de resíduos sólidos, previstos em legislações e programas nacionais, estaduais e municipais que os regulamentam e sua realização no município; apontar a condição na qual se encontram os catadores(as) organizados na associação do município.

A metodologia utilizada na pesquisa consiste na leitura de pesquisas, livros e artigos que abordam temas como: economia solidária, políticas de resíduos sólidos e os casos relacionados às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis. Desse modo, foi realizada uma revisão bibliográfica a respeito dos assuntos acima citados. Além disso, foi feita uma análise de documentos governamentais sobre as políticas de tratamento de resíduos sólidos em nível federal, estadual e municipal. Por fim, foi realizado um estudo de caso com base na análise de documentos sobre a associação de catadores localizada no município de Diamantina. Para tanto, o funcionamento da instituição foi descrito a partir de um processo de observação local, que se baseou no acompanhamento dos catadores por meio de um projeto de extensão vinculado à Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, no período de 2013 à 2016.

Assim, como instrumento metodológico para o estudo de caso, leva-se em consideração o que, segundo Antunes e Cesar (2008), compreendem serem elementos necessários a serem tratados:

Para se discutir o Método do Estudo de Caso três aspectos devem ser considerados: a natureza da experiência, enquanto fenômeno a ser investigado, o conhecimento que se pretende alcançar e a possibilidade de generalização de estudos a partir do método. Essas três considerações são típicas de pesquisas de natureza qualitativa. (Antunes e Cesar, 2008, p. 3).



Desta forma, primeiramente no que se refere à natureza da experiência, utiliza-se uma narrativa histórica, no intuito de descrever o funcionamento da ACAD, com base nas seguintes questões norteadoras: como surgiu a ACAD? Como ela funciona? Como se dá a relação com o poder público local e como a ACAD está associada com a economia solidária? Esta última pergunta, por exemplo, busca verificar como ocorre a inserção dos catadores dentro desse paradigma econômico e se eles sentem incluídos. Por fim, são utilizados documentos produzidos pela ACAD para auxiliar a análise.

Como apontam Antunes e Cesar (2008), em relação à possibilidade de generalização de estudos a partir do estudo de caso, acredita-se que, a partir de uma experiência em particular, encontram-se várias outras na mesma situação, e também experiências que tem se realizado com modelos a serem compreendidos. Desta forma, é importante compreender as especificidades de um caso, de modo a compartilhar experiências e também pensar e apontar possíveis soluções para o que se investiga.

No que se refere à metodologia de estudo de caso, Ventura (2007, p. 383) afirma que “em relação aos estudos de caso, deverá haver sempre a preocupação de se perceber o que o caso sugere a respeito do todo e não o estudo apenas daquele caso.”. Ou seja, apesar de priorizar um caso específico, ele pode ajudar a entender outras situações e fenômenos sociais similares.

De acordo com Yin (2010, p. 24):

O estudo de caso é usado em muitas situações, para contribuir ao nosso conhecimento dos fenômenos individuais, grupais, organizacionais, sociais, políticos e relacionados. Naturalmente, o estudo de caso é um método de pesquisa comum na psicologia, sociologia, ciência política, antropologia, assistência social, administração, educação, enfermagem e planejamento comunitário. Os estudos de caso são encontrados até mesmo na economia, em que a estrutura de um determinado setor industrial ou a economia de uma cidade ou região pode ser investigada. Em todas essas situações, a necessidade diferenciada dos estudos de caso surge do desejo de entender os fenômenos sociais complexos.

Assim, a metodologia do estudo de caso permite que os fenômenos estudados sejam analisados de maneira particular sem deixar de guardar relação com outras situações mais complexas. A seguir, são descritos de maneira breve os capítulos.

No primeiro capítulo busca-se analisar o conceito da economia solidária com o objetivo de entender essa proposta econômica, a partir de discussões históricas que tratam das questões econômicas, políticas, sociais e culturais. Entender as propostas ligadas à economia solidária pode ajudar a elucidar o papel dos catadores de materiais recicláveis nesse processo, e a compreender o processo de empenho da categoria e como suas relações têm sido

estabelecidas. Também é necessário buscar o entendimento da ideia de autogestão, um dos princípios da economia solidária. Em seguida, faz-se uma análise de duas possíveis formas de expressão dessa proposta econômica, por meio dos modelos associativista e cooperativista. E, por último, busca-se verificar o modelo que seja mais plausível para os que trabalham com o processo da catação de materiais recicláveis, ao tratar das cooperativas de produção.

O processo econômico em que se encontram os catadores de materiais recicláveis é marcado pela exclusão do sistema capitalista de produção, em uma sociedade do consumo que gera resíduos sólidos. Segundo Lima *et al.* (2011):

A “questão do lixo”, problema típico da sociedade de consumo, é mais grave em países periféricos, nos quais coexistem formas de vida baseadas em padrões de consumo do primeiro mundo com a exclusão social típica do terceiro mundo. Por isso, faz parte da cena urbana das grandes e médias cidades a figura do catador, que se consitui no encontro da exclusão social com a produção de lixo em grande escala. (LIMA *et al.*, 2011, p. 132).

Por não estarem aptos a atenderem as demandas de qualificação profissional, algumas pessoas se submetem a outras formas de trabalho para garantir a própria sobrevivência e de suas famílias, como o trabalho de coleta de materiais recicláveis nas áreas urbanas. No que se refere aos empreendimentos de economia solidária, como o caso de associações e cooperativas, preza-se por um modo de produção e distribuição mais justo, no qual não ocorra exploração e/ou abuso de trocas comerciais elevadas. Essa forma de organização prevê maior igualdade em relação às trocas econômicas, com maior grau de participação efetiva de todos os indivíduos em todos os processos, por meio de um trabalho coletivo organizado, com base na democracia nas tomadas de decisões.

No segundo capítulo, são analisadas as políticas públicas regulatórias de resíduos sólidos e a forma pela qual elas incluem os catadores de materiais recicláveis no processo da coleta seletiva solidária. Além disso, são descritas as próprias políticas regulatórias propostas pelo governo federal, estadual e municipal.

E, por último, no terceiro capítulo, foi realizado o estudo sobre a Associação dos Catadores de Diamantina (ACAD) para compreender o seu funcionamento e para entender as suas relações com a municipalidade. Assim, busca-se apresentar como vem ocorrendo o processo de coleta seletiva no município. Nesse sentido, trata-se de analisar também a situação do tratamento dos resíduos sólidos no município de Diamantina, como ela tem ocorrido e a prestação do serviço realizada pela associação de catadores do município.

Em relação ao processo de coleta de resíduos, análises afirmam que ela seria o melhor caminho para a destinação dos resíduos sólidos. Acredita-se que a melhor rota

tecnológica seja a que tem o controle social<sup>1</sup>, a participação dos cidadãos e dos catadores(as) no planejamento, na execução da limpeza urbana. Pois, baseia-se na redução da geração de resíduo, na garantia da inclusão social e na diminuição da desigualdade social. Existem muitos caminhos tecnológicos para o tratamento de RSU (Resíduos Sólidos Urbanos) ofertados aos gestores públicos que atendem as exigências da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) no Brasil. Trata-se de considerar que a coleta seletiva solidária, realizada pelos catadores(as), seria uma forma de mobilização para o processo de justiça social.

---

<sup>1</sup> Desde os anos 70, os movimentos sociais que lutam pela democratização da sociedade brasileira buscam o direito de intervir nas políticas públicas através da criação de mecanismos de controle social. Controle social é uma forma de compartilhamento de poder de decisão entre Estado e sociedade sobre as políticas, um instrumento e uma expressão da democracia e da cidadania. Trata-se da capacidade que a sociedade tem de intervir nas políticas públicas. Esta intervenção ocorre quando a sociedade interage com o Estado na definição de prioridades e na elaboração dos planos de ação do município, do estado ou do governo federal. O controle social pode ser realizado tanto no momento da definição das políticas a serem implementadas, quanto no momento da fiscalização, do acompanhamento e da avaliação das condições de gestão, execução das ações e aplicação dos recursos financeiros destinados à implementação de uma política pública. (PÓLIS, 2008, p.1).

## Capítulo I

### ECONOMIA SOLIDÁRIA

O presente capítulo tem como proposta analisar a conjuntura econômica para melhor compreensão da profissão do catador no mundo do trabalho. Pois, a partir da análise do sistema econômico capitalista, busca-se verificar como ocorre a tentativa de inserir ou desenvolver outro sistema que se pautela pela ideia de estabelecer relações econômicas mais justas. Para isso, uma breve análise histórica será realizada a fim de auxiliar a discussão dessa temática. Assim, a discussão trata do conceito de economia solidária com o objetivo de entender um de seus principais princípios, a questão da autogestão. Posteriormente, faz-se uma análise de duas possíveis formas de expressão dessa proposta econômica, por meio dos modelos associativista e cooperativista. E, por último, tenta-se verificar o modelo que seja mais plausível para os que trabalham com o processo da catação de materiais recicláveis.

#### 1.1 Breve histórico da Economia Solidária

No que se refere ao conceito de economia solidária, observa-se a existência de várias vertentes teóricas que abordam o assunto, apontando aspectos positivos e negativos. Segundo Gaiger, (2016, p. 4) a diversidade conceitual:

Refere-se ao fato de que, em razão de sua diversidade e heterogeneidade, os empreendimentos de economia solidária não comportam uma apreensão única, capaz de abrangê-la globalmente em suas manifestações empíricas.

Ou seja, a economia solidária aparece sob várias formas econômicas. Além disso, sua origem é imprecisa e a nomenclatura nem sempre foi essa.

Assim, em relação à etimologia que se refere à Economia Solidária a apreensão do termo tem diferenças diante dos referenciais teóricos, desta forma que a sua concepção tem aproximações com outros vocábulos como a exemplo da Economia Social (PINHEIRO, 2013). No entanto, ao apresentar características singulares com outras terminologias que se identificam no campo econômico e ao mesmo tempo por ter outras propostas, definições e aspectos diferentes faz com que as ações ocorram separadamente, torna-se assim um campo frágil e fragmentado por outro lado. Segundo Pinheiro (2013, p. 98):

Já no que se refere à relação da Economia Solidária com etimologias como Economia Informal, Economia Popular e Economia dos Setores Populares, França Filho (2002b, p.15), Arroyo e Schuch (2006) abordam que existem diferenças principalmente na

Economia Informal que geralmente se trata de “formas que assumem microprojetos individuais, conformando uma espécie de simulacro precário de práticas mercantis não oficiais, e não apresentando, uma articulação com uma base social local precisa.” (...). Referente ao termo Economia Popular, França Filho (2002b, p.16) afirma que este é limitado por muitas vezes atribuir apenas um caráter de geração e renda, e de um lugar subordinado na dinâmica socioeconômica mais geral, “ na qual sua representação é comumente associada à visão de uma espécie de economia dos centavos ou economia dos pobres, destituída de um alcance maior e transformador.”.

Em relação ao conceito de Economia Solidária, de acordo com a perspectiva de Paul Singer, pode-se verificar que:

A Economia Solidária se trata de um programa que se fundamenta na tese de que as contradições do capitalismo criam oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas solidárias, cuja lógica é oposta ao modo de produção dominante. (PINHEIRO, 2013, p. 89).

Segundo a definição do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE, 2015):

A Economia Solidária é um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Enquanto na economia convencional existe a separação entre os donos do negócio e os empregados, na economia solidária os próprios trabalhadores também são donos.

Dessa forma, segundo Singer, (2010, p. 24) “A economia solidária nasceu pouco depois do capitalismo industrial, como reação ao espantoso empobrecimento dos artesãos provocado pela difusão das máquinas e da organização fabril da produção.”. Na concepção de Singer (2010), esse movimento de economia solidária, é visto como uma proposta oposta ao sistema econômico capitalista. Uma forma econômica que busca englobar vários tipos de segmentos econômicos e ainda traz em seu âmago uma proposta embasada na reciprocidade e solidariedade. Essas características de solidariedade e reciprocidade como base da atividade econômica poderiam ser vistas também antes do capitalismo. De acordo com Costa e Gomez, (2005, p. 520):

Historicamente, as bases da economia solidária já se encontravam presentes na Idade Média, nas guildas, confrarias, corporações de ofício e associações de solidariedade entre trabalhadores. Do movimento associativista operário da primeira metade do século XIX, na Europa, emergiu também um grande número de experiências solidárias largamente influenciadas pelo ideário da ajuda mútua, da cooperação e da associação.

Assim, pode-se considerar que esse movimento econômico de base solidária já se manifestava antes do capitalismo industrial, como aponta Costa e Gomez (2005), em oposição ao que diz Singer (2010), pois esses autores divergem em relação à data de surgimento dessas práticas econômicas solidárias, mas, em relação ao posicionamento conceitual, compactuam com as mesmas perspectivas. Por isso, posteriormente, se encontrarão na mesma linha teórica. Contudo, as práticas econômicas realizadas durante a Idade Média eram de cunho social,

pautadas por valores de solidariedade e cooperação.

Entretanto, o movimento de Economia Solidária, de acordo com Singer (*apud* Pinheiro, 2013, p. 95) considera que “a Economia Solidária teve suas inspirações nos socialistas libertários<sup>2</sup> e no movimento cooperativista do século XIX.”. Para Singer, o cooperativismo iniciou-se na Europa, a partir da primeira metade do século XIX (2010, p. 39-40):

Em 1844, adotaram uma série de princípios, que seriam depois imortalizados como os princípios universais do cooperativismo: 1º) que nas decisões a serem tomadas cada membro teria direito a um voto, independentemente de quanto investiu na cooperativa; 2º) o número de membros da cooperativa era aberto, sendo em princípio aceito quem desejasse aderir. Por isso, este princípio é conhecido como o da “porta aberta”; 3º) sobre capital emprestado a cooperativa pagaria uma taxa de juros fixa; 4º) as sobras seriam divididas entre os membros em proporção às compras de cada um na cooperativa; 5º) as vendas feitas pela cooperativa seriam sempre feitas à vista; 6º) os produtos vendidos pela cooperativa seriam sempre puros (isto é, não adulterados); 7º) a cooperativa se empenharia na educação cooperativa; 8º) a cooperativa manter-se-ia sempre neutra em questões religiosas e políticas.

Ao contrário, Menezes (2007) e Wellen (2008) consideram que a economia solidária é insegura na sua forma de organização, relações de seguridade e garantias trabalhistas, alimentando ainda mais os modos de produção capitalista, por possuir uma mão de obra barata e por se manter de maneira precária. Entretanto, pode-se afirmar que a recente reforma trabalhista, lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017 (BRASIL, 2017b), tornaria o mercado formal de trabalho ainda mais precário e inseguro, do que os empreendimentos da economia solidária, como afirmam seus críticos.

Deste modo, tanto a economia solidária quanto o sistema capitalista de produção podem oferecer precárias condições de trabalho, porém, o sistema vigente não se preocupa em melhorar essas situações instáveis do trabalho. Sua preocupação não seria com os indivíduos que participam, ao contrário da economia solidária, que visa em primeiro plano as relações sociais estabelecidas entre as pessoas. Contudo, Gaiger (2003) aponta que as empresas solidárias são reféns do sistema atual querendo ou não, pois dependem dele para efetivar suas práticas econômicas:

---

<sup>2</sup> Em 1844, quando acontecia essa Revolução, os empresários do setor de produção na Inglaterra, estavam em ascensão com a exploração dos miseráveis operários que trabalhavam em condições desumanas. Frente ao quadro desolador, 27 tecelões e uma tecelã foram pioneiros e se reuniram no bairro de Rochadalle (Manchester) e criaram um simples armazém cooperativo de consumo, sob o nome de “Sociedade dos Equitativos Pioneiros de Rochadalle”, como citam Gimenes e Gimenes (2006) e Figueiredo (2000). Esses operários economizaram durante um ano, uma libra cada, para integralizar na constituição do empreendimento. (...). Nascia ali o cooperativismo com cunho econômico e social, o que iniciaria o sistema cooperativista mundial. Confirma Figueiredo (2000) que as ideias do cooperativismo nasceram de uma corrente liberal dos socialistas utópicos, sob a égide de ideais de justiça e fraternidade. Os Pioneiros foram os que adaptaram essas idéias criando a organização formal - a cooperativa, como meio de sobreviver à crise, pois, ainda para a mesma autora, o grupo de intelectuais utópicos era formado por 10 homens da Inglaterra e França. (ARÁUJO e SILVA, p. 46).

Podemos igualmente pensar nas empresas autogestionárias presas a cadeias produtivas ou a contratos de terceirização, para concluir que esse déficit de autonomia atesta o caráter incompleto da emancipação do trabalho solidário diante do predomínio do capital, seja na esfera da circulação e distribuição, seja na renovação contínua das forças produtivas. (GAIGER, 2003, p. 195).

Por isso, muitos empreendimentos solidários não conseguem consolidar-se, pois não chegam a se estabelecer no mercado autonomamente. Além do mais, suas relações são frágeis, pois dependem da harmonização da relação entre as pessoas quanto ao capital social, já que dependem de mútua confiança<sup>3</sup>.

A relação de confiança estabelecida no empreendimento solidário entre os participantes também é de fundamental importância, assim como é de grande importância a confiança que é construída com quem realiza suas trocas comerciais. No entanto, é preciso acreditar que haja outra forma econômica mais viável, que possa gerar uma nova consciência e provocar, sucessivamente, novas mudanças na prática. De acordo com Gaiger (2003, p. 201), “esse é o requisito básico, posto nas experiências de economia solidária atualmente em curso, que motiva a ir em busca das possibilidades de cumprimento daquelas exigências”. Ou seja, assim como exposto anteriormente, para que a economia solidária supere as limitações impostas pelo capitalismo e para que ela deixe de ser refém do sistema atual, Gaiger (2003), aponta a necessidade de três exigências:

a) assumir a base técnica herdada do capitalismo, dela retirando benefícios para a sua forma social de produção própria ou, ainda, alcançando desenvolver, paulatinamente, forças produtivas específicas e apropriadas à sua consolidação; b) cotejar-se com os empreendimentos capitalistas, dando provas de superioridade do trabalho associado perante as relações assalariadas, à medida que impulsionam, em seu interior, uma dialética positiva entre relações de produção e forças produtivas; c) resistir às pressões do ambiente econômico, por meio de mecanismos de proteção e da externalização da sua lógica cooperativa às relações de intercâmbio e de troca. Se isto vier a ocorrer, estaremos presenciando uma experiência econômica genuinamente sob a ótica do trabalho, fundada em relações nas quais as práticas de solidariedade e reciprocidade não são meros dispositivos compensatórios, mas fatores operantes no âmago da produção da vida material e social. (GAIGER, 2003, p. 201).

A seguir, são apresentadas as propostas do campo conceitual onde se encontra a economia solidária e os principais argumentos para, assim, apontar qual o percurso desse estudo. Segundo Leite, (2009) existem três correntes teóricas no campo da economia solidária que podem ser observadas enquanto campo de pesquisa: A primeira demonstra que as experiências

---

<sup>3</sup> Segundo Putnam (2006) “O capital social diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas”. (PUTNAM, 2006, p. 177).

de economia solidária possuem princípios e práticas contrários ao sistema capitalista (SINGER, 2010; COSTA e GOMEZ, 2005). A segunda, expõe que é um campo que convive juntamente com práticas capitalistas e com outros tipos de práticas econômicas. (GAIGER, 2003; FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004). E a terceira, menciona que a economia solidária é uma forma de reação momentânea à crise do capitalismo, portanto, quando o sistema estabiliza sua crise, a economia solidária tende a estagnar-se. (CASTEL, 1998).

Assim, muitas vezes, quando a prática econômica solidária se vê como oposição ao capitalismo, ela tende a usar as mesmas armas que o capitalismo utiliza, porém, ao seguir os mesmos princípios do capital, tende a perder seus valores próprios. Segundo Singer, (2001, p. 100) “A economia solidária para ser competitiva no mercado capitalista não pode se furtar à concentração que incorpora progresso técnico”. Aqui, presume-se que a economia solidária, então, seja vista como uma forma de reação que tenta englobar pessoas que estão à margem do sistema econômico atual, só que de maneira mais justa, igualitária e sem exploração de trabalho, no qual o progresso técnico não deve ser visto em primeiro plano, da forma como ocorre no sistema capitalista. Segundo Gaiger (2003), essas experiências poderiam estar apontando não para uma transformação radical da sociedade em seu conjunto, mas para um tipo de convivência com a produção capitalista.

Singer (2010), entretanto, caracteriza a economia solidária com outros valores, opostos ao sistema capitalista. Assim, ele considera que:

A proposta de isolar a economia solidária do seu entorno capitalista só adquiriria efetividade, no sentido de propiciar o surgimento de uma sociedade pós-capitalista, se as unidades produtivas e as comunidades de compras solidárias se integrassem em rede e desenvolvessem padrões de consumo consideravelmente diferentes dos prevalentes na economia capitalista. (SINGER, 2010, p. 119).

Nesse aspecto, Singer (2010) considera que, de fato, a proposta de isolar a economia solidária não teria efetividade se não houvesse uma união das forças produtivas que a compõem, dessa forma, pode-se inferir que, apesar de Singer fazer parte da primeira corrente conceitual exposta anteriormente, que considera as experiências da economia solidária com base em seus princípios e práticas contrários ao sistema capitalista, esta última abordagem avalia que a economia solidária não é um campo isolado, ou seja, compartilha suas práticas com outras formas econômicas.

Já França Filho e Laville (2004, p. 187) entendem que:

A economia solidária constitui muito mais uma tentativa de articulação inédita entre economia mercantil, não-mercantil e não-monetária, ao invés de uma nova forma de economia que viria se acrescentar às formas dominantes de economia, no sentido de uma eventual substituição (...) Nestas experiências, portanto, os recursos plurais:



mercantil, pela venda de produtos ou prestação de serviços; não-mercantil, através de subsídios ou acordos e contratos junto a instituições públicas governamentais ou não-governamentais; e não-monetário, através de contribuições voluntárias, de dádivas, principalmente sob a forma do benevolato (dádiva de si mesmo e de seu tempo).

Desta forma, para os autores, pode-se verificar que a proposta de economia solidária é um campo que se constitui para além das relações econômicas, que tem em vista fortalecer as relações pessoais entre os participantes dessa proposta, pois incorpora o não-mercantil e o fator não-monetário em sua relação, e não se apresenta como uma hegemonia econômica.

O entendimento de economia solidária neste estudo compartilha de características de vertentes teóricas da primeira e segunda abordagem, pois ela demonstra possuir valores e princípios próprios, porém, devido à sua fragilidade, não consegue se estabelecer autonomamente. Essa questão pode ser visualizada na experiência dos Pioneiros Equitativos de Rochdale <sup>4</sup> pois, segundo Cole (*Apud* Singer, 2010): “Os Pioneiros haviam resolvido desenvolver o cooperativismo não à parte do mundo como ele era, mas neste mundo e sujeitos a suas condições limitativas”.

Uma grande mudança que pode ser verificada na economia solidária, em relação ao sistema capitalista, diz respeito ao que considera ser um novo modo de produção e seu modo de organização. Portanto, se faz necessário compreender, aqui, por onde passa seu processo de formação, para compreender o que se propõe ser seu modo de produção. Tendo em vista alguns princípios, tais como: a autogestão, cooperação, democracia, solidariedade, respeito à natureza, valorização e promoção da dignidade do trabalho humano.

O modo de produção faz parte de um processo histórico, no qual os sujeitos ou grupos produzem seus bens materiais, constroem relações sociais e realizam sua cultura (SINGER, 1986; MARX, 2013; BRAZ e NETTO, 2009). Verifica-se que o modo de produção do sistema econômico vigente, o capitalismo, acontece via competição e estímulo à produção individual. Segundo Singer, (1986, p. 139):

Para que o capitalismo se apoderasse de todos os ramos de produção, não bastou, no entanto, sua superioridade econômica. Era preciso que as instituições que regem a vida econômica cessassem de proteger o mais fraco, que a livre concorrência nos mercados reinasse soberana, abolindo-se tarifas protecionistas, regulamentos corporativos, companhias privilegiadas etc. Foi necessário, enfim, o triunfo político do liberalismo para que a máquina, sob a forma de capital industrial, pudesse penetrar em todas as esferas da vida

---

<sup>4</sup> O cooperativismo de consumo, que desempenhou importante papel na difusão do cooperativismo pela Europa a partir de meados do século XIX, teve um começo claro: a famosa cooperativa dos Pioneiros Equitativos de Rochdale, considerada a mãe de todas as cooperativas. Ela surgiu em Rochdale, um importante centro têxtil no norte da Inglaterra, em 1844. Fundada por 28 operários qualificados de diversos ofícios, metade deles owenista, entre seus objetivos estava a criação de uma colônia autossuficiente e o apoio a outras sociedades com este propósito. (SINGER, 2010, p. 39).

produtiva, revolucionando a técnica, arregimentando os produtores e expandindo de modo notável a escala de produção.

Essa perspectiva, que aparece desde os primórdios do capitalismo, nos séculos XVII e XVIII, chega nos séculos XIX e XX com um enorme potencial em relação ao seu processo econômico. Desta forma, segundo Dupas, (1999, p. 14) “A partir da década de 1980, observamos uma intensificação do processo de internacionalização das economias capitalistas que se convencionou chamar de globalização”. Nesse período pode-se verificar que o capital ganhou mais mobilidade para circulação, em relação ao controle dos poderes governamentais, e que houve a redução da implementação das políticas públicas. Pois, a globalização limitaria a autoridade do Estado, reduzindo a sua possibilidade de exercer a administração pública com liberdade de escolha. Nesse sentido, o mercado determina quem fica dentro de suas relações e quem não participa por não estar apto, considerando suas próprias classificações.

Assim, o mercado que, primeiramente, prometeu a possibilidade de novas oportunidades, por estar mais aberto, proporcionando um certo otimismo, foi transformado pelo receio em relação ao desemprego. De acordo com Singer, (1997, p. 7):

O mundo globalizado tornou-se mais aberto e receptivo, mas além das novidades consumíveis, o exterior está nos mandando quebra de empresas, corte de postos de trabalho e crises financeiras.

Desta forma, segundo Singer, (1997) essas consequências são o resultado da ampliação de mercado que transcende para o mercado internacional, o exterior, e da desregulamentação da política. Tais problemas teriam criado mudanças estruturais com o aumento do desemprego e intensificação da exclusão social.

Para mudar esse contexto é que se oferece um novo modo de organização econômica. No que se refere à economia solidária, preza-se por um modo de produção e distribuição mais justo, em que não haja elevada exploração e/ou abuso nas trocas comerciais. Segundo Singer, (2004, p. 7):

Em suma, o desenvolvimento solidário busca novas forças produtivas<sup>5</sup> que respeitem a natureza e favoreçam valores como igualdade e auto-realização, sem ignorar nem rejeitar de antemão os avanços científicos e tecnológicos, mas submetendo-os ao crivo permanente de valores ambientais, da inclusão social e da autogestão.

Neste aspecto, para compreender esse movimento de organização econômica, que

---

<sup>5</sup> As forças produtivas são compostas pelos *meios de trabalho*, -tudo aquilo de que se vale o homem para trabalhar (instrumentos, ferramentas, instalações etc.), bem como a terra, que é um meio universal de trabalho; *os objetos de trabalho*- tudo aquilo (matérias naturais brutas ou matérias naturais já modificadas pela ação do trabalho) sobre que incide o trabalho humano; *a força de trabalho* - trata-se da energia humana que, no processo de trabalho, é utilizada para, valendo-se dos meios de trabalho, transformar os objetos de trabalho em bens úteis à satisfação de necessidades. (BRAZ e NETTO, 2009, p. 58, grifo do autor).

incorpora novos princípios, é necessário entender como ocorre a participação dos indivíduos nesse processo, qual o tipo de participação que se tem com esses novos arranjos estruturais, dadas as condições econômicas, políticas, sociais e culturais onde ocorrem. Pois, esse processo econômico, ou seja, a economia solidária, dialoga com o princípio da democracia, neste caso o da democracia participativa, por ser o princípio que estimula todos a, efetivamente, participarem e tomarem decisões nos empreendimentos coletivos.

Então, é preciso considerar quais seus princípios e ideais, mas também não se pode desconsiderar o território onde atua. Pois, ao contrário do sistema capitalista, que sobrevive independente de outras formas econômicas, a economia solidária é um campo ainda frágil, que não é autônomo. Assim, como justifica Gaiger (2003, p. 194) em sua análise:

A economia solidária não reproduz em seu interior as relações capitalistas, no melhor dos casos as substitui por outras, mas tampouco elimina ou ameaça a reprodução de forma tipicamente capitalista, ao menos no horizonte ora apreensível pelo conhecimento.

A economia solidária pode ser vista como um conjunto de atividades que prevê maior igualdade em relação às trocas econômicas, com maior grau de participação efetiva de todos os indivíduos, em todos os processos, por meio de um trabalho coletivo organizado, com base na democracia nas tomadas de decisões. De acordo com Gaiger (2016, não paginado):

O termo economia solidária ganhou expressão e oficialidade no Brasil a partir dos anos 1990, à medida que despontaram iniciativas econômicas notabilizadas e reconhecidas por sua natureza associativa.

A economia solidária passa a se fortalecer a partir do momento de institucionalização, que ocorre via políticas públicas, através de formulação e implementação. Seu maior marco regulatório, em nível federal, se deu pela Lei nº 10.683 (BRASIL, 2003a) e o Decreto n.4.764 (BRASIL, 2003b), com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) vinculada ao Ministério de Trabalho e Emprego (MTE) em 2003<sup>6</sup>.

O campo da economia solidária também foi sendo fortalecido nos âmbitos estaduais e municipais. Em Minas Gerais, um ano após o marco federal, sancionou-se a Lei nº 15.028, de 19 de janeiro de 2004 (MINAS GERAIS, 2004). Ela instituiu a Política Estadual de Fomento à

---

<sup>6</sup> A Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego, foi criada com a missão de valorizar a cooperação e a autogestão, contribuir para combater a pobreza e a desigualdade social e promover processos de desenvolvimento mais justos e solidários. (MTE, SENAES, 2007), ela foi criada e presidida pelo economista Paul Singer, que permaneceu no cargo durante 13 anos. Atualmente, a SENAES é presidida por Natalino Oldakoski, servidor da Polícia Civil do Paraná, conforme publicado no Diário Oficial da União, o Subsecretário de Economia Solidária, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo art.20, incisos III e IV da Portaria/ GM no 483 de 15 de setembro de 2004, tendo em vista o disposto no art.13 do Decreto no 8.726, de 27 de abril de 2016 e bi art. 4o da Portaria/ GM no 812, de 18 de junho de 2015. (BRASIL, 2017a, p. 105).

Economia Popular Solidária do Estado de Minas Gerais. Em nível municipal trata-se de exemplificar alguns municípios dentre outros que estabeleceram o incentivo à Economia Solidária, como é o caso do município de Varginha, sob a Lei nº 4.980, de 10 de dezembro de 2008 (MINAS GERAIS, 2008b). Ela criou a diretriz e estabeleceu princípios fundamentais e objetivos da Política Municipal de fomento à Economia Solidária naquele município. Outro município que também reconheceu a economia solidária em suas políticas públicas foi Montes Claros, com a Lei nº 3.997, de 16 de julho de 2008 (MINAS GERAIS, 2008a). Ela dispõe sobre a Política Municipal de Economia Popular Solidária, criando o Conselho Municipal de Economia Popular Solidária e o Fundo Municipal de Economia Popular Solidária naquele município.

Foi no município de Montes Claros que a lei da Economia Solidária avançou mais na sua formulação, tendo em vista a formação de um Conselho e de um Fundo para fomentar as práticas solidárias no município. No entanto, outro município também avançou, incentivando a prática de economia solidária, a saber, o município de Nepomuceno, com a Lei nº 469, de 09 de janeiro de 2014 (MINAS GERAIS, 2014). Ela criou as diretrizes e estabeleceu princípios fundamentais e os objetivos da Política Municipal de fomento à Economia Solidária do Município de Nepomuceno.

Além disso, o próprio município de Diamantina, *locus* de discussão deste trabalho, estimulou a inserção da economia solidária como prática econômica do município. O município de Diamantina criou a Lei nº 3.917, de 16 de março de 2016, que dispõe sobre a Política Municipal de Fomento à Economia Popular Solidária (MINAS GERAIS, 2016). Ela também criou o Conselho Municipal de Economia Popular Solidária e o Fundo Municipal de Fomento à Economia Popular Solidária no Município. A criação e implementação da Lei de economia solidária de Diamantina teve como modelo de formulação a lei de Montes Claros (MINAS GERAIS, 2008a), que se encontrava avançada nas discussões.

Entretanto, a forma como o termo de Economia Solidária aparece escrito nas legislações é sob a forma de Economia Popular Solidária, desta forma o termo popular caracteriza-se pelo tipo de formação dos empreendimentos que incluem pessoas excluídas do mercado formal de trabalho e por apresentar os princípios como cooperação, ajuda mútua, ação coletiva. Assim, segundo Goerck (2005, p. 7-8):

A Economia Popular Solidária é oriunda “do conjunto concreto das experiências, atividades e organizações econômicas que se encontram na intersecção entre economia popular e economia solidária” (Razetto, 1999, p. 46). Ou seja, na Economia Popular Solidária, encontramos aspectos de solidariedade em empreendimentos organizados pela economia popular. Porém, nem toda economia popular é de

solidariedade, e, para que seja caracterizada por Economia Popular e Solidária, é necessário que exista cooperação, ajuda mútua, ação coletiva e solidária entre os trabalhadores (Tiriba, 1997). No momento em que a Economia Solidária se viabiliza como uma alternativa econômica das populações mais vulnerabilizadas, é definida como Economia Popular. Com esses aspectos, a Economia Popular Solidária se concretiza quando um determinado grupo de trabalhadores, em condições precárias ou excluídos do mercado de trabalho, se predispõem a organizar empreendimentos com princípios solidários, igualitários e democráticos nas relações de trabalho.

No cenário geral, como os municípios e os estados incentivaram a economia solidária, por meio de políticas públicas, estes fortaleceram os empreendimentos de economia solidária que estavam em andamento e os que ainda estavam por emergir. Nesse sentido, emergem como formas de resistência importantes à realidade atual do mercado de trabalho e adquirem um significado extremamente relevante para os trabalhadores que nelas se inserem, despontando como um elemento central à compreensão de novo momento do mundo do trabalho. De acordo com Gaiger (2016):

Devemos então evitar uma abordagem meramente conjuntural da solidariedade popular, bem como explicações monocausais que tendem a padronizar as suas manifestações pelo fato de refletirem um fator gerador pretensamente comum. Conviria buscar entendê-la antes como um desdobramento de trajetórias humanas que predispueram determinadas categorias sociais ao agir coletivo, a despeito das circunstâncias que possam ter refreado ou estimulado tal conduta.

Desta forma, a partir dessa análise de Gaiger (2016), busca-se realizar este estudo tentando compreender o trabalho de catadores de materiais recicláveis. Pois, partindo do estudo dos catadores de materiais recicláveis, é possível perceber quais são as questões que envolvem tais agentes sociais e suas formas de mobilização frente às transformações do mundo contemporâneo. De acordo com Singer (2010, p. 89):

O caso dos catadores de lixo merece uma menção especial, devido a seu significado social. Recolher material reciclável entre os dejetos é o meio de vida que resta aos que a exclusão social degradou ao máximo. Eles não têm outras alternativas a não ser, talvez, atividades criminosas e a mendicância. Uma grande parte dos que moram na rua ou em lixões se dedica a catar material reciclável. Sendo extremamente pobres, são explorados pelos sucateiros, que lhes adiantam dinheiro para poderem subsistir em troca da entrega do material coletado a preços vis. A única defesa é a união que faz a força: a cooperativa. A cooperativa possibilita compras em comum a preços menores e vendas em comum a preços maiores. Sendo entidade econômica e política, a cooperativa representa os catadores perante o poder público e dele reivindica espaço protegido para armazenar e separar o material recolhido e financiamento para processar parte do material separado, agregando-lhe valor. A cooperativa é uma oportunidade de resgate da dignidade humana do catador e de desenvolvimento da auto-ajuda e da ajuda mútua, que permite constituir a comunidade dos catadores.

O trabalho do catador originou-se da exclusão de pessoas do mercado formal de trabalho. A partir disso, nasce esse trabalho, não reconhecido e em condições precárias. Dentro dessa conjuntura, os catadores surgem como protagonistas de um ciclo de produção da cadeia de reciclagem. A partir da percepção da importância do seu trabalho, surge a necessidade de

organizar-se no coletivo, mobilizando-se para garantir melhores condições e reconhecimento da profissão de catador de material reciclável. Assim, segundo Dupas (1999, p. 16):

Em sociedades como as ocidentais, nas quais o emprego desempenha um papel central não somente no que se refere à obtenção de renda como na integração social do indivíduo e na própria formação de sua identidade pessoal, a mudança desse padrão tem causado perplexidade.

A ocupação dos catadores de materiais recicláveis é uma preocupação porque eles retiram das ruas e dos lixões os resíduos sólidos. Na maioria das vezes, em condições precárias, sem ter uma forma de reconhecimento. Assim, como afirma Dupas (1999), na sociedade ocidental, o que determina os sujeitos é o trabalho, o reconhecimento de uma identidade. Dessa forma, a economia solidária, além de se preocupar com a inclusão econômica, realiza também a inclusão social, pois seu foco principal é oferecer condições favoráveis para pessoas que fazem parte do processo.

Considerando que os catadores são mobilizadores de um novo paradigma econômico, essa perspectiva vai ao encontro do que propõe Singer, tratando-se de uma nova economia: a economia solidária. Para Singer (1997, p. 9):

Ela é um projeto de organização socioeconômica por princípios opostos ao do *laissez-faire*: em lugar da concorrência, a cooperação; em lugar da seleção darwiniana pelos mecanismos do mercado, a limitação- mas não eliminação!

Partindo dessa nova proposta de paradigma, para mudar a situação atual de poder se repensar os modelos político e econômico, considera-se que esse modelo da economia solidária já tenha sido apresentado pelo modelo socialista por meio das experiências cooperativistas, no qual de acordo com Singer (1997, p. 9) “O projeto cooperativo já é antigo, ele foi originalmente concebido como alternativa socialista ao capitalismo industrial”. Mas, tiveram casos e experiências positivas, como as colônias cooperativas de Owen (1817), os Kibutzim em Israel (1910), e a indústria formada por centenas de cooperativas em Mondragón (1956). Dessa forma, é possível considerar a realização dessa forma econômica tendo como exemplo as experiências acima citadas que foram bem-sucedidas. Segundo Cardoso (2014, p. 25), “A principal vantagem seria a organização do trabalho. É a possibilidade de que indivíduos isolados e, por isso mesmo, com menos condições de enfrentar o mercado, possam aumentar sua competitividade e, com isso, melhorar sua renda ou sua condição de trabalho.”.

Entretanto, há motivos para acreditar que seu alicerce pode desmoronar com qualquer balanço que ocorra no modelo econômico atual. Esse fato pode ser visto, segundo Louis (*apud* Lima, 2004):

Fazendo referência às cooperativas de trabalho européias da primeira metade do século XX, formadas por trabalhadores sem qualificações e organizadas em frentes de

trabalho, afirma que elas raramente observavam princípios cooperativistas e apenas mantinham-se em situações de crise e com ganhos mínimos para os trabalhadores.

Por isso, a economia solidária é tratada ainda como um campo não qualificado, porque, provavelmente, as pessoas que entram para fazer parte não conhecem seus princípios e, sendo assim, não os praticam. Consideram fazer parte, mas sem saber a respeito dessa prática econômica, que incorpora outros princípios e valores. Porém, isso não ocorre por não se interessarem por tais princípios. Ocorre por falta de formação e também por reação à crise do desemprego, oriunda dos anos 70, pela internacionalização e abertura de mercados. É nesse momento que o cooperativismo surge com uma nova roupagem, ou seja, a de atender as necessidades das pessoas que estão desempregadas e não por causa de seus princípios e valores. Além disso, outros movimentos que coincidem com a retomada das cooperativas se refere da contracultura no final dos anos 60, ou seja, os movimentos sociais como: o feminista, o de minorias sexuais e os ecológicos.

Por outro lado, para Singer (2010, p. 116) “A economia solidária teria que gerar sua própria dinâmica em vez de depender das contradições do modo dominante de produção para lhe abrir caminho.”. Assim, como aponta Singer, é necessário que ela tenha sua independência, embora o estado seja fundamental para sua realização, pois ele regulamenta e legitima suas ações.

Ainda segundo Singer (2010), uma das propostas para que a economia solidária saia triunfante diante desse confronto contra o capitalismo, é que os empreendimentos, que atuam em pontos isolados, unam-se para juntos criar forças, agregando um conjunto econômico sólido, oportunizando a todos o direito de participar.

## **1.2 O princípio da Autogestão**

Ao abordar a economia solidária, o princípio da autogestão é um dos mais importantes. Por isso, se faz necessário compreender, primeiramente, o que vem a ser esse princípio, como ele se insere na economia solidária e se expande para as outras diversas formas de relações sociais e institucionais. Considera-se o conceito de autogestão, tendo em vista o debate teórico-político contemporâneo. Assim:

Por Autogestão, em sentido lato, se deve entender um sistema de organização das atividades sociais, desenvolvidas mediante a cooperação de várias pessoas (atividades produtivas, serviços, atividades administrativas), onde as decisões relativas à gerência são diretamente tomadas por quantos aí participam, com base na atribuição do poder decisório às coletividades definidas por cada umas das estruturas específicas de determinações essenciais do conceito de Autogestão. A primeira é a superação da

distinção entre quem toma as decisões e quem as executa, no que respeita ao destino dos papéis em cada atividade coletiva organizada com base na divisão do trabalho. A segunda é a autonomia decisória de cada unidade de atividade, ou seja, a superação da interferência de vontades alheias às coletividades concretas na definição do processo decisório. (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 74).

Esse princípio presume que os indivíduos passam a ter o poder para tomar decisões e resolver todos os problemas que dizem respeito ao empreendimento. Essa seria a característica mais importante de todos os empreendimentos solidários. Em relação à autogestão, Follis (*apud* Groppo, 2006, p. 9) entende que:

A essência do conceito de autogestão envolve a organização de atividades sociais por meio da cooperação de vários membros, em que as decisões sobre a gerência são tomadas diretamente pelas pessoas participantes.

Considerando esse conceito, isso significa que não há mais patrões e empregados. Os meios de produção pertencem a todos os que trabalham no empreendimento. A administração é feita coletivamente, de forma democrática, e os resultados são compartilhados entre todos. Entretanto, entende-se que em grupos de empreendimentos solidários que contêm formações maiores entre seus participantes as decisões são tomadas pela gerência tendo em vista a dificuldade de diálogo com o grupo na íntegra, mas o que se espera é que as decisões sejam tomadas em sua maioria por todos que participam e tenham direito de escolha. Segundo Held, (1987, p. 244):

A ‘autonomia’ conota a capacidade dos seres humanos de razão auto-consciente, de serem auto-reflexivos e auto-determinantes. Ela envolve a capacidade de deliberar, julgar, escolher e agir de acordo com diferentes linhas de ação tanto na vida privada quanto na pública.

Assim, é preciso analisar o contexto onde essa autonomia é conquistada, e onde é elaborada. Compreender isso é imprescindível para tal abordagem: “pois o pleno sentido de um princípio não pode ser especificado de forma independente das condições de sua implementação” (HELD, 1987, p. 246). Dessa forma, o princípio da autonomia não tem razão fixa, pois é variável entre diversos modelos sistêmicos.

Para compreender como a autonomia ocorre nesses empreendimentos solidários, é necessário entender tanto a perspectiva econômica quanto a perspectiva política. Segundo Held, (1987, p. 250):

A política é um fenômeno encontrado em e entre todos os grupos, instituições (formais e informais) e sociedades, perpassando a vida pública e privada. Ela é expressa em todas as atividades de cooperação, negociação e luta pelo uso e distribuição de recursos. Ela está envolvida em todas as relações, instituições e estruturas que estão implicadas nas atividades de produção e reprodução da vida de sociedade [...] se a política é concebida desta maneira, a especificação das condições de concretização do princípio da autonomia equivale à especificação das condições para a participação dos cidadãos nas decisões sobre questões importantes para eles (ou seja, nós).



Assim, se a política é considerada como fator preponderante, que resguarda os cidadãos de seus direitos, estes tendem a se envolver e participar das decisões, quando a política permite uma abertura. Segundo Dupas, (1999, p. 103):

Um novo ciclo de desenvolvimento auto-sustentado e politicamente suportado exigirá uma profunda reflexão sobre a natureza das novas relações entre o Estado, a sociedade civil e o setor privado, bem como a disposição dessas sociedades em eleger prioridades que poderão, por vezes, entrar em conflito com o primado absoluto que se tende a atribuir ao mercado.

Nesse sentido, Giddens (*apud* Dupas, 1999, p. 122), considera que a “política gerativa” é uma forma de se pensar a política com mais ação por parte dos cidadãos, pois “busca permitir aos indivíduos e aos grupos fazerem as coisas acontecer, e não simplesmente esperar que elas aconteçam”. Mas, para que isso ocorra, é preciso fornecer condições materiais e estruturas organizacionais para as decisões de políticas de vida tomadas por indivíduos e grupos na ordem social mais ampla. Ou seja, mais do que estar aberta para a participação da sociedade civil, é necessário oferecer condições para que se tenha possibilidades de participar efetivamente.

Nesse caso, nas palavras de Singer (1986), é necessário que o sistema econômico seja acompanhado do sistema político, para que se tenha uma prática efetiva. As instituições precisam dar um aporte capaz de favorecer as relações comerciais. Segundo Dupas, (1999, p. 103), “as questões centrais envolvendo o futuro das relações entre a sociedade e os Estados nacionais estarão relacionadas à capacidade destes Estados para assumir efetivamente um novo papel indutor-normativo-regulador”. Então, para que a economia solidária seja assertiva, é preciso um formato de políticas públicas que respalde suas práticas.

Na perspectiva política idealizada por Giddens, podemos encontrar congruência juntamente do que se espera do modelo econômico. Considerando o aspecto autogestionário, nos dois modelos (político-econômico), a autogestão é realizada de maneira equilibrada. Assim, os dois modelos político-econômico caminham paralelamente com essa perspectiva da autogestão e conseguem atender as demandas da sociedade civil, de maneira mais efetiva. Pode ocorrer a autogestão perante a economia e diante do Estado, e elas dialogam em suas relações juntamente com a autonomia da sociedade civil. De acordo com Held (1987, p. 255):

O princípio da autonomia só pode ser concretizado através do reconhecimento da indispensabilidade de um processo de “dupla democratização”: a transformação interdependente tanto do Estado quanto da sociedade civil. Um tal processo deve ter como premissas a aceitação do princípio de que a divisão entre o Estado e a sociedade civil é um aspecto central da vida democrática e a noção de que o poder de tomar decisões deve ser livre das desigualdades e restrições impostas pela apropriação privada do capital.

Nesse sentido, a partir da divisão da autonomia entre o Estado e a sociedade civil, compreende-se que o nível de decisão entre ambos deva ocorrer equilibradamente e democraticamente. E a razão econômica não deve ser um fator que se sobreponha às relações sociais para a manutenção da vantagem de quem já é detentor de alto poder aquisitivo. Por outro lado, é preciso que a sociedade civil se organize para estabelecer sua autonomia, pois segundo Carvalho (2015, p. 233), “A ausência de ampla organização autônoma da sociedade faz com que os interesses corporativos consigam prevalecer”. Isso significa que, para que a economia solidária se estabeleça, é necessário que as sociedades consigam encontrar alternativas para lidar com as instituições políticas e econômicas, dadas as relações econômicas impostas pela globalização. Segundo Singer (2010, p. 19):

A autogestão exige um esforço adicional dos trabalhadores na empresa solidária: além de cumprir as tarefas a seu cargo, cada um deles tem de se preocupar com os problemas gerais da empresa [...]. O fato de todos ficarem a par do que está em jogo contribui para a cooperação inteligente dos sócios, sem necessidade de que sejam incentivados por competições para saber quem é o melhor de todos.

De acordo com Varanda e Bocayuva (2009, p. 84), “A autonomia, como expressão da autodeterminação dos sujeitos, ganha a forma institucional na construção política de organizações em regimes democráticos”. Ou seja, por meio da autogestão, os indivíduos conseguem externalizar suas ações, quando a forma organizacional permite tal condição. Mesmo assim, para que isso ocorra, é preciso encorajar as pessoas para que elas sintam vontade de falar, expressar sua opinião, diante do comprometimento e envolvimento com o trabalho. Além da abertura por meio da autogestão, é preciso criar condições para que suas ações se realizem de modo efetivo. Segundo Singer, (2010, p. 21):

A autogestão tem como mérito principal não a eficiência econômica (necessária em si), mas o desenvolvimento humano que proporciona aos participantes. Participar das discussões e decisões do coletivo, ao qual se está associado, educa e conscientiza, tornando a pessoa mais realizada, autoconfiante e segura.

A relação interpessoal, nessa nova forma de gestão, é compreendida por Verardo (2005, p. 123) como “processo em construção no qual o trabalho e a relação entre as pessoas devem resgatar seu dimensionamento humano, envolvendo sujeitos que produzem e decidem.”.

A partir dessa perspectiva, a organização do modelo econômico passa a valorizar a dimensão humana, como seu objetivo em relação à organização da instituição, além de repensar o modo de produção, pois procura envolver todos os participantes a tomarem decisões. Segundo Varanda e Bocayuva, (2009, p. 87) “A autogestão é a categoria que agrega organizações baseadas no trabalho associado, tendo por objetivo a revolução processual em direção a um

novo modo de produção.”. Assim, não é fácil conduzir um empreendimento pelo modo autogestionário, tendo em vista que o modo da autogestão é um processo que demanda tempo e o aumento da responsabilidade por parte dos associados. Segundo Singer, (2010, p. 19), “o maior inimigo da autogestão é o desinteresse dos sócios, sua recusa ao esforço adicional que a prática democrática exige.”.

No entanto, é preciso apropriar-se da autogestão, interessar-se pelo empreendimento do qual se faz parte, pois, caso ocorra o desinteresse, a prática pelo modo da heterogestão acaba prevalecendo. O modelo de heterogestão, que se opõe à autogestão, é quando um grupo minoritário toma todas as decisões dentro do empreendimento. Um requisito para que não aconteça isso é investir em formação e capacitação profissional dos associados, pois eles precisam estar instruídos para compreenderem o processo do qual fazem parte e não simplesmente terem noção de que todos que fazem parte têm direitos e deveres iguais. Segundo Varanda e Bocayuva, (2009, p. 89):

A autogestão destaca-se como requisito fundamental, não só nos aspectos que se referem à gestão democrática do empreendimento, materializada nas relações do trabalho e apropriação das forças produtivas. Ela também se configura como uma categoria essencial para a ampliação de relações de produção que democratizam a relação com o Estado, criando e garantindo o acesso em esferas de representação, inclusive em estruturas voltadas para a inovação, para a produção de ciência e tecnologia e para o acesso aos meios de produção e de ensino.

Contudo, a autogestão sendo implementada dentro de um empreendimento de economia solidária, pode atingir mais do que simplesmente as relações organizacionais do trabalho. Ela pode se estabelecer para além de relações internas e atingir o campo cultural, educacional, político, social, garantindo que os valores e princípios passem a atingir um campo relacional maior. Sendo assim, segundo Varanda e Bocayuva (2009, p. 85):

A autonomia, como horizonte ético-político emancipatório e libertário, origina as formas históricas da democracia direta, representadas pelos conselhos, comissões e outros organismos políticos e econômicos, definidos por práticas jurídicas e culturais autogestionárias.

Dessa forma, é possível pensar em uma cultura autogestionária como fator positivo dentro dos empreendimentos de economia solidária, como as experiências realizadas pelos Pioneiros Equitativos de Rochdale (1844), o complexo Cooperativo de Mondragón (1956) e os Kibutzim em Israel (1910).

### 1.3 A diferença entre Associação e Cooperativa

O objetivo deste tópico é apontar as configurações possíveis de formação de empreendimentos solidários, no que diz respeito à sua institucionalização organizacional. Tal esforço é necessário para ajudar a entender os que trabalham com a reciclagem, com o fim de comercialização de materiais recicláveis e para mostrar o tipo de modelo mais viável de formação, para que resguardecem seus direitos. Assim, primeiramente, serão analisados os modelos de associações e cooperativas para, posteriormente, apontar a escolha mais viável para os empreendimentos que vão se constituir ou que já estão constituídos, assim como seus benefícios legais.

Preliminarmente, o que diferencia uma associação de cooperativa diz respeito ao tipo de função social que desempenham. Segundo Muñoz (2012, p. 16): “As associações são pessoas jurídicas de direito privado formado pela união de pessoas que se organizam para a realização de atividades não econômicas, ou seja, sem finalidades lucrativas.”. Desta forma, “as associações podem ter por finalidade a promoção de assistência social, cultural, educacional, a representação política, a defesa de interesses de classe e/ou filantropia.”. (SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL, 2017). As cooperativas têm como fim a atividade comercial e econômica. Pode-se verificar as principais diferenças básicas dos tipos de formação entre associação e cooperativa, na Tabela 1 abaixo:

**Tabela 1: Diferença entre Associação e Cooperativa**

Diferenças básicas entre associações e cooperativas		
	Associação	Cooperativa
<b>Definição legal</b>	Sociedade civil sem fins lucrativos.	Sociedade civil e comercial, sem fins lucrativos (LTDA).
<b>Objetivos</b>	Prestar serviços de interesse econômico, técnico, legal, cultural e político de seus associados.	Prestar serviços de interesse econômico e social aos cooperados, viabilizando e desenvolvendo sua atividade produtiva.
<b>Mínimo de pessoas para constituição</b>	02 pessoas	20 pessoas
<b>Patrimônio</b>	Formado por taxas pagas pelos associados, doações, fundos e reservas. Não possui capital social, o que dificulta a obtenção de financiamentos.	Possui capital social (facilitando financiamentos junto às instituições financeiras) formado por quotas integralizadas pelos associados, podendo receber doações, empréstimos e processos de capitalização.

Assim, segundo Baptista e Valle (2002, p. 15):

A principal característica da associação sem fins lucrativos é que ela não tem finalidade econômica, ou seja, o dinheiro obtido com os projetos que executa (lucro) não pode ser distribuído entre as pessoas que formam a associação (sócios). Por isso que se chamam associações sem fins lucrativos: porque seu objetivo não é distribuir lucro aos associados. Ao contrário, deve obrigatoriamente reinvestir esses recursos em seus projetos e atividades.

Isso não quer dizer que a associação não possa realizar vendas, mas suas vendas têm que ser revertidas para o empreendimento, e não esse ser o principal objetivo de sua atividade social o fator econômico. Assim, o mesmo se refere à distribuição das sobras na associação que não podem ser distribuídas aos associados. Caso se tenha funcionários isso pode acontecer, isto é, estes podem e devem receber salários e nada a mais.

De acordo com Baptista e Valle (2002, p. 16), “A associação tem como objetivo juntar as pessoas para resolver problemas ou defender interesses comuns de determinado grupo social.”. Por exemplo, quando se forma uma associação comunitária para resolver problemas de iluminação no bairro, problemas de acesso ao transporte, problemas com esgoto, entre outras possíveis demandas. Assim as pessoas se juntam para dialogar sobre as viáveis soluções destes problemas para, depois, pressionar as autoridades locais para providenciar melhorias daquelas reivindicações. Ainda segundo os mesmos autores: “Portanto, o grande objetivo da associação é juntar pessoas para realizar um objetivo comum, criando uma nova pessoa- a pessoa jurídica- que vai cuidar desses assuntos.”.

Entretanto, pergunta-se qual a necessidade de se ter uma associação, quais seus objetivos, para qual finalidade cria-se uma associação. Os objetivos surgem das demandas ou dos associados, então, podem-se ter associação com diversas finalidades temáticas, como social, ambiental, cultural ou áreas de interesse como a educação, saúde, direitos humanos, esportivo, lazer, entre várias outras. Assim, como apontam Baptista e Valle (2002, p. 17), “Uma associação pode ser criada para praticamente qualquer coisa, desde que não tenha finalidade econômica, ou seja, de obter lucros para seus sócios.”.

Além disso, outra questão apontada é como que se forma a estrutura formal da associação. Assim, como já apontado anteriormente, a participação de todos os envolvidos nos empreendimentos de economia solidária é de fundamental importância para o bom desempenho das atividades dos empreendimentos. O bom funcionamento só ocorre quando se tem a união da coletividade, quando todos que participam do processo contribuem significativamente para tal propósito em comum. Para Baptista e Valle, (2002, p. 18):

O documento que define os objetivos, a estrutura e as regras de funcionamento de uma associação é chamado de estatuto social. O estatuto social de uma associação é a sua

lei interna: é onde se define quem pode fazer parte da associação, quais os seus órgãos, e a forma como ela funciona. Todos os associados têm obrigação de cumprir o que diz o estatuto.

Comumente, as associações são constituídas por uma Assembleia Geral e uma Diretoria. A Assembleia Geral é a unidade mais importante da associação, responsável por elaborar as estratégias, o planejamento, os objetivos que se pretende alcançar com os trabalhos desenvolvidos e a elaboração de projetos. A Diretoria, por sua vez, tem função de colocar em prática o que foi decidido pela Assembleia Geral, prestar contas, movimentar os projetos, contratar funcionários. Essa estrutura de formação de associação é um modelo simples de associação, pois, segundo Baptista e Valle (2002, p. 19): “Pode-se também criar uma estrutura mais complexa para as associações, trazendo em seu corpo um Conselho Fiscal, que é um outro órgão cuja função é fiscalizar as contas da associação.”. Também há a opção de se criar um Conselho Fiscal, quando se tem um maior número de associados.

Por outro lado, para a estrutura de associação simples é mais fácil de coordenar as ações junto às unidades de gestão, pois o trabalho coletivo tem muito mais contiguidade. Com a proximidade das pessoas na realização das tarefas, pode-se pensar com facilidade nas estratégias de melhorias, ações de desenvolvimento, melhor rendimento do trabalho e também o contato entre as pessoas estabelece confiança entre elas, para que possam almejar um propósito comum. Mas, o fato de ser ter uma associação simples ou uma associação com uma estrutura mais complexa o ideal é que os princípios que tratam da democracia, da autogestão e solidariedade possam se fazer presentes, nesse caso a organização e as ações ocorreram numa estrutura com mais participantes. No caso da associação com estrutura complexa haverá a necessidade de uma coordenação burocrática maior do que na associação simples.

Entretanto, quando a atividade do empreendimento tiver como necessidade atender as premissas econômicas, pode-se adotar o modelo de cooperativa, uma organização coletiva, composta por pessoas que se unem voluntariamente, com a mesma intencionalidade econômica. De acordo com Baptista e Valle, (2002, p. 50) “A cooperativa diferencia-se das demais formas de associação por ser, ao mesmo tempo, uma associação de pessoas e também um negócio econômico para seus cooperados.”. Sendo assim, o modelo de cooperativa permite que seus cooperados distribuam as sobras (o lucro) entre si, ou seja, é permitida a comercialização da produção dos cooperados, como seu fim principal, ao contrário do modelo de associação.

Segundo Baptista e Valle, (2002, p. 49) a cooperativa “É uma pessoa jurídica criada para desenvolver uma alternativa econômica de forma coletiva, em grupo, em situações em que individualmente não seria possível fazê-lo, por falta de recursos.”. Um exemplo é a união de

agricultores para comercializarem juntos e também para terem acesso à compra de insumos, ferramentas e maquinários por um preço melhor. A estrutura da cooperativa, assim como da associação, também é formada por uma Assembleia Geral, principal unidade de decisão da cooperativa, onde cada cooperado tem direito a um voto, sobre as decisões da cooperativa. Isso faz com que a democracia seja estimulada como um dos princípios mais importantes. Outro órgão comum entre a associação e a cooperativa é a Diretoria, que executa as decisões tomadas pela Assembleia Geral. Ela realiza o planejamento, o controle da cooperativa, a prestação de contas, a elaboração de projetos e suas execuções. Também, como a associação, pode-se criar um Conselho Fiscal, que fiscaliza as contas da cooperativa e verifica onde foram alocados os recursos do empreendimento.

Essa forma de estruturação refere-se à formação de cooperativas no geral, pois existem outros tipos de formações de cooperativas com especificações mais definidas no seu modo de organização e quanto à sua finalidade social, como: cooperativa de consumo; cooperativa de produção; cooperativa de trabalho, cooperativa de prestação de serviços; cooperativa de crédito; cooperativa de habitação; cooperativas de produtos rurais; entre várias outras que podem se formar para atender demandas de um grupo ou da sociedade. Mas, para isso, elas se resguardam de regulamentações jurídicas específicas quanto à sua formação e aos seus princípios a serem prescritos e cumpridos.

Entretanto, o que se trata dos princípios do cooperativismo, em 1884 com a constituição da primeira cooperativa formal localizada no bairro de Rochdale- Manchester, na Inglaterra, a Sociedade dos Probos de Rochdale cunhou os princípios do cooperativismo que são válidos até os dias atuais no mundo todo. (REISDORFER, 2014). No entanto, os sete princípios ao longo desse período passaram por algumas mudanças segundo a Aliança Cooperativa Internacional- ACI, no qual a partir de 1995, foi aprovada no Congresso da ACI de Manchester uma nova redação dos 7 (sete) princípios do cooperativismo, e vigente até o presente momento, dos quais são eles: 1) Adesão voluntária e livre; 2) Gestão democrática pelos membros; 3) Participação econômica dos membros; 4) Autonomia e independência; 5) Educação, formação e informação; 6) Intercooperação e 7) Interesse pela comunidade. (REISDORFER, 2014).

No Brasil, seu marco regulatório ocorre pela Lei 5.764, de 16 de dezembro de 1971. (BRASIL, 1971). Ela define a Política Nacional do Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas e dá outras providências. Também é regulamentada pela Constituição Federal de 1988. (BRASIL, 1988) e pelo Código Civil Lei 10.406, de 10 de janeiro

de 2002. (BRASIL, 2002). Dessa forma, com base no que estabelece a Lei 5.764, pode-se verificar em seu texto, o:

Art.4º As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades pelas seguintes características: I- adesão voluntária, com número ilimitado de associados, salvo impossibilidade técnica de prestação de serviços; II- variabilidade do capital social representado por quotas-partes; III- limitação do número de quotas-partes do capital para cada associado, facultando, porém, o estabelecimento de critérios de proporcionalidade, se assim for mais adequado para o cumprimento dos objetivos sociais; IV- inacessibilidade das quotas-partes do capital a terceiros, estranhos à sociedade; V- singularidade de voto, podendo as cooperativas centrais, federações e confederações de cooperativas, com exceção das que exerçam atividade de crédito, optar pelo critério da proporcionalidade; VI- quórum para o funcionamento e deliberação da Assembleia Geral baseado no número de associados e não no capital; VII- retorno das sobras líquidas do exercício, proporcionalidade às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral; VIII- indivisibilidade dos fundos de Reserva e de Assistência Técnica Educacional e Social; IX- neutralidade política e indiscriminação religiosa, racial e social; X- prestação de assistência aos associados, e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa; XI- área de admissão de associados limitada às possibilidades de reunião, controle, operações e prestação de serviços. (BRASIL, 1971, não paginado).

Essas são as características que compõem as cooperativas de modo geral. No caso das cooperativas de trabalho, crédito, saúde, educação, entre outras, existem legislações específicas. Além de seguir essas normas prescritas, elas devem seguir ainda outras normas regulamentares de sua área, com as especificidades de suas modalidades. Para os catadores de materiais recicláveis, a cooperativa pode ser um bom instrumento para organizar as atividades econômicas produtivas baseadas na reciclagem para sua comercialização.

É possível perceber que a organização mais viável para realizar a comercialização permitindo que as sobras sejam divididas entre os sócios é o modelo de cooperativa, já que seu marco jurídico é o único que oferece essa possibilidade. Enquanto o modelo de associação não pode ser formado tendo em vista o viés comercial como principal atividade, pois sua finalidade não é esta. Segundo Cardoso (2014, p. 38):

A associação tem uma grande desvantagem em relação à cooperativa, ela engessa o capital e o patrimônio; em compensação, tem algumas vantagens que compensam grupos que querem se organizar, mesmo para comercializar seus produtos: o gerenciamento é mais simples e o custo de registro é menor. Outro ponto a destacar é que a qualidade de associado é intransmissível se o estatuto não dispuser o contrário.

Assim, em relação à diferença do capital social entre associação e cooperativa, segundo Reisdorfer (2014, p. 21), “Capital social é o valor, em moeda corrente, que cada pessoa investe ao associar-se e que serve para o desenvolvimento da cooperativa.” Ou associação. Com isso, no caso da associação o patrimônio/capital “é formado por taxa paga pelos associados, doações, fundos e reservas. Não possui capital social. A inexistência do mesmo dificulta a



obtenção de financiamento junto às instituições financeiras.”. (CREFITO, 2010). Já o modelo de cooperativa “possui capital social, facilitando, portanto, financiamentos junto às instituições financeiras. O capital social é formado por quotas-partes podendo receber doações, empréstimos e processos de capitalização.”. (CREFITO, 2010).

Dessa forma, para os empreendimentos de reciclagem que estão começando e não têm fonte de recursos para se estruturarem, o modelo de associação pode ser, sim, um bom caminho para iniciarem sua organização, mas, posteriormente, o modelo mais propício seria o de cooperativa, tendo em vista a repartição das sobras entre os sócios e também porque realizam a comercialização de materiais recicláveis. Sendo assim, na próxima seção, será abordado de modo mais preciso o modelo de cooperativa de produção, considerado mais adequado para os catadores de materiais recicláveis, que transformam a matéria-prima, para posteriormente realizarem sua a comercialização.

#### **1.4 As Cooperativas de Produção**

Após compreender as principais diferenças entre associações e cooperativas, é preciso entender mais a forma de cooperativa, pois, como se pode verificar, são várias as expressões dos empreendimentos de economia solidária que aparecem para atender as necessidades das pessoas, que realizam esse tipo de atividade econômica. Nesse caso, trata-se de compreender como se estruturam as cooperativas de produção. Segundo Singer (2001, não paginado):

A outra origem importante das cooperativas de produção é a cooperativa de consumo. Esta surge como reação à exploração sofrida pelos pobres nas mãos do comércio varejista, na época da 1ª Revolução Industrial. Com o seu crescimento, o cooperativismo de consumo suscita o de produção, oferecendo a este um mercado preferencial.

As cooperativas de produção são um modelo de empreendimento da economia solidária que conseguem atender aos princípios e aplicam em sua constituição a autogestão. Para Singer (2010, p. 90), “a cooperativa de produção é o protótipo de empresa solidária. Isso porque associa os produtores, e não seus fornecedores ou clientes, como fazem as cooperativas de consumo, de crédito e de compras e vendas.”.

No entanto, em relação ao conceito de cooperativa de produção Cardoso (2014, p. 21) estabelece o seguinte conceito:

Formam um dos ramos mais expressivos de cooperativismo, composto pelas cooperativas dedicadas à produção de um ou mais tipos de bens e mercadorias, sendo os meios de produção coletivos, por meio da pessoa jurídica, e não individual, do

cooperante. É um ramo relativamente novo, cuja denominação pertencia antes ao ramo agropecuário. Para os empregados, cuja empresa entra em falência, a cooperativa de produção geralmente é a única alternativa para manter os postos de trabalho.

A formação das cooperativas de produção ocorre em virtude de uma demanda de trabalho por parte dos associados que foram excluídos do mercado formal de trabalho, o que de certa forma corresponde ao desemprego estrutural, para além de uma perspectiva que envolve uma alternativa de adesão voluntária (LIMA, 2004). Por outro lado, esse novo campo econômico foi observado pelas empresas capitalistas, que poderiam ter vantagens com a abertura de cooperativas, para poderem terceirizar seus negócios, com a redução dos custos da mão de obra, isenção de taxas, facilidade de acesso a contratos de obras públicas, facilidade de acesso a crédito especial. De acordo com Lima (2004, p. 52):

Em comum, nessas cooperativas, havia a presença formal da autogestão, com conselhos fiscais e diretoria eleita, mas vinculadas às empresas primeiras. O caráter pragmático refere-se à associação Estado-empresas na fórmula geração de emprego e renda e, principalmente, redução de custos.

Assim, formaram-se cooperativas de produção, juntamente com o apoio estatal tendo em vista a geração de emprego e renda. Como apontou Singer (2010), a cooperativa de produção é um modelo de economia solidária porque nela pode-se, efetivamente, aplicar-se a autogestão. Porém, as empresas capitalistas camufladas em formas de cooperativas assumem esse mercado econômico para poder reduzir ainda mais seus custos de produção.

Entretanto, “as cooperativas industriais autogestionárias emergem nesse cenário como um conjunto de iniciativas dos trabalhadores de fábricas em processo de falência, cujo objetivo foi tentar se reinserir no mercado através de formas associativas de produção.”. (AZEVEDO e GITAHY, 2007, p. 3). É preciso levar em consideração os aspectos que cercam o contexto de formação das cooperativas de produção e os caminhos que são trilhados visando seu desenvolvimento. O cooperativismo, que ressurge como proposta emancipadora de incluir trabalhadores fora do mercado de trabalho, tem um crescimento significativo no Brasil, no final dos anos 80. Segundo Lima (2004, p. 58):

No Brasil, as cooperativas de produção industrial crescem em todos os formatos a partir do final dos anos de 1980 e início da década seguinte. Parte delas está completando dez anos de funcionamento com êxitos diferenciados, o que dificulta as considerações sobre a viabilidade ou não de sua continuidade. Entretanto, devemos destacar que esses empreendimentos têm recebido apoio cada vez maior de instituições sociais, de ONGs, do Estado e até de empresas (embora com objetivos diferenciados) diante do novo quadro econômico, o que pode indicar uma tendência de crescimento.

No entanto, outro conceito sobre as cooperativas de produção foi denominado pela

a OCERGS<sup>7</sup> (2012, não paginado) como:

Cooperativas de produção são aquelas cujos associados contribuem com serviços laborais ou profissionais para a produção em comum de bens, e que a própria cooperativa detenha os meios de produção. É uma forma interessante para aqueles que querem deixar de ser assalariados, para descobrir as vantagens de constituir seu próprio negócio - a cooperativa - ou mesmo para os que não conseguem encontrar espaço no mercado de trabalho.

Assim, nessa perspectiva, as cooperativas de produção aparecem como uma alternativa para enfrentar o modelo econômico atual, tendo em vista não só uma forma de reinserção no mercado de trabalho, mas as possibilidades que o trabalho cooperativo pode oferecer em virtude do capitalismo. Porém, para que isso aconteça, é preciso um grande apoio, porque senão “o caráter voluntário da adesão às cooperativas fica comprometido em contextos de crise econômica, nos quais as possibilidades de ocupação são reduzidas. Fica a questão se é uma alternativa à exploração capitalista, ou à falta dessa mesma exploração.” (LIMA, 2004, p. 58). Nas palavras de Singer (2001, não paginado):

Não há como desconhecer que a economia solidária é parte integrante da formação social capitalista, na qual a concentração do capital incorpora o progresso técnico e assim determina as condições de competitividade em cada mercado. Para que uma associação ou cooperativa realize seu propósito é essencial que ela atinja um tamanho em que ela possa resgatar seus associados da pobreza e acumular sobras que multipliquem as fontes de trabalho e renda solidários.

No entanto, considera-se que a economia solidária é parte constituinte do sistema capitalista, pois se forja a partir de suas negações a trabalhadores não aptos a integrarem esse sistema. Ou seja, para que a empresa solidária se consolide, ela também precisa se apresentar de forma atrativa, para que seus sócios façam a livre adesão.

Dessa forma, as cooperativas de produção, de acordo com Singer (2004), podem ser um modelo expressivo de economia solidária. Assim, pode-se verificar na Tabela 2 que o campo de atuação das cooperativas no setor da produção tem um percentual de 51%. Também se destaca o setor de comercialização com 55,7%, e o setor de uso de infraestrutura com 51,6%.

---

<sup>7</sup>A OCERGS é a entidade de representação política do Sistema Cooperativista do Rio Grande do Sul, sucedendo a ASCOOPER- Associação das Cooperativas Sul Riograndenses (1956). Em 1971, com a Lei 5.764 “Lei das Sociedades Cooperativas”, que criou a OCB-Organização das Cooperativas Brasileiras, passou a denominar-se OCERGS- Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul. É constituída por uma Assembleia Geral, um Conselho Diretor, além de um Conselho Fiscal e um Conselho de Ética integrados por representantes de todos os ramos. (OCERGS, 2012, não paginado).

Tabela 2- Panorama das Cooperativas no Brasil

## Campos de Atuação Coletiva das Cooperativas

Campos de atuação	Número de cooperativas	Percentual de cooperativas
Produção	1076	51%
Prestação de serviços (ou trabalho)	873	41,1%
Comercialização	1176	55,7%
Troca de produtos ou serviços	175	8,3%
Uso de equipamentos	986	46,7%
Uso de infraestrutura	1.090	51,6%
Aquisição de matérias-primas ou insumos	728	34,5%
Poupança ou crédito	326	15,4%
Obtenção de clientes ou serviços	487	23,1%

Fonte: Sistema de Informações sobre Economia Solidária- Senaes/MTE, 2007.

As experiências que constituem esse modelo de cooperativa de produção têm êxito de maneira significativa. Segundo Singer (2004, p. 7):

Em suma, as cooperativas de produção, autônomas e autênticas, não são numerosas, mas ressurgem com vigor quando a economia entra em recessão e governos reagem patrocinando a conversão de empresas em crise em cooperativas operárias e quando a contracultura suscita novas atividades, que costumam se organizar como cooperativas.

Entretanto, a literatura explora pouco essa temática, seu processo de construção, as próprias experiências consolidadas, assim como o movimento de economia solidária como um todo, que é um campo cujos conceitos não foram ainda bem definidos. Aposta-se que a união, por meio do trabalho coletivo, consiga construir laços de solidariedade entre os participantes e que essa organização, por meio de cooperativa, possa replicar experiências exitosas, como o caso do Complexo Corporativo de Mondragón<sup>8</sup>.

Tendo em vista as considerações acima destacadas, procurou-se, neste capítulo, analisar alguns debates em torno da economia solidária e como ela se relaciona com o modelo

<sup>8</sup> A **Mondragón Cooperative Corporation** (Mondragón Corporación Cooperativa- o MCC) é um grupo de produção industrial e de empresas de distribuição sediadas no País Basco (norte da Espanha) e também no resto da Espanha, bem como no estrangeiro. É considerada a maior cooperativa de trabalhadores do mundo. O Complexo Cooperativas de Mondragón é um exemplo mundialmente famoso por sua capacidade de **reunir 120 empresas sob forma de Cooperativas**, sendo 87 industriais, 1 de crédito (Caja Laboral), 1 de consumo (Eroski), 4 agrícolas, 13 cooperativas de pesquisa, 6 de serviços em consultoria e 8 cooperativas de educação. São associados das Cooperativas apenas seus trabalhadores que atualmente somam 93 mil pessoas. **Na essência, todas as cooperativas de Mondragón são Cooperativas de Trabalho** que possuem produtos e serviços diferentes entre si. (PORTAL do Cooperativismo Financeiro, grifo do autor).

econômico capitalista de produção. Um de seus principais princípios pode ser considerado, por exemplo, a autogestão. Sendo um componente importante também nos formatos de associação e cooperativa. E o modelo da cooperativa de produção, destaca-se por ser considerado o mais adequado para os catadores de materiais recicláveis, pois transformam a matéria-prima.

Para verificar como os catadores de materiais recicláveis podem ser inclusos nessas organizações econômicas solidárias, o próximo capítulo busca apresentar como as legislações tratam de regulamentações de inclusão socioprodutiva no processo de coleta seletiva. Em particular, as políticas públicas regulatórias destinadas à gestão de resíduos sólidos urbanos e como elas têm envolvido os catadores(as) de materiais recicláveis.

## Capítulo II

### AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA OS RESÍDUOS SÓLIDOS

A proposta desse capítulo é fazer uma análise das políticas públicas regulatórias de resíduos sólidos, tendo em vista o processo de inclusão dos catadores de materiais recicláveis nesse processo. Então, primeiramente, trata de verificar como é desenvolvida a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) em nível federal. Depois, analisar o caso estadual e municipal, focando no caso de Diamantina. Busca-se também entender como o trabalho dos catadores de resíduos sólidos urbanos se insere nas regulações acima citadas.

#### 2.1 A Política Nacional de Resíduos Sólidos

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) é um importante marco regulatório na área de resíduos, que visa solucionar o maior problema das cidades brasileiras em relação à disposição inadequada do “lixo”, ou seja, dos resíduos sólidos. Essa diferenciação do lixo em relação ao resíduo sólido é um fato importante que deve ser levado em conta e merece ser mais detalhado para compreender esse processo de mudança da nomenclatura da transformação da matéria que hoje serve de renda para vários catadores, a partir da comercialização dos materiais recicláveis. Primeiramente, então, expõe-se brevemente a contextualização histórica da transformação do lixo em resíduos sólidos, para posteriormente dedicar-se à PNRS, fazendo uma análise em relação a sua importância para a inclusão socioprodutiva dos catadores de materiais recicláveis.

Desde a Idade Média, a existência do “lixo” é um problema para a humanidade. No entanto, segundo Eigenheer (2009), não se deve considerar a questão do lixo somente a partir da Idade Média: “Fica claro, pois, que não é adequado analisar, na perspectiva histórica, a limpeza urbana somente a partir da Idade Média, já que são deixados de lado séculos de tentativas e práticas anteriores de grande importância.”. (EIGENHER, 2009, p. 48). Porém, se faz esse resgate histórico a partir da Idade Média, compreendida entre os séculos (V ao XV), no intuito de considerar a aproximação com a Modernidade, que ocorre nos finais do século XV e se estende até os dias atuais, porque ocorre a mudança da nomenclatura do termo “lixo” para “resíduos sólidos” com suas especificidades técnicas e também seu valor econômico.

Assim, na Idade Média não havia uma preocupação com a destinação do “lixo”, pois seu descarte se dava através das janelas das casas das pessoas com baldes de água. O crescimento dos centros urbanos e a falta de coleta de “lixo” acarretavam uma série de doenças por falta de saneamento básico. (BURKE, 2001; EIGENHEER, 2009). Em relação ao conceito de lixo, segundo Burke (2001, não paginado) “em primeiro lugar, o que é considerado lixo varia entre cultura e outra. O lixo, assim como a sujeira, é simplesmente material no lugar errado.”. Desta forma, sendo um fator cultural e histórico, segundo Eigenheer (2009, p. 21): “As formas de coleta, destino e tratamento de lixo e dejetos não se dão linearmente na história e até numa mesma época não ocorrem de igual modo.”.

A terminologia lixo varia nas diferentes culturas e também em relação ao tempo, com a produção de novos objetos, também muito relacionada com a sociedade de consumo que aparece na modernidade ligada ao processo industrial. Segundo Cavalcante e Tiujo (2013, não paginado) “é pertinente enfatizar que a Revolução Industrial, ocorrida na Inglaterra no século XVIII, foi o grande precursor do capitalismo, ou seja, a passagem do capitalismo comercial para o capitalismo industrial.”. Ou seja, a partir dessa mudança ocorrida na produção que substitui o processo de manufatura pelo fabril, ocorre o estímulo da instalação de indústrias. Assim, a atividade produtiva passa a aumentar a produção e, proporcionalmente, o que também acontece é o aumento da produção de “lixo”. Para entender a terminologia do “lixo”, de acordo com Eigenheer, (2009, p. 15):

Fazer a distinção entre o lixo que decorre de nossas atividades e dejetos que são produto de nosso metabolismo é importante para o entendimento das questões a serem tratadas. É preciso ter presente que somente a partir da segunda metade do século XIX se passa a distinguir claramente entre lixo (resíduos sólidos) e águas servidas (fezes, urina, etc.), quando estas passam a ser coletadas separadamente através do esgotamento sanitário.

Dessa forma, segundo Eigenheer (2009, p. 54): “Um breve parêntese deve ser feito a fim de chamar a atenção para a questão do reaproveitamento do lixo e dos dejetos – importante, como dissemos, para se entender as ambiguidades relacionadas a eles”. Ou seja, a diferenciação que se faz entre lixo e dejetos apresenta uma ambiguidade em relação ao seu reaproveitamento pois, de acordo com o autor, o reaproveitamento do lixo se faz desde muito tempo, desde a antiguidade. Esse dado também é importante para compreender o processo de reaproveitamento de resíduos sólidos, que não é um processo recente. Entretanto, cabe também analisar a utilidade desse reaproveitamento e em quais situações ele ocorre. Assim, ainda segundo Eigenheer (2009, p.54):

Em Roma existiam pessoas (chamadas canicolae) que buscavam coisas ainda úteis nos locais em que desembocavam as cloacas. Há indicações da presença, nesta mesma

cidade, de serviços para manutenção de toaletes e latrinas privadas, mediante pagamento, e também de que urina e fezes (inclusive dos toaletes públicos) eram comercializadas para uso agrícola. A urina era também usada por curtidores de pele, e lavanderias mantinham vasos nas ruas para sua coleta (a protetora desta atividade era Minerva). Outrossim, empregou-se urina para preparo da púrpura, a mais apreciada cor da Antiguidade. Em muitos momentos as peles de animais curtidas com urina foram utilizadas para a escrita.

Os dejetos de humanos e animais, juntamente com os restos de alimentos, tinham muita utilidade na agricultura, pois eram usados como fertilizantes e adubos para as plantações. Segundo Eigenheer (2009, p. 47) “A parte orgânica constituía a quase totalidade dos resíduos domésticos e se destinava às esterqueiras.”. Esse reaproveitamento de detritos era uma forma de beneficiamento para a produção do plantio, ao passo que o descarte da matéria orgânica era necessário para se evitar o acúmulo em frente as casas, uma prática comumente utilizada naquela época. Segundo Burke (2001, não paginado):

Os padrões de higiene urbana, incluindo a coleta seletiva, eram relativamente altos na Idade Média, declinando depois do ano de 1500 e ainda rapidamente após 1800, com ascensão das primeiras cidades industriais. Na fábrica de carros de Detroit, em meados do século XX, a empresa coletava o papel em que os trabalhadores embrulhavam seus sanduíches, já que tanto lixo desse tipo se acumulava diariamente na fábrica, que se tornava rentável vendê-lo para reciclagem.

Nessa época o lixo era considerado como um fator cultural em relação ao seu descarte, assim como considera Burke (2001, não paginado) “O que se considera lixo é uma espécie de indicador que revela os valores de determinada cultura”. Observa-se também a sua reutilização e o fator econômico, pois, como apontado, naquele período a reciclagem era praticada pelo seu viés lucrativo e não em função do fator social e ambiental.

Além disso, a diferenciação entre lixo e resíduo sólido se dá pela separação dos materiais. Considera-se lixo todos os materiais que são misturados e descartados juntos, fazendo uma distinção somente entre a separação dos dejetos. O termo resíduo sólido, ao contrário, é um termo técnico que leva em conta a separação dos materiais entre orgânicos e não-orgânicos e seu possível reaproveitamento por meio da reutilização e da comercialização por meio da reciclagem. Desta forma, de acordo com Burke (2001, não paginado) “Na Grã-Bretanha, os objetos da década de 50 foram desprezados como porcarias, mas passaram a ser colecionados pelos europeus na década de 80.”.

Segundo Eigenheer (2009, p. 15), “O lixo ganhou na atualidade contornos públicos inusitados, não só pela crescente quantidade produzida, mas também pelos impactos ambientais que vem trazendo e pelos custos elevados que acarreta ao contribuinte.”. Assim, a preocupação com os resíduos sólidos chega na contemporaneidade levando em consideração a sua relevância ambiental e também social para quem sobrevive da catação.



Nessa perspectiva, anteriormente ao marco regulatório da PNRS, pode-se verificar a importância da dimensão do tratamento de resíduos sólidos e sua disposição adequada, inclusive a própria inclusão de catadores de materiais recicláveis nesse processo, com a promulgação da Lei Federal 11.445, de 5 de janeiro de 2007 (BRASIL, 2007). Ela estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico:

Art. 2º. Os serviços públicos de saneamento básico serão prestados com base nos seguintes princípios fundamentais: [...] III - abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos realizados de formas adequadas à saúde pública e à proteção do meio ambiente. (BRASIL, 2007, não paginado).

A responsabilidade dos gestores públicos, frente às questões dos serviços de saneamento básico, abrange também o compromisso regulamentado no que se refere ao tratamento dos resíduos sólidos, exigindo a elaboração de um plano de saneamento que atenda às necessidades desses princípios básicos acima destacados. Um ponto importante a se considerar com a promulgação da Lei 11.445 (BRASIL, 2007), é que a partir dela é que surge a necessidade dos gestores elaborarem um plano de gerenciamento de resíduos sólidos para os estados e municípios.

Outra questão a ser analisada, inclusive na própria lei, é em relação à inconsistência da utilização dos termos lixo e resíduos sólidos, pois, segundo o:

Art. 6º O lixo originário de atividades comerciais, industriais e de serviços cuja responsabilidade pelo manejo não seja atribuída ao gerador pode, por decisão do poder público, ser considerado resíduo sólido urbano. (BRASIL, 2007, não paginado).

Ou seja, o que é tratado como lixo recebe também a atribuição de resíduo sólido. Em relação à inclusão socioprodutiva de catadores, observa-se, no artigo 10º desta mesma lei, a seguinte proposição, considerando respectivamente o parágrafo 1º e o inciso I:

Art. 10. A prestação de serviços públicos de saneamento básico por entidade que não integre a administração do titular depende da celebração de contrato, sendo vedada a sua disciplina mediante convênios, termos de parceria ou outros instrumentos de natureza precária. § 1º Excetuam-se do disposto no caput deste artigo: I - os serviços públicos de saneamento básico cuja prestação o poder público, nos termos de lei, autorizar para usuários organizados em cooperativas ou associações, desde que se limitem a: a) determinado condomínio; b) localidade de pequeno porte, predominantemente ocupada por população de baixa renda, onde outras formas de prestação apresentem custos de operação e manutenção incompatíveis com a capacidade de pagamento dos usuários. (BRASIL, 2007, não paginado).

Considerando esse artigo, pode-se verificar a existência de uma preocupação com a inclusão de associações ou cooperativas para prestação do serviço de coleta seletiva e a realização do tratamento de resíduos sólidos, mediante a contratação dos serviços que prestam. No entanto, a referência abaixo, além de fazer menção novamente ao processo de contratação,

utiliza a expressão “coleta seletiva de lixo” como sinônimo de resíduo sólido.

Art. 57. O inciso XXVII do caput do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação: (Vigência)

Art. 24. ....

.....

XXVII- na contratação da coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de **coleta seletiva de lixo**, efetuados por associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis, com o uso de equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública. (BRASIL, 2007, não paginado, grifo nosso).

Assim, a partir dessa regulamentação que garante que o serviço de coleta seletiva seja realizado por associações ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis, pode-se observar uma forma de inclusão dos catadores na cadeia da reciclagem em relação ao processo de comercialização, que é um campo complexo que será mais detalhado no próximo capítulo. Em relação à distinção entre as palavras lixo e resíduo, o termo lixo conforme o dicionário Aurélio encontra-se da seguinte forma: “1- Qualquer matéria ou coisa que repugna por estar suja ou que se deita fora por não ter utilidade. 2. - Resíduo resultante de atividades domésticas, comerciais, industriais, etc.”. (FERREIRA, 2016).

Para prosseguir nossa análise, busca-se, através da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), a definição de ambos os conceitos, lixo e resíduo sólido, no intuito de compreender os termos explicados pelo mesmo referencial teórico. Desta forma, segundo a ABNT, o lixo é definido como “restos das atividades humanas, consideradas pelos geradores como inúteis, indesejáveis ou descartáveis, podendo-se apresentar no estado sólido, semissólido ou líquido, desde que não seja passível de tratamento convencional.”. (ABNT, 2004). Já o conceito de resíduos sólidos é apresentado da seguinte forma:

**3.1 resíduos sólidos:** Resíduos nos estados sólido e semi-sólido, que resultam de atividades de origem industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviços e de varrição. Ficam incluídos nesta definição os lodos provenientes de sistema de tratamento de água, aqueles gerados em equipamentos e instalações de controle de poluição, bem como determinados líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou corpos de água, ou exijam para isso soluções técnicas economicamente inviáveis em face à melhor tecnologia. (ABNT, 2004, p. 1, grifo do autor).

Assim, pode-se verificar, em relação ao termo lixo, citado anteriormente, que ele é caracterizado como aquilo que não é passível de utilização. Por isso, em último caso, visa-se o seu descarte final. Já os resíduos sólidos são entendidos como resíduos passíveis de tratamento

para sua reutilização ou reciclagem, sem desconsiderar as suas particularidades, que se refere à periculosidade. Segundo a ABNT, “**3.2 periculosidade de um resíduo:** Característica apresentada por um resíduo que, em função de suas propriedades físicas, químicas ou infecto-contagiosas”. (ABNT, 2004, p. 2, grifo do autor). Isso abrange alguns materiais, como os resíduos hospitalares que precisam de um tratamento diferenciando para sua destinação final. Então, a partir da diferença entre esses conceitos é que se considera o que pode ser passível de tratamento para sua reutilização ou reciclagem (resíduo sólido) e o que realmente deve ser descartado como não tendo mais utilidade (lixo).

Apesar da diferenciação dos conceitos, por vezes são concebidos como sinônimos conforme verificado anteriormente na própria legislação, ao considerar o resíduo sólido como lixo, os termos ali não são apresentados e tratados com clareza. Todavia, essa diferenciação é importante para os catadores, que fazem a separação dos resíduos sólidos e não do lixo.

Quanto à destinação dos resíduos sólidos, cabe, nesse momento, falar sobre a política que a regula: a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), e a importância desse marco regulatório para a área dos resíduos sólidos urbanos e também para os catadores. A Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 (BRASIL, 2010a), que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (BRASIL, 1998). Primeiramente, então, é preciso compreender como a Lei 12.305 (BRASIL, 2010a) dispõe sobre os rejeitos e os resíduos sólidos.

Art. 3º Para os efeitos desta lei, entende-se por: [...] XV – rejeitos: resíduos sólidos que, depois de esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis, não apresentem outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequada. XVI – resíduos sólidos: material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d’água, ou exijam para isso soluções técnica ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível. (BRASIL, 2010a, não paginado).

Dessa forma, como disposto na PNRS, em relação à conceituação dos termos, os rejeitos são considerados resíduos que não são passíveis de terem um tratamento e recuperação, por isso, é necessário o seu descarte tendo em vista sua destinação final de modo adequado. Já no que se refere aos resíduos sólidos, pode-se verificar que é o mesmo significado descrito pela ABNT (2004). São resíduos que podem receber um tratamento com vistas a uma reutilização ou reciclagem, não sendo possível o descarte na rede pública de esgoto ou de qualquer forma sem uma disposição final adequada.

Sendo assim, o Capítulo II - dos princípios e objetivos - em seu artigo 6º, destaca em seu inciso, que “[...]VII - o reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania.”. (BRASIL, 2010a). Aqui, nesse inciso, especifica-se o valor social e econômico atribuído ao resíduo sólido, indicando o trabalho dos catadores de materiais recicláveis. Em relação aos objetivos que são tratados no mesmo capítulo, verifica-se que o processo de reciclagem é considerado como a quarta forma, no aspecto de tratamento dos resíduos.

Art.7º São objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos: [...] II - não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos. (BRASIL, 2010a, não paginado).

Dessa forma, primeiramente a Política Nacional propõe a não produção de resíduos sólidos, o que promove a busca por processos que não resultem na geração de resíduos, considerando que os recursos naturais, principalmente os não renováveis, poderão não atender as próximas gerações. Essa mesma preocupação já havia sido bem apresentada na Constituição Federal (CF) de 1988 (BRASIL, 1988). A CF prevê, no principal artigo que se refere ao meio ambiente, que:

Art.225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (BRASIL, 1988, não paginado).

Ainda tratando do artigo 7º da PNRs, que se refere aos objetivos, pode-se verificar o seguinte, em seu inciso “[...] VI: incentivo à indústria da reciclagem, tendo em vista fomentar o uso de matérias-primas e insumos derivados de materiais recicláveis e reciclados.”. (BRASIL, 2010a). O incentivo ao processo de reciclagem, bem como o uso dos materiais que provém deste processo, é apenas uma forma, entre tantas possíveis, de se realizar o beneficiamento e tratamento dos resíduos sólidos de maneira adequada, como dispõe a PNRs. Outra regulamentação que fomenta o processo de reciclagem encontra-se no artigo 7º nos incisos:

[...] XI- prioridade, nas aquisições e contratações governamentais, para: a) produtos reciclados e recicláveis; b) bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis; XII- integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos. (BRASIL, 2010a, não paginado).

O fato de priorizar a compra e contratações de serviços por parte do poder público que tenham padrões sustentáveis, já é um bom caminho para estimular hábitos sustentáveis no padrão de consumo das pessoas e, ao mesmo tempo, engloba princípios de caráter social para

quem exerce a prática da produção de materiais recicláveis. E, conforme, preconiza a lei de resíduos sólidos em relação aos mecanismos que dão suporte para seu favorecimento:

Art. 8º São instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos, entre outros: I - os planos de resíduos sólidos; [...] III - a coleta seletiva, os sistemas de logística reversa e outras ferramentas relacionadas à implementação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos; [...] V - o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis; VI - a cooperação técnica e financeira entre os setores público e privado para o desenvolvimento de pesquisas de novos produtos, métodos, processos e tecnologias de gestão, reciclagem, reutilização, tratamento de resíduos e disposição final ambientalmente adequada de rejeitos; [...] VIII - a educação ambiental; [...] X - o Fundo Nacional do Meio Ambiente e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. (BRASIL, 2010a, não paginado).

O incentivo à implementação da coleta seletiva tem por base a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos e a definição do termo ‘responsabilidade compartilhada’ está na própria lei, em seu Art. 3º, inciso XVII, onde se lê: “conjunto de atribuições individualizadas e encadeadas dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, dos consumidores e dos titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos”. Isso significa que todos os cidadãos são responsáveis por esse processo de realizar a destinação dos resíduos de maneira adequada.

O estímulo à criação de associações ou cooperativas também é um fator propiciador que ajuda nesse processo da destinação evitando, assim, o descarte em outras áreas como em lixões ou aterros controlados. Além de impactarem social e ambientalmente, devido ao fato de existirem pessoas que se encontram nesses locais para fazerem a catação de materiais, eles também contaminam o solo pelo contato direto do chorume (líquido gerado com os restos de resíduos orgânicos). Existe também a possibilidade de transmissão de doenças, pelo acúmulo de bactérias.

Esse problema revela a necessidade da educação ambiental, tratada no inciso VIII deste mesmo artigo, como forma de fazer que as pessoas se conscientizem da responsabilidade que têm pelo meio em que vivem. É uma forma de sensibilização também das pessoas que sobrevivem do trabalho de catar materiais recicláveis. Em relação ao processo de reciclagem:

Art. 9º-Na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos. [...] § 2º-A Política Nacional de Resíduos Sólidos e as Políticas de Resíduos Sólidos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios serão compatíveis com o disposto no **caput** e no § 1º deste artigo e com as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei. (BRASIL, 2010a, não paginado, grifo do autor).

Neste caso, como mostrado anteriormente em relação à destinação dos resíduos, se estabelece a prioridade na forma de tratamento dos resíduos sólidos. Verifica-se que o processo de reciclagem permanece em quarta posição na destinação. Assim, uma questão a ser verificada

é com relação à quantidade de produção de resíduos no país em um ano. Segundo os dados da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE<sup>9</sup>):

O **montante coletado** em 2015, que foi de **72,5 milhões de toneladas**, resulta em um índice de **cobertura de coleta de 90,8% para o país, o que leva a cerca de 7,3 milhões de toneladas de resíduos sem coleta** no país e, consequentemente, com destino impróprio. (ABRELPE, 2015, p. 18, grifo do autor).

Sendo assim, é preciso criar muitas outras formas para atender a necessidade de destinação adequada dos resíduos, pois, como visto nos dados acima, no Brasil há um déficit de 7,3 milhões de toneladas de resíduos que ainda são descartados de maneira inadequada. Cabe, então, questionar: Qual incentivo tem sido dado para que a coleta seletiva seja mais eficiente? Por parte dos gestores públicos, como têm enfrentado a questão do saneamento básico, no que se refere aos resíduos sólidos, para cumprir as leis existentes? E como atender os catadores de materiais recicláveis previsto na PNRS?

De fato, o incentivo ao desenvolvimento de associações e cooperativas foi previsto na legislação federal, assim como se pode verificar na parte que se refere ao plano nacional dos resíduos sólidos:

Art. 15. A União elaborará, sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente, o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, com vigência por prazo indeterminado e horizonte de 20 (vinte) anos, a ser atualizado a cada 4 (quatro) anos, tendo como conteúdo mínimo: I - diagnóstico da situação atual dos resíduos sólidos; [...] III - metas de redução, reutilização, reciclagem, entre outras, com vistas a reduzir a quantidade de resíduos e rejeitos encaminhados para disposição final ambientalmente adequada; [...] V - metas para a eliminação e recuperação de lixões, associadas à inclusão social e à emancipação econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis. (BRASIL, 2010a, não paginado).

Este é um ponto importante no que se refere à formulação do plano nacional de resíduos sólidos, pois tem como propósito a inclusão social e econômica de catadores de materiais recicláveis. Outro aspecto relevante diz respeito à erradicação dos lixões que, como previsto na lei, os estados e municípios teriam o prazo máximo de quatro anos para se adequarem à legislação, por meio da elaboração específica de um plano de gerenciamento de resíduos sólidos para suas unidades.

Porém, esse prazo não tem sido cumprido por grande parte dos estados e suas respectivas municipalidades, levando-se em conta fatores variáveis, como o tamanho da população, o custo benefício de ter acesso aos recursos para implementação das metas e a falta de um

---

<sup>9</sup> Fundada em 1976 por um grupo de empresários pioneiros nas atividades de coleta e transporte de resíduos sólidos, a ABRELPE tem pautado sua atuação nos princípios da preservação ambiental e do desenvolvimento sustentável, para representação e defesa do setor, com a missão de promover o desenvolvimento técnico-operacional da gestão de resíduos sólidos no Brasil. (ABRELPE, 2015, p.11).

plano de saneamento básico que vise o tratamento dos resíduos sólidos. Conforme se verifica abaixo:

Na Câmara, entre outras propostas que tratam do assunto, o Projeto de Lei 2289/15 (BRASIL, 2015), do Senado, prorroga para entre 2018 e 2021, conforme o tamanho da população, o prazo para que os municípios encerrem os seus lixões e os substituam por aterros sanitários.”. (BRASIL, 2015, não paginado).

Desse modo, devido à dificuldade dos municípios se adequarem, no planejamento para a gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos, houve a necessidade do governo postergar o prazo para o cumprimento da lei, considerando-se inviável devido à quantidade de municípios não aptos a atender as exigências da PNRS. A grande maioria alegou que o prazo não era suficiente para que as prefeituras se adequassem às novas exigências.

De acordo com informações oficiais, a proposta de ampliação do prazo para que os estados e municípios possam se adequar à PNRS está em trâmite desde 2015 (BRASIL, 2015) e ainda após três anos a proposição encontra-se sujeita à apreciação do plenário, com a seguinte mensagem de pendência verificada no mês de maio de 2017.

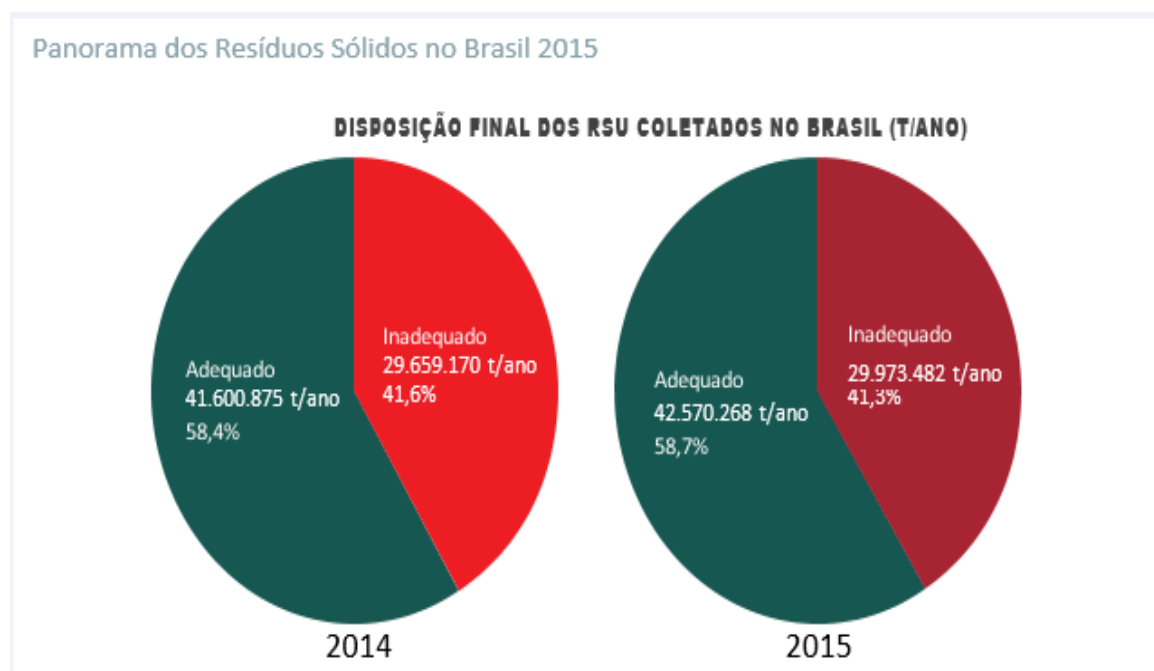
Indeferido o Requerimento n. 6.453/2017, conforme despacho do seguinte teor: "Indefiro o Requerimento n. 6.453/2017, uma vez que o Projeto de Lei n. 2.289/2015 encontra-se pendente de apreciação pela Comissão Especial que deve ser constituída para a análise da proposição, em consonância com o art. 34, inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, razão pela qual ainda não reúne condições para figurar na Ordem do Dia do Plenário, nos termos do art. 128 do RICD. Publique-se. Oficie-se." (BRASIL, 2017c, não paginado).

Enquanto isso, o projeto de lei não foi votado e o prazo anteriormente estabelecido não tem sido cumprido. Assim, pode-se verificar, pelos dados apontados na Tabela 3 e no Gráfico 1 abaixo, a situação em que ainda se encontra a destinação dos resíduos sólidos no Brasil.

**Tabela 3- Quantidade de Municípios por tipo de disposição adotada-2015**

Disposição Final	2015 -Regiões e Brasil						Brasil 2014
	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Brasil	
Aterro Sanitário	97	456	165	820	706	2.244	2.236
Aterro Controlado	110	504	148	646	366	1.774	1.775
Lixão	243	834	154	202	119	1.552	1.559
<b>BRASIL</b>	<b>450</b>	<b>1.794</b>	<b>467</b>	<b>1.668</b>	<b>1.191</b>	<b>5.570</b>	<b>5.570</b>

Fonte: Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Urbana e Resíduos Especiais, 2015, p. 24.

**Gráfico 1- Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil 2015**

Fonte: Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Urbana e Resíduos Especiais, 2015, p. 24.

Em relação a esse processo, verifica-se, no Gráfico 1 de pizza, que a variação da percentagem da disposição final dos resíduos sólidos urbanos coletados no Brasil (tonelada/ano) foi baixíssima em comparação aos anos de 2014 e 2015, tendo apenas 3% de variação em relação à disposição adequada. Cabe lembrar que a PNRS considera que a forma adequada se dá quando a destinação é realizada em aterro sanitário. Sendo assim, fazendo-se a soma dos dados referentes ao país no ano de 2015, da disposição final em lixão e aterro controlado, o percentual é de 59,71%, ou seja, numa estimativa de que quase 60% estejam inadequados em relação ao tratamento dos resíduos e não adequado como aparece no gráfico.

Contudo, a PNRS ainda prevê que as associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis elaborem seus planos de gerenciamento dos resíduos sólidos, assim como aponta em seu artigo:

Art. 21. O plano de gerenciamento de resíduos sólidos tem o seguinte conteúdo mínimo: § 3º Serão estabelecidos em regulamento: I - normas sobre a exigibilidade e o conteúdo do plano de gerenciamento de resíduos sólidos relativo à atuação de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis. (BRASIL, 2010a, não paginado).

Como estabelece a lei, essa é uma forma de coordenar as ações sob a forma do gerenciamento dos resíduos sólidos, em todos os processos e de todas as entidades que participam desse ciclo. Assim, a legislação prevê que as associações e cooperativas também façam a destinação adequada dos rejeitos, ou dos resíduos sólidos que não são comercializados. Esse é



um ponto importante para que as práticas de destinação adequadas dos resíduos ocorram de maneira coerente, em todos os âmbitos, com o que propõe a política nacional.

Já no que diz respeito à coleta seletiva, além do incentivo aos municípios para implementarem o que está previsto em lei, o artigo 35 aponta algumas condicionantes para que sua realização aconteça de maneira integrada com a participação cidadã.

Art. 35. Sempre que estabelecido sistema de coleta seletiva pelo plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos e na aplicação do art. 33, os consumidores são obrigados a: I - acondicionar adequadamente e de forma diferenciada os resíduos sólidos gerados; II - disponibilizar adequadamente os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis para coleta ou devolução. Parágrafo único. O poder público municipal pode instituir incentivos econômicos aos consumidores que participam do sistema de coleta seletiva referido no **caput**, na forma de lei municipal. (BRASIL, 2010a, não paginado, grifo do autor).

Assim, verifica-se que a partir da implementação do sistema de coleta seletiva, determinado pelo plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, os consumidores são obrigados a fazerem a separação dos seus resíduos. É preciso incentivar as pessoas para que elas passem a realizar a separação dos materiais recicláveis e reutilizáveis, a fim de estimular o crescimento desse mecanismo de separação dos resíduos sólidos. Mas, também, uma questão apontada anteriormente diz respeito à divulgação por meio da educação ambiental, para que essa prática se consolide por princípios e valores sociais e ambientais. A incorporação desses princípios da educação ambiental atenderá, em médio e longo prazo, muito mais do que apenas investir em recursos econômicos para incentivar a participação dos cidadãos.

Quanto às cooperativas e associações, assume-se que a organização coletiva é o melhor meio de conseguir maior reconhecimento e melhores condições de trabalho. Nesse sentido, nasce, em 2001, o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR)<sup>10</sup>, na busca pelo reconhecimento do trabalho, da profissão “catador”, das tecnologias desenvolvidas ao longo de décadas de experiência em coleta seletiva e, principalmente, pela remuneração adequada do serviço prestado à sociedade.

ARTIGO 3 ° O MNCR busca garantir a ‘*independência de classe*’<sup>11</sup> em relação aos partidos políticos, governos e empresários, mas também lutando pela gestão integrada

---

<sup>10</sup> O Movimento Nacional dos Catadores(as) de Materiais Recicláveis (MNCR) surgiu em meados de 1990 com o 1º Encontro Nacional de Catadores de Papel, sendo fundado em junho de 2001 no 1º Congresso Nacional dos Catadores(as) de Materiais Recicláveis em Brasília, evento que reuniu mais de 1.700 catadores e catadoras. No congresso foi lançada a Carta de Brasília, documento que expressa as necessidades do povo que sobrevive da coleta de materiais recicláveis. (MNCR, 2008, não paginado). O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) é um movimento social que há cerca de **16 anos** vem organizando os catadores e catadoras de materiais recicláveis pelo Brasil afora. Buscamos a valorização de **nossa categoria de catador** que é um trabalho e tem sua importância.

<sup>11</sup> A “independência de Classe” é o princípio histórico que orienta a luta do povo na busca pela nossa verdadeira emancipação das estruturas que nos dominam; significa que a união do povo, nossa luta e organização, não pode

dos resíduos sólidos com participação ativa dos catadores organizados, desde a execução da coleta seletiva com catadores de rua, até a triagem e o beneficiamento final dos materiais, buscando tecnologias viáveis que garantam o controle da cadeia produtiva, firmando com os poderes públicos contratos que nos garantam o repasse financeiro pelo serviço prestado à sociedade, e cobrando das empresas privadas, produtora industrial dos resíduos o devido pagamento pela nossa contribuição na reciclagem. (MNCR, 2008, não paginado, grifo do autor).

A partir disso, se constitui a busca por um protagonismo em relação às conjunturas econômicas, políticas, sociais, culturais e ambientais, e o reconhecimento da categoria profissional. Assim, com a promulgação da PNRS, verifica-se, em seu artigo 36, qual foi o resultado dessa busca por acesso aos direitos no campo da reciclagem.

Art. 36. No âmbito da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, cabe ao titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, observado, se houver, o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos: I - adotar procedimentos para reaproveitar os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis oriundos dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos; II - estabelecer sistema de coleta seletiva; III - articular com os agentes econômicos e sociais medidas para viabilizar o retorno ao ciclo produtivo dos resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis oriundos dos serviços de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos; IV - realizar as atividades definidas por acordo setorial ou termo de compromisso na forma do § 7º do art. 33, mediante a devida remuneração pelo setor empresarial; V - implantar sistema de compostagem para resíduos sólidos orgânicos e articular com os agentes econômicos e sociais formas de utilização do composto produzido; VI - dar disposição final ambientalmente adequada aos resíduos e rejeitos oriundos dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos. § 1º Para o cumprimento do disposto nos incisos I a IV do caput, o titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos priorizará a organização e o funcionamento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda, bem como sua contratação. § 2º A contratação prevista no § 1º é dispensável de licitação, nos termos do inciso XXVII do art.24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. (BRASIL, 2010a, não paginado, grifo nosso).

Essa regulamentação foi um grande avanço para o trabalho dos catadores no que se refere à contratação do serviço de coleta seletiva. Ter isso disposto na PNRS é muito importante para a inclusão socioprodutiva dos catadores na cadeia da reciclagem. Apesar de essa contratação já ter sido ordenada anteriormente na Constituição Federal, como menciona a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (BRASIL, 1993), e regulamenta o art.37, inciso XXI, da CF e institui normas para licitações e contratos da Administração Pública. Sendo assim, foi uma forma de enfatizar o trabalho da categoria de catadores em função da organização da coletividade que deu origem ao MNCR.

---

ser dividida por diferenças partidárias, nem se deixar manipular ou corromper pelas ofertas que vêm das classes dominantes, governos e dos ricos. (MNCR, 2008, não paginado).

Além disso, outra questão refere-se ao fato de conceder subsídios para que essas entidades coletivas organizadas sob a forma de associações ou cooperativas tenham condições de atender as exigências prescritas. Assim, quanto aos instrumentos econômicos:

Art. 42. O poder público poderá instituir medidas indutoras e linhas de financiamento para atender, prioritariamente, às iniciativas de: [...] III - implantação de infraestrutura física e aquisição de equipamentos para cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda; [...]V - estruturação de sistemas de coleta seletiva e de logística reversa. (BRASIL, 2010a, não paginado).

Conforme essa regulamentação, a criação de cooperativas ou associações pode ocorrer mediante linhas de financiamento de crédito, para que as pessoas que fazem parte dos empreendimentos tenham condições dignas de trabalho, considerando o fato de ser um trabalho árduo e que expõe muito o trabalhador a todo tipo de contaminação. As pessoas que fazem parte desses empreendimentos são de baixa renda e o que ganham, praticamente, é o suficiente para a sobrevivência. Dificilmente podem investir no empreendimento, exceto os que, ao longo dos anos conseguiram, se estruturar para investir.

No entanto, ao mesmo tempo em que a PNRS menciona o fato de associações e cooperativas terem de elaborar um plano de gerenciamento, por outro lado, no que diz respeito ao cumprimento do plano, não penaliza os titulares dos serviços públicos que não o fizerem. Assim, como presente no artigo 50: “A inexistência do regulamento previsto no § 3º do art. 21 não obsta a atuação, nos termos desta Lei, das cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis.”. (BRASIL, 2010a, não paginado). Por último, de todos os princípios e objetivos que constam na PNRS, como analisado anteriormente, em relação ao prazo para adequação dos estados e municípios, ficou definido no artigo 54: “A disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, observado o disposto no § 1º do art. 9º, deverá ser implantada em até 4 (quatro) anos após a data de publicação desta Lei.”. (BRASIL, 2010a, não paginado). Porém, esse prazo ainda está em trâmite para ser decidido e, até o momento, encontra-se na Câmara dos Deputados como mencionado anteriormente.

Outro ponto a destacar, tem a ver com a forma de elaboração da PNRS, apontada pelo estudo de Baptista (2015). Ele aponta a questão da inclusão socioprodutiva dos catadores nessa cadeia da reciclagem que não é plenamente alcançada, devido ao modo como foi concebida por essa legislação.

A PNRS não é pactuada plenamente por todos os atores e, dessa forma, perde a capacidade de inclusão social. É uma política que traz perspectivas positivas de mudanças transformadoras positivas da realidade social, mas que possui entraves que representam limites a essa mudança. Não se quer dizer também que a PNRS não seja pactuada

somente pelos catadores, mas que a mesma não sofre um processo de pactuação entre os atores. (BAPTISTA, 2015, p. 20).

De acordo com Baptista (2015), a PNRS não é pactuada plenamente por todos os atores e, dessa forma, perde a capacidade de inclusão social, pelo distanciamento entre os gabinetes dos formuladores da política e os galpões da cooperativa. Assim, verifica-se, na prática, os esforços dos catadores contra à inserção de tecnologias que, se implantadas, afetam o trabalho dos catadores, como a rota tecnológica da incineração.<sup>12</sup>

Considerando que a incineração é uma tecnologia que visa a combustão, todos os tipos de materiais descartados, inclusive os recicláveis, são vistos com maior poder de queima, o que permite manter a termelétrica em sua temperatura constante. Esse tipo de tecnologia eliminaria o trabalho dos catadores. Além disso, outro problema decorrente dessa tecnologia é o da poluição e o dos seus impactos sobre a saúde humana e o meio ambiente. Dessa forma, conforme um estudo realizado pelo Greenpeace (2002), observa-se que:

Uma ampla gama de efeitos na saúde foram associados à residência próxima a incineradores, assim como ao trabalho neles. Esses efeitos incluem câncer (em crianças e adultos), impactos adversos no sistema respiratório, doença cardíaca, efeitos no sistema imunológico, aumento na incidência de alergias e anormalidades congênitas. Alguns estudos, especialmente os sobre câncer, estão relacionados a incineradores mais antigos, e não aos modernos. No entanto, os incineradores modernos em operação nos últimos anos também foram associados a efeitos adversos na saúde. (GREENPEACE, 2002, p. 1).

Contudo, também é preciso ter clareza de que os catadores não conseguem solucionar todas as questões que se referem à reciclagem. É preciso também criar outros meios para solucionar esses problemas do gerenciamento de resíduos sólidos, que sejam viáveis de maneira social e ambiental.

Portanto, no que se refere à PNRS, tratou-se de analisar muitos pontos importantes, mas também os que de certa forma contribuem para o fortalecimento da categoria dos catadores de materiais recicláveis. Trata-se de verificar que a disposição adequada dos resíduos sólidos é um tema muito importante e, por isso, deve ser considerado com a devida seriedade nos tempos atuais. É preciso dar relevância a todos os participantes desse processo, começando pelos

---

<sup>12</sup> Os incineradores de lixo apareceram como uma solução ambientalmente correta na medida em que faziam o aproveitamento energético dos resíduos, ou seja, através da queima se podia gerar energia elétrica com o processo de uma termelétrica. Toda a tecnologia para isso já existia e pode ser adaptada das usinas de carvão e outra termelétrica. Ao invés de usarem algum combustível fóssil, usavam o lixo. Como o lixo é um material heterogêneo, muitas vezes quando este se encontra muito úmido, se faz necessário usar material com maior poder de queima, como madeira ou gás natural, para manter a temperatura constante nas caldeiras. Manter a temperatura constante é essencial para o correto funcionamento de uma termelétrica. O problema é que o que é solução para alguns é problema para outros. Nos resíduos sólidos os materiais com maior poder de queima são justamente os materiais recicláveis ou reutilizáveis. (MACHADO, 2013, não paginado).

fabricantes até os consumidores, acompanhando todo ciclo produtivo até seu estágio final com o descarte dos resíduos sólidos, no qual se pretende a inclusão dos catadores, como agentes essenciais nesse processo.

Acredita-se que a melhor rota tecnológica seja a que tem controle social, a participação dos cidadãos e dos catadores(as) no planejamento e na execução da limpeza urbana, pois, baseia-se na redução da geração de resíduo, na garantia da inclusão social e na diminuição da desigualdade social. Existem muitos caminhos tecnológicos para o tratamento de RSU (Resíduos Sólidos Urbanos) ofertados aos gestores públicos que atendem as exigências da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) no Brasil. A coleta seletiva solidária, realizada pelos catadores(as), seria uma forma de mobilização para o processo de justiça social, por meio de uma gestão compartilhada, tratada na própria PNRS.

## **2.2 A Política Estadual de Resíduos Sólidos**

Neste tópico, pretende-se analisar a Política Estadual de Resíduos Sólidos (PERS) do estado de Minas Gerais, no intuito de verificar o que essa legislação sinaliza quanto aos resíduos sólidos, fazendo uma análise em consonância com o que está previsto na PNRS. No entanto, é importante citar que a PERS foi sancionada um ano antes do marco regulatório federal. Posteriormente, também serão analisados os possíveis avanços do Estado de Minas Gerais em relação a temática dos resíduos sólidos.

Primeiramente, analisa-se o que permanece em comum em ambas as legislações e o que as distingue. Depois, analisa-se a Lei nº 18.031, de 12 de janeiro de 2009, que dispõe sobre a Política Estadual de Resíduos Sólidos (MINAS GERAIS, 2009b). Assim, no que diz respeito aos princípios e diretrizes, ela estabelece:

Art.6º- São princípios que orientam a Política Estadual de Resíduos Sólidos: I - a não-geração; II - a prevenção da geração; III - a redução da geração; IV - a reutilização e o reaproveitamento; V - a reciclagem; VI - o tratamento; VII - a destinação final ambientalmente adequada; VIII - a valorização dos resíduos sólidos (MINAS GERAIS, 2009b).

Aqui, o processo de reciclagem aparece em quinta posição em relação à forma de disposição dos resíduos sólidos. Já na PNRS, apresenta-se em quarta posição, enquanto na política estadual está em segunda posição a prevenção da geração, um fator importante que é realizado por meio de educação ambiental. Dessa forma, com a inclusão da prevenção o processo da reciclagem encontra-se em quinto lugar. Esses princípios também aparecem sob a forma de objetivos no Art. 8º “I - estimular a gestão de resíduos sólidos no território do Estado,

de forma a incentivar, fomentar e valorizar a não-geração, a redução, a reutilização, o reaproveitamento, a reciclagem”. (MINAS GERAIS, 2009b).

Observa-se na PERS que a inclusão dos catadores de materiais recicláveis é concebida de modo a valorizar o trabalho realizado por eles, mas também trata-se de oferecer condições dignas para o trabalho que realizam, como consta no seguinte artigo 7º:

São diretrizes da Política Estadual de Resíduos Sólidos: [...] inciso VII - a integração, a responsabilidade e o reconhecimento da atuação dos catadores nas ações que envolvam o fluxo de resíduos sólidos, como forma de garantir-lhes condições dignas de trabalho. (MINAS GERAIS, 2009b, não paginado).

Esse processo de reconhecimento tem resultado da união da categoria profissional que gerou o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, na busca por valorização da categoria.

Ela também se refere à fiscalização e supervisão da gestão dos resíduos sólidos. Esse aspecto é considerado de extrema relevância, pois é o que trata de averiguar as exigências e sobre como estão sendo realizadas na prática, e que não aparecem na PNRs. Tal preocupação encontra-se, na legislação estadual, da seguinte maneira:

Art.9 - Para alcançar os objetivos previstos no art.8º, cabe ao poder público: I - supervisionar e fiscalizar a gestão dos resíduos sólidos efetuada pelos diversos responsáveis, de acordo com as competências e obrigações estabelecidas na legislação; [...] III - fomentar: [...] i) a formação de organizações, associações ou cooperativas de catadores dedicados à coleta, à separação, ao beneficiamento e à comercialização dos resíduos sólidos; j) a implantação do sistema de coleta seletiva nos municípios; [...] o) a inclusão social dos catadores. (MINAS GERAIS, 2009b, não paginado).

Assim, a fiscalização não aparece na lei federal, mas está prevista na lei estadual. Ela prevê a supervisão e a fiscalização do gerenciamento dos resíduos sólidos pelos diversos geradores responsáveis. Todavia, essa regulamentação, que visa supervisionar e fiscalizar, quanto mais observada fosse nos níveis federal, estadual e municipal, melhor seria para o seu cumprimento quanto à disposição adequada dos resíduos sólidos. Novamente, esse artigo refere-se à inclusão social de catadores nesse processo, bem como o incentivo à criação dos empreendimentos para realizarem o serviço de coleta seletiva.

No caso da coleta seletiva, essa pode ocorrer desde que os cidadãos façam a separação adequadamente dos resíduos e depositem em lugares específicos de recolhimento desses materiais como em gaiolas de metal, conhecidas como PEV's, que são Pontos de Entrega Voluntárias, ou LEV's - Local de Entrega Voluntária. Com isso, a coleta seletiva pode acontecer normalmente sem necessariamente incluir o trabalho dos catadores de materiais recicláveis nesse processo, pois o recolhimento, depois desses materiais serem depositados nos pontos específicos, pode ser realizado por empresas. No caso da coleta seletiva realizada pelos

catadores, denomina-se de coleta seletiva solidária, pois, além do trabalho que o catador realiza, ela pode se articular com a sociedade sobre a importância da separação e, ao mesmo tempo, sensibilizar, atuando como mobilizador social.

Por isso, considera-se que a coleta seletiva solidária, a partir da experiência acumulada dos catadores, deva ser prioritária dentro do processo de rotas para a gestão de resíduos sólidos. Além de realizarem a coleta de forma mais abrangente e direta, desenvolvem um trabalho de educação e mobilização social sobre a importância da separação dos resíduos e as consequências do não tratamento do mesmo. Dessa forma, segundo Bortoli (2013, p. 255), esse processo de organização permite:

Discutir os processos de organização desses trabalhadores, contribuindo para o aprofundamento de questões relacionadas às lutas por transformação social e pela construção de novos projetos societários.

Porém, outra questão que se verifica com a promulgação da PNRS e da PERS é que se, por um lado, elas visam inserir os catadores por meio de contratação dos serviços prestados à coleta seletiva, por outro lado, deixam em aberto que outras possíveis rotas tecnológicas poderiam ser inseridas no processo de reciclagem.

Nesse caso, também a política estadual estabelece que se deve dar primazia ao serviço de coleta, conforme se verifica no artigo 13: “A coleta dos resíduos sólidos urbanos se dará de forma preferencialmente seletiva.”. Assim, tanto a política nacional quanto a estadual, deixam em aberto os possíveis destinos da disposição dos resíduos sólidos. Segundo Bortoli, (2013) pode-se verificar que esse processo é muito complexo por envolver diversos campos, tanto o político, quanto o econômico, como social e ambiental. Entender esse processo da cadeia da reciclagem é importante para analisar como as políticas públicas tratam suas regulamentações.

Na verdade, é a reciclagem, traduzida como forma de enfrentamento da questão ambiental, que logrará investimentos em diversos aspectos, visto que, no entendimento majoritário, ela atende a interesses ambientais e sociais, centrados nas formas de combater o excesso de lixo produzido e suas consequências para o meio ambiente. Entretanto, são os interesses econômicos que a motivam. (BORTOLI, 2013, p. 253).

A preponderância dos interesses econômicos incide sobre os fatores sociais e ambientais, visto que a indústria da reciclagem visa seu lucro, e não pensa em soluções sociais e ambientais como sendo fatores prioritários. Assim, os interesses na cadeia da reciclagem são controvérsias de diferentes segmentos socioeconômicos: na base, os catadores; no alto, a indústria recicladora. Por isso, uma questão que vem em primeiro lugar é compreender o que é a reciclagem. Em segundo lugar, considerar onde estão inseridos os catadores nesse processo,

pois, o conceito de reciclagem não é fixo e isso implica, em alguns casos, a não inclusão do catador nesse processo.

Entretanto, o trabalho de coleta seletiva realizado pelos catadores(as) nas cidades e nos estados do Brasil são bem diversos, pois leva-se em consideração as peculiaridades dos seus espaços, seus lugares, os tipos de materiais mais reciclados, entre outros diversos fatores. Isso influencia a construção de políticas públicas específicas que passam a atender essas demandas mais distintas. Assim, como considera Alcântara (2014, p. 136):

O formato de políticas públicas (PPs) pode e tem sido utilizado para institucionalizar hábitos, quaisquer que sejam eles, mas para que obtenham efetividade deve-se considerar – além da dinâmica interna própria a estas – o contexto (social, político e histórico) no qual elas serão inseridas ou para os quais foram criadas.

Contudo, o que não se encontra nas legislações federais e estaduais, espera-se que seja mais especificado nos níveis municipais, atendendo de maneira particular as necessidades locais. Voltando à legislação estadual, considera-se que o serviço de coleta seletiva deve ser realizado mediante a contratação de associações ou cooperativas de catadores, tal como disposto abaixo:

Art. 27 - Os resíduos sólidos reversos coletados pelos serviços de limpeza urbana serão dispostos em instalações ambientalmente adequadas e seguras, para que os geradores providenciem o retorno para o ciclo do produto ou para outro ciclo produtivo. Parágrafo único. Para o cumprimento do disposto neste artigo, o responsável pelos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos priorizará a contratação de organizações produtivas de catadores de materiais recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda (MINAS GERAIS, 2009b, não paginado).

Desse modo, também constam no Art.33 (MINAS GERAIS, 2009b), as obrigações dos geradores de resíduos sólidos. Orienta-se que pode ser realizada a contratação mediante o cumprimento das responsabilidades por parte do empreendimento contratado, encarregando-se de todo o ciclo até a etapa final no processo de comercialização e também da disposição ambientalmente adequada de rejeitos.

Outra questão apontada na PERS que também consta na PNRS, diz respeito a dar subsídios para que as associações ou cooperativas de catadores tenham condições de se estabelecer no mercado de trabalho autonomamente, para poderem prestar os serviços de coleta seletiva e beneficiamento dos materiais reciclados. Assim, estabelece:

Art.51 - Ficam acrescentados à Lei n ° 14.128, de 2001, os seguintes arts. 4º-A a 4º - N: Art.4º-B- O Estado, observadas as políticas de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento, estabelecidas pelas leis de diretrizes orçamentárias, ou por meio de incentivos creditícios, atuará com vistas a estruturar linhas de financiamento para atender prioritariamente as iniciativas de: [...] IV- apoio às organizações produtivas de catadores de materiais recicláveis para implantação de infra-estrutura física e aquisição de equipamentos (MINAS GERAIS, 2009b, não paginado).



Ou seja, isso estar previsto na legislação é primordial para que as ações aconteçam, para que sejam atendidos os objetivos da PERS, de modo a atender o que se propõe a alcançar. Também dispõe, na complementação do Art.51, o seguinte artigo: “Art. 4º [...] J- O Estado adotará instrumentos econômicos visando a incentivar: I- programas de coleta seletiva eficientes e eficazes, preferencialmente em parceria com organizações de catadores.”.

Pode-se dizer que o Estado de Minas Gerais é um dos estados que mais tem avançado em termos de legislação, em relação ao processo de gerenciamento dos resíduos sólidos, tendo em vista uma série de ações que vem desenvolvendo para promover a melhor destinação dos resíduos sólidos urbanos, mas, na prática, muitas ações, para promover o cumprimento da legislação, ainda precisam ser realizadas. Em 2003, a Fundação Estadual de Meio Ambiente (FEAM) lançou o programa “Minas sem Lixões”, já com o intuito de apoiar os municípios na implementação de políticas públicas voltadas para a disposição adequada de resíduos sólidos<sup>13</sup> (FUNDAÇÃO ISRAEL PINHEIRO, 2016). Ou seja, 7 anos antes de se estabelecer o marco regulatório federal na área de resíduos sólidos, o Estado de Minas Gerais já dispunha de instrumentos e mecanismos de ação para atuar no problema de disposição inadequada dos resíduos. Contudo, outro marco regulatório que foi instituído um ano após a PNRS, diz respeito à Deliberação Normativa COPAM nº 172, de 22 de novembro de 2011 (MINAS GERAIS, 2011b), que instituiu o Plano Estadual de Coleta Seletiva-PECS.

Art. 1º - Esta Deliberação Normativa institui o Plano Estadual de Coleta Seletiva - PECS, que estabelece os princípios, diretrizes, estratégias e critérios que orientarão a atuação do Estado no apoio à implantação ou ampliação da coleta seletiva nos municípios, de forma alinhada com as diretrizes do Plano de Regionalização para a Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos em Minas Gerais, incentivando a inclusão sócio produtiva dos catadores de materiais recicláveis e o fortalecimento dos instrumentos determinados pelas políticas de resíduos sólidos.

Através dessa regulamentação, revela-se o incentivo que o Estado tem concedido à promoção da inclusão dos catadores de materiais recicláveis, ao passo que incentiva os municípios a estabelecerem um plano de coleta seletiva por meio de apoio financeiro e de assessoria técnica no auxílio da implementação, que são os instrumentos determinados pelas políticas de resíduos sólidos.

Além disso, outro incentivo que foi disponibilizado para os catadores de materiais recicláveis, é a Lei nº 19.823, de 22 de novembro de 2011(MINAS GERAIS, 2011a). Ela dispõe

---

<sup>13</sup> Entre seus objetivos estavam ações para mobilizar e sensibilizar os gestores municipais na erradicação dos lixões, implantação da coleta seletiva e iniciativas de educação ambiental com foco na redução, reutilização e reciclagem dos resíduos com inclusão social e geração de trabalho e renda.

sobre a concessão de incentivo financeiro a catadores de materiais recicláveis, como a bolsa reciclagem.

Art. 2º - A Bolsa Reciclagem tem por objetivo o incentivo à reintrodução de materiais recicláveis em processos produtivos, com vistas à redução da utilização de recursos naturais e insumos energéticos, com inclusão social de catadores de materiais recicláveis.”. (MINAS GERAIS, 2011a, não paginado).

Esse incentivo financeiro concedido trimestralmente às associações e cooperativas consta no Art. 3º desta lei. Esse incentivo para os catadores de materiais recicláveis constitui uma contraprestação de serviços ambientais, com a finalidade de minimizar o acúmulo do volume de rejeitos e a pressão sobre o meio ambiente.

Portanto, em relação ao que consta na legislação estadual, verifica-se o esforço e como tem ocorrido a contribuição por parte do Estado para que a disposição dos resíduos sólidos aconteça de maneira adequada e, além de tudo, muito se tem feito para que esse processo aconteça com a inclusão dos catadores de materiais recicláveis.

### **2.3 A Política de Resíduos Sólidos no Município de Diamantina**

Esta parte do trabalho tem como objetivo analisar o que o município de Diamantina, *locus* deste estudo de caso, tem desenvolvido em relação ao estabelecimento da política de resíduos sólidos. Primeiramente, serão apontados alguns dados do município que são importantes para compreender a proposta para o território onde as ações políticas, econômicas, sociais e culturais se configuram. Posteriormente, será feita uma análise em relação à política pública municipal.

O município de Diamantina localiza-se na Mesorregião do Jequitinhonha, estando a 285 km da capital Belo Horizonte / Minas Gerais. Segundo informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016), sua população é estimada em 48.095 habitantes. O Vale do Jequitinhonha divide-se em três regiões: Alto Jequitinhonha (região de Diamantina, próxima à nascente do rio), Médio (região de Araçuaí) e Baixo Jequitinhonha (região de Almenara, próximo à foz, no sul da Bahia). O Vale é conhecido pelos seus baixos indicadores sociais e econômicos, porém, segundo Zhouri e Oliveira (2007, p. 124):

[...] as imagens historicamente produzidas pelos governos e pelos segmentos empresariais sobre o Vale do Jequitinhonha tornam-se significativas. Associadas, elas ajudam a compor um quadro de pobreza, miséria e estagnação, justificando, assim, a implantação de projetos econômicos.

Essas imagens divulgadas pelos meios de comunicação, enfatizam a região como vale da miséria e vale da pobreza, e podem dar oportunidade para as empresas industriais

explorarem os recursos naturais, culturais e econômicos da região. Porém, a região do Alto do Jequitinhonha vem apresentando bons indicadores humanos e econômicos, pois possui o maior número de municípios do Vale do Jequitinhonha, conta com várias das cidades mais populosas da região, como Capelinha, Diamantina, Itamarandiba, e é o subespaço que mais cresceu em 27 anos (0, 77% a.a.). Assim como pode-se ver na Tabela 4:

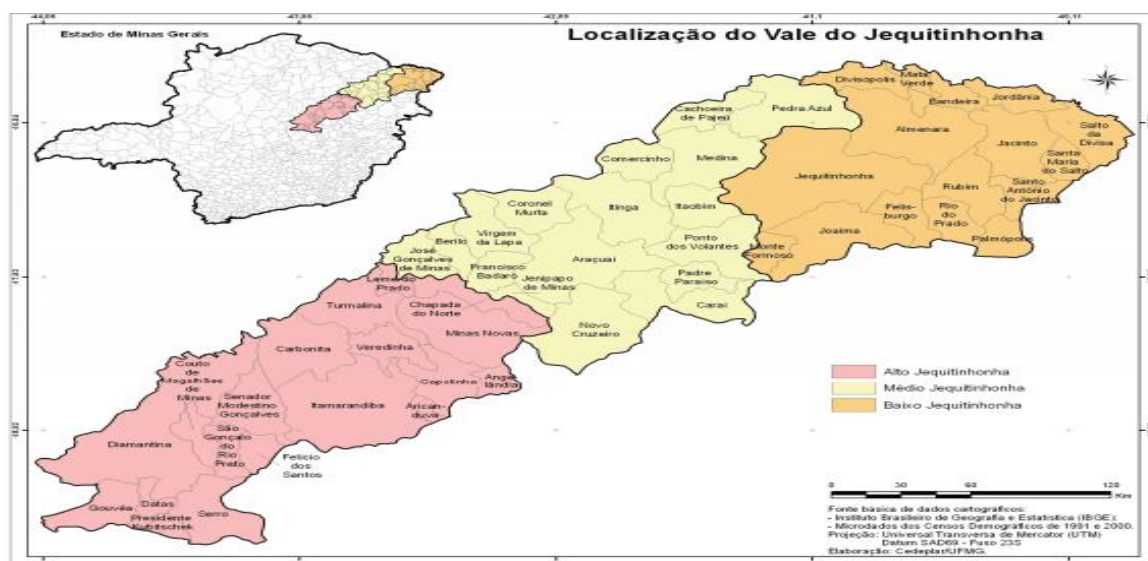
**Tabela 4 - A População do Vale do Jequitinhonha 1980-2007**

Sub-regiões	População Residente				Taxa de Crescimento Médio Anual			
	1980	1991	2000	2007	1980/ 1991	1991/ 2000	2000/ 2007	1980/ 2007
Baixo Jequitinhonha	163705	169331	172807	174662	0,31	0,23	0,14	0,24
Médio Jequitinhonha	264975	280726	285162	286910	0,53	0,17	0,08	0,30
Alto Jequitinhonha	218507	255007	262302	266910	1,41	0,31	0,34	0,77
Minas Gerais	13380105	15743152	17891494	269132	1,49	1,43	0,99	1,36
Brasil	119011052	146825475	169799170	183987291	1,93	1,63	1,07	1,63

Fonte: MATOS, R.; GARCIA, R. A. A população do Vale do Jequitinhonha, 2010.

A região do Vale do Jequitinhonha está localizada ao nordeste de Minas Gerais, constituída de 80 municípios, espalhados em uma área de 85. 467, 10 km<sup>2</sup>, o que equivale 14, 5% do Estado (GOMES *et al.*, 2010). Assim, pode-se observar Mapa 1:

**Mapa 1. Municípios integrantes do Vale do Jequitinhonha.**



Fonte: O ‘Sertão Nordestino’ Mineiro: Caracterização e projeção populacional das microrregiões do Vale do Jequitinhonha, 2000-2030. (GOMES *et al.*, 2010).

O território Alto Jequitinhonha, onde se localiza o município de Diamantina, é composto por vinte e quatro municípios contando com o município em estudo: Aricanduva, Capelinha, Chapada do Norte, Leme do Prado, Minas Novas, Turmalina, Veredinha, Alvorada de Minas, Carbonita, Coluna, Couto de Magalhães de Minas, Datas, Felício dos Santos, São Gonçalo do Rio Preto, Gouveia, Itamarandiba, Materlândia, Presidente Kubitschek, Rio Vermelho, Santo Antônio do Itambé, Senador Modestino Gonçalves, Serra Azul de Minas e Serro. Em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)<sup>14</sup>, em 2010, o município de Diamantina apontava um índice de 0,716, um valor alto considerando a análise que pontua em uma escala de 0 a 1. Essa escala indica que quanto mais próximo de um, melhor o desenvolvimento do município (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2010).

Dessa forma, Diamantina destaca-se em relação aos outros municípios e é considerado pólo de desenvolvimento na região do alto Vale do Jequitinhonha. Porém, em relação à situação da disposição final dos resíduos sólidos, segundos dados da FEAM (2016), o município de Diamantina dispõe de um aterro controlado para a destinação dos resíduos sólidos. Como apontado anteriormente pela PNRS, essa forma estaria inadequada com o que se propõe a política nacional.

O Território Alto Jequitinhonha é atendido por sistemas irregulares, sendo 45,4% (8 municípios) atendido por lixões e 40,3% (11 municípios) atendido por aterros controlados, totalizando 85,7%. O município com disposição final irregular e com população urbana mais expressiva é Diamantina, que possui 40.064 habitantes atendidos por aterro controlado. (FEAM, 2016, p. 24).

Sendo assim, mesmo com o favorecimento das políticas públicas regulatórias no âmbito estadual, conforme verificou-se nas legislações, na prática, a quantidade de municípios do alto do Vale do Jequitinhonha que se encontram inadequados em relação a disposição dos resíduos sólidos urbanos é muito alto, correspondendo a um percentual de 85,7%. A partir da análise desses dados, verifica-se porque tanto tem sido postergado o prazo da PNRS em relação ao prazo final para os municípios se regularizarem, pois, após cinco anos, avançou-se muito pouco nesse processo de destinação adequada de resíduos sólidos.

---

<sup>14</sup> O IDHM brasileiro considera as mesmas três dimensões do IDH Global- longevidade, educação e renda, mas vai além: adequa a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais. Embora meçam os mesmos fenômenos, os indicadores levados em conta no IDHM são mais adequados para avaliar o desenvolvimento dos municípios e regiões metropolitanas brasileiras. (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2010).

Até o momento, o município de Diamantina não tem um plano para tratar da destinação dos resíduos sólidos. Por outro lado, observa-se que a lei estadual estipulou um prazo para que os municípios realizassem seus planos para estarem regularizados diante das normas do Estado de Minas Gerais:

Art. 53 - O prazo para a elaboração dos Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos dos Municípios será estabelecido pelo Copam, observado o prazo máximo de cinco anos contados da data de publicação da regulamentação desta Lei. (MINAS GERAIS, 2009b, não paginado).

Além disso, observa-se que esse prazo coincide com o que se estipulou na PNRS e, por isso, também se nota que não teve muitos avanços. Mas, em outro aspecto, deve-se considerar que o Estado de Minas Gerais está bem avançado em termos de legislação em relação à busca de alternativas para a gestão dos resíduos sólidos: ele incentiva os municípios a se adequarem diante da concessão de recursos. Assim, como trata-se a PERS:

Art.51 - Ficam acrescentados à Lei nº 14.128, de 2001, os seguintes arts. 4º- A a 4º-N: [...] Art.4º – E - A existência de Política de Resíduos Sólidos no âmbito do Município é fator condicionante para a transferência voluntária de recursos e a concessão de financiamento por parte do Estado para a implementação e a manutenção de projetos de destinação final ambientalmente adequada. (MINAS GERAIS, 2009b, não paginado).

Verifica-se que, nesse caso, o Estado tende a estimular a adequação dos municípios, mas, desde que tenham a elaboração de um plano de gestão integrada dos resíduos sólidos, e do que se pretende realizar em relação à destinação final. Já em relação aos investimentos, os valores dos recursos são estipulados de acordo com o que o município consegue atender a população. Conforme previsto:

Art. 54 - A alínea "a" do inciso VIII do art. 1º da Lei nº 13.803, de 27 de dezembro de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação, ficando acrescentada ao inciso a seguinte alínea "d":

"Art. 1º- .....

VIII - .....

a) parcela de, no máximo, 50% (cinquenta por cento) do total será distribuída aos Municípios cujos sistemas de tratamento ou disposição final de lixo ou de esgoto sanitário, com operação licenciada pelo órgão ambiental estadual, atendam, no mínimo, a 70% (setenta por cento) e 50% (cinquenta por cento) da população, respectivamente, sendo que o valor máximo a ser atribuído a cada Município não excederá seu investimento, estimado com base na população atendida e no custo médio "per capita" dos sistemas de aterro sanitário, usina de compostagem de lixo e estação de tratamento de esgotos sanitários, fixado pelo Conselho Estadual de Política Ambiental - Copam -, bem como aos Municípios que comprovadamente tenham implantado em seu território sistema de coleta seletiva de resíduos sólidos urbanos; .....

d) os recursos recebidos na forma da alínea "a" serão utilizados prioritariamente na contratação de cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis, para a realização de serviços de coleta seletiva de resíduos sólidos urbanos;"(nr) (MINAS GERAIS, 2009b, não paginado).

Desse modo, quando os sistemas tecnológicos são implantados no município, de

modo a atender a população, atinge-se o percentual mínimo necessário para captação dos recursos. Assim, o município passará a receber os investimentos. O artigo enfatiza bem que a prioridade do recurso quanto à adoção da rota tecnológica a ser adotada consiste na contratação de cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis.

Contudo, se observou, tanto na PNRS quanto na PERS, que a proposta dos seus objetivos e princípios passa por buscar formas de prevenção, de não geração dos resíduos. Porém, essa proposta não dialoga com o sistema econômico capitalista, conforme analisado no capítulo anterior, pois, a produção a cada dia é voltada para criar necessidade do consumo nas pessoas. E a proposta de rever o consumo é incabível em um sistema em que a produção é o que o impulsiona. Apesar disso, muito se pode trabalhar no sentido da educação ambiental, na questão do consumo consciente, da não geração de resíduos sólidos como forma de prevenção e também da inserção dos catadores de materiais recicláveis. Eles podem desempenhar um papel muito importante, no sentido de informar a população sobre o modo de separação dos materiais, e na sensibilização da população quanto à importância do trabalho dos catadores.

Outro incentivo muito importante, sendo o Estado de Minas Gerais o pioneiro nessa iniciativa, foi a criação do Centro Mineiro de Referência em Resíduos (CMRR) em 2007. É um programa do Serviço Voluntário de Assistência Social (SERVAS) e da Fundação Estadual de Meio Ambiente (FEAM). O objetivo é difundir e consolidar boas práticas na gestão integrada dos resíduos em Minas Gerais.

O programa dá suporte aos municípios na gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos, contribuindo para a implantação, valorização e fortalecimento da coleta seletiva com a inclusão socioprodutiva dos catadores de materiais recicláveis. Por meio de diversas parcerias, o CMRR dissemina alternativas para transformar a manipulação dos resíduos em oportunidades de trabalho e renda com responsabilidade ambiental. (SERVAS, 2015, não paginado).

Contudo, verificam-se muitas oportunidades para o avanço na área dos resíduos sólidos. Também muito se tem priorizando quanto à inclusão dos catadores de materiais recicláveis em todos os processos. Outra questão que pode auxiliar os municípios a se adequarem nesse processo está prevista na Deliberação Normativa COPAM nº 172, de 22 de dezembro de 2011 (MINAS GERAIS, 2011b), que prescreve em seu segundo parágrafo o seguinte:

[...] §2º - Para participar da seleção o município deverá manifestar formalmente à FEAM, por meio de ofício, até 31 de março de cada ano, o interesse em receber o apoio do Estado, o compromisso de disponibilizar as informações necessárias para avaliação dos elementos facilitadores descritos no PECS e a comprovação da existência de galpão apropriado para instalação da infraestrutura mínima necessária aos serviços de coleta seletiva. (MINAS GERAIS, 2011b, não paginado).

Essa exigência se apresenta como uma maneira de auxiliar os municípios a se regularizarem diante da destinação dos resíduos sólidos, por meio do incentivo à coleta seletiva, além de favorecer o incentivo à inclusão dos catadores no processo.

Portanto, verifica-se que o município de Diamantina ainda não está adequado quanto a ter um plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos urbanos, assim como vários outros municípios do Brasil, que também ainda não se organizaram para realizar a destinação adequada dos resíduos sólidos em suas municipalidades. Mas, mais que só apontar essa in adequação, que ainda é um sério problema para ser tratado pelos gestores públicos brasileiros, buscou-se verificar na legislação uma maneira que possa oferecer possíveis soluções para o auxílio no tratamento dos resíduos sólidos. Também foi destacado o trabalho dos catadores nos municípios, que realizam esse trabalho ainda em situações degradantes. Assim, para além de uma solução ambiental, visam-se as questões sociais envolvidas nesse processo.

No capítulo seguinte, o caso da Associação dos Catadores de Diamantina (ACAD) será tratado, suas relações com a municipalidade e as dificuldades locais para o gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos. Trata-se de verificar como a associação em estudo lida com a coleta seletiva no município e como suas ações tem ocorrido para o favorecimento do trabalho com os resíduos sólidos.

### **Capítulo III**

## **UMA EXPERIÊNCIA DE COLETA DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: O CASO ACAD**

A proposta desse capítulo é discutir o modo de organização dos catadores de materiais recicláveis em uma associação situada no município de Diamantina, em Minas Gerais. A Associação dos Catadores de Diamantina (ACAD) trabalha com o apoio da prefeitura da cidade por meio de convênio. Este estudo busca compreender o seu funcionamento, dificuldades e características. Busca-se verificar se o trabalho coletivo, organizado com os princípios do associativismo e da economia solidária, fortaleceu a atividade dos catadores. Contudo, antes de tratar do caso da ACAD, pretende-se situar primeiramente, e de modo breve, como ocorreu a inserção dos catadores no mundo do trabalho. Posteriormente, será apresentada a experiência de coleta de materiais recicláveis no município de Diamantina.

### **3.1 Histórico do processo de inserção dos catadores no mundo do trabalho**

Em relação à origem do trabalho do catador de material reciclável, do modo como é exercido atualmente, ele surge em função da exclusão de pessoas não aptas ao mercado de trabalho, em particular, em tempos em que predominam os princípios neoliberais. Segundo Braz e Neto (2009, p. 227), “A ideologia neoliberal, sustentando a necessidade de ‘diminuir’ o Estado e cortar as suas ‘gorduras’, justifica o ataque que o grande capital vem movendo contra as dimensões democráticas da intervenção do Estado na economia.”. Nas palavras de Antunes (2009, p. 48):

Mas, se por um lado, podemos considerar o trabalho como um momento fundante da vida humana, ponto de partida no processo de humanização, por outro lado, a sociedade capitalista o transformou em trabalho assalariado, alienado, fetichizado. O que era uma finalidade central do ser social converte-se em meio de subsistência. A força de trabalho torna-se uma mercadoria, ainda que especial, cuja finalidade é criar novas mercadorias e valorizar o capital. Converte-se em meio e não primeira necessidade de realização humana.

Houve uma passagem muito brusca para a informalidade, uma das únicas alternativas de trabalho para um grupo expressivo de trabalhadores, como os catadores de lixo, apresenta diversas precariedades e, principalmente, a falta de proteção social do Estado. Segundo Bosi (2008, p. 104):



Nestes termos, explica-se porque essa força de trabalho surgiu composta de trabalhadores sem contrato e com uma produtividade que pudesse ser definida pelo pagamento por produção: uma população desancada do mercado de trabalho e sem atributos para retornar às ocupações formais. Estes fatores garantiram, em grande parte, o crescimento do setor de reciclagem de modo a tornar os preços dos materiais reciclados cada vez mais próximos dos materiais não reciclados, o que efetivamente pôde ser verificado nos últimos anos da década de 1990. Compreendidas sinteticamente a dinâmica e as características da expansão do setor de produção de reciclados no Brasil, e sua dependência de uma força de trabalho fundamental no recolhimento e na seleção dos materiais recicláveis, cabe compreender, de maneira mais aprofundada, o surgimento dessa força de trabalho na década de 1980.

Nesse processo é que se origina a ocupação dos catadores na cadeia da reciclagem, como uma forma de garantir as mínimas condições de sobrevivência, diante da exclusão no mercado formal de trabalho. Além das condições desumanas enfrentadas nas ruas e nos lixões, e até mesmo nas associações e cooperativas, o serviço dos catadores não é efetivamente remunerado. Bursztyn (*apud* Bortoli, 2013) explica que: “as características dessa atividade e daqueles que a executam condizem com baixos níveis de escolaridade, alta taxa de rotatividade, segmentarização dos vínculos e precariedade do trabalho.”.

Dessa forma, cabe aos catadores conseguirem recursos financeiros com a comercialização dos recicláveis que conseguem coletar, em um mercado bastante instável, com presença de atravessadores e em elevado grau de informalidade. Outra questão que envolve o foco desse processo produtivo dos recicláveis, passa pelas indústrias de reciclagem, que determinam os valores dos materiais reciclados e que se beneficiam do lucro, enquanto os catadores ficam à margem, na base da cadeia da reciclagem. Desse modo:

Observa-se, assim, uma tênue fronteira entre os interesses dos catadores, forjados nas manifestações e lutas sociais, e os interesses de um mercado constituído a partir da coleta e reciclagem do lixo urbano. Esse mercado, por um lado, tende ao atendimento dos propósitos das instituições, alinhados aos interesses da indústria da reciclagem e, por outro, aos propósitos do segmento de catadores, organizado em associações e cooperativas, convencidos de que essas formas facilitam e fortalecem os processos em que se inserem. (BORTOLI, 2013, p. 253).

Isso se chama “cinismo da reciclagem”, segundo Layargues (2002, p. 179). Para ele: “a despeito dessa tendência pragmática, pouco esforço tem sido dedicado à análise do significado ideológico da reciclagem”, pois essas indústrias se garantem no discurso da responsabilidade socioambiental, enquanto na base quem passa por condições precárias de trabalho são os catadores. Assim, como considera Bortoli (2013, p. 254), “os limites entre a atuação dos catadores e a da indústria da reciclagem, na cadeia produtiva, não são tão nítidos, tampouco as definições de reciclagem”. Chama atenção o papel reservado ao catador como trabalhador útil na cadeia de produção. Entretanto, apesar de ser responsável por 90% de tudo que é reciclado, desenvolve um trabalho não reconhecido. (CARDOSO, 2009).

No Brasil, os catadores passaram por um processo de organização produtiva (em cooperativas e associações) que lhes permitiu, também, organizarem-se politicamente. Güther e Magni (2014, p. 146) afirmam que:

Neste contexto, surgem as cooperativas de catadores de resíduos sólidos, formadas por antigos catadores de lixo e ex-moradores de rua, como alternativa à informalidade no trabalho e busca pela cidadania, dentro da perspectiva da autogestão.

Observa-se que o modo de organização via autogestão visa um modo de repartição igualitária entre associados ou cooperados. De acordo com Piccinini (*apud* Güther e Magni, 2014), as “cooperativas são organizadas de modo solidário, sendo que todos os associados devem participar de forma igualitária e livre, sendo inclusive obrigatória sua participação em todas as assembleias da cooperativa.”.

No caso dos catadores, o reconhecimento do trabalho legitimado ocorreu tardiamente, mas já foi conquistado pela organização da categoria. A profissão dos catadores foi reconhecida na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) pela Portaria nº 397, de 9 de outubro de 2002, do Ministério do Trabalho, sob o Código nº 5.192-05 (CBO, 2002). Essa inserção em cooperativas e associações favoreceu o reconhecimento da profissão por meio de uma ação coletiva.

Dessa forma, em relação ao trabalho coletivo, de acordo com Güther e Magni (2014, p. 149), os catadores “perceberam que, ao se unirem, conseguiriam um maior montante de produtos a ser comercializado, aumentando o valor arrecadado. Este seria um dos resultados práticos obtidos com a existência das cooperativas.”. No entanto, o trabalho organizado exige uma formação por parte dos catadores que se relacionam com base nos princípios da economia solidária, em especial os que se referem à cooperação e autogestão. Barros e Pinto (*apud* Güther e Magni, 2014) destacam que:

Participar do movimento associativo constrói uma identidade política e cria sociabilidades baseadas na solidariedade e na existência de um projeto comum de transformação das relações de exploração e opressão, em substituição do individualismo que operava nesses grupos antes de seu processo organizativo.

Dessa forma, o trabalho organizado pode construir laços de solidariedade que passem a fazer parte dos empreendimentos e impulsionem os indivíduos que participam a serem solícitos uns com os outros. Essa é uma nova proposta de organização econômica que envolveria e criaria um elo social entre as pessoas.

Assim, a solidariedade pode ser vista de duas formas dentro dos empreendimentos de economia solidária. A primeira diz respeito à forma utilitária, ao ser favorável para o desenvolvimento das relações comerciais. Segundo Coraggio (2017, p. 32):

Em primeiro lugar, sempre há solidariedade utilitária, que, obviamente, se pode e deve ampliar. Temos que reconhecer que, em boa medida, há cooperação e solidariedade a partir do utilitarismo, do interesse próprio por uma vida individual ou grupal melhor, ou por dispor de uma maneira mais vantajosa de participar na economia (considera-se também a solidariedade entre empresas ou corporações profissionais).

A solidariedade, nesse sentido, acontece tendo em vista o favorecimento no desempenho econômico, sendo necessário para o próprio crescimento produtivo. A cooperação é necessária entre as unidades para que o todo tenha um resultado positivo. A segunda forma em que a solidariedade é tratada refere-se ao tipo de relacionamento entre as pessoas. As pessoas sentem-se solidárias com as outras por estarem na mesma condição. De acordo com Coraggio (2017, p. 34):

Há, no entanto, outro conceito de solidariedade que tem relações com a solidariedade com o outro, próximo ou distante, não utilitária. Uma solidariedade que possui relações com a reciprocidade, com a redistribuição, que se pode expressar sem restrições ao jogo mecânico da oferta e demanda, por exemplo, o comércio justo ou as já comprovadas alternativas da permuta solidária e moedas sociais.

Essa segunda forma de solidariedade, além de uma aproximação entre as pessoas, promoveria a solidariedade em relação às trocas comerciais, trocas mais justas, ou trocas solidárias. Essas trocas solidárias são uma relação social econômica de comercialização, dentro do modo solidário, sem exploração, de forma justa. Assim, depois de ter sido explicado o modo de organização e o trabalho dos catadores de materiais recicláveis, na próxima seção, o trabalho da ACAD será analisado.

### **3.2 Histórico da Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Diamantina**

O processo histórico de formação da ACAD, relatado a seguir, é feito com base em informações obtidas em documentações que foram disponibilizadas para a consulta. Houve também um acompanhamento do trabalho dos catadores integrantes dessa associação, ocorrido durante meu trabalho em um projeto de extensão realizado pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)<sup>15</sup>. Ele ocorreu no período de 2013 à 2016, no qual foi possível verificar a rotina de trabalho, as características do grupo e as suas dificuldades. A descrição presente neste capítulo, portanto, refere-se a esse período em particular ao longo do

---

<sup>15</sup> Projeto de extensão intitulado de: Assessoria técnica à associação de catadores de Diamantina. Esse projeto ocorreu no período de 2014. Posteriormente, houve uma renovação com proposta de ampliação das propostas de assessoria técnica, no qual passou a ser denominado de: Implantação da Coleta Seletiva Solidária em Diamantina, que ocorreu no período de 2015 à 2016, sob a coordenação da professora Tarcila Mantovan Atolini (Instituto de Ciência e Tecnologia (ICT) Engenharia Química (UFVJM)).

qual foi possível conhecer melhor o trabalho realizado pela associação.

Porém, antes desse projeto, segundo informações obtidas em uma proposta submetida pela Prefeitura Municipal de Diamantina ao portal de convênios do Ministério da Saúde, a primeira tentativa de criação da associação de catadores ocorreu em 2003.

A Associação de Catadores de Diamantina teve início em 2003, com a extinção do lixão e implantação do aterro controlado, as pessoas que trabalhavam no mesmo, não tinham mais onde trabalhar. Diante da situação, a Prefeitura Municipal de Diamantina, através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, disponibilizou um galpão e um caminhão com motorista para que os catadores pudessem passar nas ruas e coletar os materiais recicláveis. No entanto, esta tentativa não teve êxito e os catadores passaram a coletar individualmente nas ruas (BRASIL, 2010b, não paginado).

Como se pode observar, a primeira tentativa de organizar os catadores para o trabalho coletivo não foi bem-sucedida. Somente em 2007, na gestão do prefeito Gustavo Botelho Junior, foram retomadas as reuniões da prefeitura com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, com o acompanhamento do Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável (INSEA)<sup>16</sup>, e com os catadores para uma nova tentativa de criação da associação. Para isso, a Prefeitura Municipal de Diamantina (PMD) realizou um diagnóstico para identificação do número de pessoas que estavam realizando a catação de materiais recicláveis na rua individualmente. Para, depois, apresentar a proposta de organização em uma associação.

Assim, a proposta de criação da ACAD partiu de uma atitude da PMD com acompanhamento do INSEA, que forneceu o apoio técnico. Diferente da formação de outras experiências que se organizaram a partir dos próprios participantes. De qualquer modo, essa ação ocorreu para a formalização do grupo de catadores.

A Associação dos Catadores de Diamantina foi criada para promover oportunidades sustentáveis de renda através de materiais recicláveis. Administrativamente a presidência da Associação cede lugar a uma coordenadora geral, pois o grupo entende que dessa forma todos são iguais nos deveres e responsabilidades com a filosofia de trabalho em grupo. A missão é servir de instrumento aglutinador de forças para a inclusão social dos catadores. (BRASIL, 2010b, não paginado).

A ACAD foi criada, portanto, por uma iniciativa da prefeitura para alocar as pessoas que trabalhavam em um lixão da cidade que foi fechado em 2003. Em razão disso, outro espaço teve que ser destinado para a realização das atividades dos catadores; a Prefeitura alugou um

---

<sup>16</sup> O embrião do INSEA surgiu na Pastoral de Rua de Belo Horizonte. A Pastoral foi criada em 1987, com equipe formada por voluntários e religiosos, com o objetivo de ajudar a população que vivia nas vias públicas. Muitas dessas pessoas eram catadores de papelão, sua única fonte de sustento. A pastoral auxiliou estes catadores a se associarem e organizarem. Foi então que em 1990 surgiu a ASMARE, uma das primeiras associações de catadores do BRASIL. O trabalho na ASMARE foi um sucesso e se tornou referência para outras associações do estado. Em 2001, visando qualificar a assistência técnica junto aos Catadores de Papel e moradores de rua, a pastoral juntamente com técnicos comprometidos criou o INSEA- Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável (INSEA, 2018, não paginado).

galpão para esse fim. A ACAD permaneceu neste espaço por um período de março de 2010 até abril de 2016, contabilizando-se seis anos.

Era um espaço improvisado para o desenvolvimento das atividades da ACAD. No começo, a Associação era composta por doze catadores, dez mulheres e dois homens, com idades entre 40 a 64 anos, que se juntaram para formar a ACAD. Para iniciar os trabalhos, a Prefeitura realizou um diagnóstico baseado em dois sistemas de identificação. O primeiro sistema denomina-se Diagnóstico Técnico da Geração de Resíduos (DTGR), que teve por objetivo medir a quantidade de resíduos sólidos produzidos no município e os tipos de resíduos que eram descartados. O outro diagnóstico foi o Diagnóstico Rápido Participativo Urbano (DRPU), que teve como objetivo mapear os catadores no município e suas condições de trabalho.

Segundo informações obtidas no projeto submetido à Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) pela Secretaria de Meio Ambiente, a formalização da ACAD, no modelo de associação, ocorreu da seguinte forma:

A Associação, obteve seu registro em cartório a partir de março de 2010, data de seu registro em cartório, no entanto, seus membros recebem capacitações e reúnem-se desde de 2008. O motivo da demora em sua legalização foi a falta de recursos financeiros. (BRASIL, 2010b, não paginado).

Após a criação da ACAD ser formalizada em 2010, os catadores que antes catavam no lixão e nas ruas, passaram a fazer parte da associação. Assim, uma nova forma de trabalho teria surgido, baseada na ideia de coletividade, compreensão e diálogo entre seus membros, tendo como princípio a autogestão. Ainda no ano de 2010, eles participaram de uma capacitação realizada pelo INSEA, financiada pela Fundação Banco do Brasil e Movimento Nacional dos Catadores, para que pudessem se integrar aos processos do associativismo. A temática era a seguinte: Fortalecimento do Associativismo e do Cooperativismo dos Catadores de Materiais Recicláveis: Formação para a Autogestão, Assistência Técnica e Mobilização em Minas Gerais. (BRASIL, 2010b).

Esse curso de capacitação foi dividido em seis módulos, que tinham por objetivo abordar os desafios e potencialidades diante do trabalho do catador. Os principais temas e questões abordadas eram: como se identificam enquanto catadores, como elaborar a organização do trabalho, a gestão e logística de um empreendimento produtivo, entre outros conteúdos. Dentre os tópicos programados em cada módulo, encontrava-se também a formalização de um empreendimento econômico solidário e como este se relacionava com o trabalho do catador.

Contudo, mesmo após essas capacitações que ocorreram, devido à baixa escolaridade dos catadores, a compreensão do funcionamento de uma associação foi prejudicada, porque ela envolve o tratamento de documentações, de registros de suas atividades, entre outros. Embora outros elementos, além da escolaridade, possam ter prejudicado esse processo, já que se trata de uma população que passa por um processo histórico de exclusão. Ainda quanto à escolaridade, observa-se que

O nível de escolaridade dos catadores é baixo, visto que possuem até o ensino fundamental tendo ainda indivíduos que [apenas] assinam o nome. Atualmente, estão matriculados no Programa Brasil Alfabetizado com data de início para 09 de agosto de 2010, tal interesse no estudo tem implicação direta com o fato de terem se tornado associados e a necessidade de gerir o empreendimento. (BRASIL, 2010b, não paginado).

Por não compreenderem a proposta de funcionamento de uma associação, de suas responsabilidades e de seus deveres enquanto associados, muitos desentendimentos ocorreram. O que fez com que alguns saíssem do sistema de associação e voltassem a coletar individualmente nas ruas. Outro motivo que fez que alguns catadores saíssem também deve ser assinalado: a baixa renda obtida. O trabalho individual, foi considerado melhor, pois, eles entendiam que conseguiam coletar os materiais e não precisavam de dividir o valor da comercialização.

Nesse sentido, para tentar reverter esse quadro de desistência dos catadores, diante da formalização do trabalho por meio da associação, a prefeitura recorreu ao auxílio de parceiros para que os catadores tivessem uma formação para compreensão desse formato de trabalho, baseado no associativismo. E também, como uma forma de incentivo a mais, foram mostradas a eles experiências de outros catadores organizados em associações e cooperativas. Para que compreendessem que é possível ter melhores condições de trabalho e renda quando essa proposta é estruturada e conta com a dedicação e participação de todos. Esse incentivo se deu com a participação em eventos de reciclagem com o beneficiamento de materiais em algumas cidades de Minas Gerais e visitas em outras experiências modelos, como é o caso da ASMARE (Associação de Catadores de Papel Papelão e Material Reaproveitável) que funciona em Belo Horizonte.

Contudo, essa questão da baixa escolaridade por parte dos associados dificultou bastante o gerenciamento da ACAD pelos catadores. Pois, as tarefas ligadas à gestão exigem um entendimento básico dos procedimentos daqueles que fazem parte do processo. Nenhum deles passou por essa experiência, pois, antes do trabalho com a catação dos materiais recicláveis, eles tinham exercido outras funções como doméstica, cozinheira, faxineira,

garimpeiro e gari. (BRASIL, 2010b).

Mesmo assim, com a saída de alguns catadores, devido aos motivos já citados, o grupo prosseguiu com um número reduzido de associados, e a cada dia tentam superar as dificuldades do trabalho autogestionário, desenvolvendo suas atividades. Assim, a ACAD é concebida como um empreendimento solidário, conforme pode-se verificar abaixo:

As principais atividades desenvolvidas são a coleta, triagem e comercialização de materiais recicláveis e o gerenciamento de um **empreendimento solidário** onde todos os recursos são revertidos para os membros participantes, formado exclusivamente por catadores de materiais recicláveis. (BRASIL, 2010b, não paginado, grifo nosso).

Nesse sentido, a ACAD é considerada um empreendimento solidário, baseado nos princípios da economia solidária, conforme visto no primeiro capítulo. Fazer parte de um empreendimento que incorpora outros princípios, entretanto, requer mais trabalho, pois, além das atividades rotineiras, é preciso cuidar da parte administrativa, relativa à gestão.

Como a iniciativa da Prefeitura foi elaborar um projeto para conseguir recursos para a ACAD, uma proposta foi enviada para a FUNASA em 2010, com o título: Fortalecimento da Associação dos Catadores de Diamantina. O objetivo foi a aquisição de equipamentos e maquinários. Após a aprovação, que aconteceu em 17 de novembro de 2010, eles conseguiram tudo que foi solicitado no projeto: dois pequenos caminhões; uma prensa hidráulica; um fragmentador de papel; quatro carrinhos de carga; quarenta *big bag* (grande sacola plástica, confeccionada com material de Polipropileno de alta resistência, com alta capacidade de carga de 500 kg a 2.000 kg) para o armazenamento de recicláveis; três carrinhos para transporte de recicláveis; vinte e quatro camisas; vinte e quatro calças; vinte e quatro botinas; vinte e quatro óculos de proteção; vinte e quatro protetores auriculares; vinte e quatro luvas de borracha; vinte gaiolas em chapa telada para ponto de entrega voluntária; oito mil panfletos; dois *banners*; uma balança eletrônica; um moinho triturador de vidro.

Ter conseguido esses equipamentos, maquinários e ainda os dois caminhões de pequeno porte, foi muito importante para que os associados pudessem ter uma estruturação melhor do trabalho. Principalmente, para que o trabalho pudesse ser realizado em outras condições, diferentes das que realizavam em catação nas ruas e no lixão, expostos aos preconceitos e com risco de contrair doenças. Além disso, galpão, onde a associação iniciou suas atividades, era um espaço parcialmente aberto e com abertura no fundo. Em dias de chuva parte dos materiais recicláveis ficavam expostos à água, incluindo os próprios catadores. Por ser um espaço estreito, a posição na qual foi montado o maquinário também fazia com que os catadores ficassem expostos ao sol para realizar o trabalho.

A triagem do material ocorria no chão, com a separação dos materiais recicláveis de acordo com o tipo de substância de fabricação. Esses materiais têm simbologias que permitem sua identificação e facilitam a triagem. Os catadores vão fazendo a separação agachando-se e, por não terem uma bancada que possa viabilizar a separação dos recicláveis, isso acaba resultando em um agravamento da saúde dos catadores no que se refere a ergonomia, devido à má postura. Também se verifica que os Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) já deixaram de ser utilizados por eles após 3 anos. As luvas, botinas, ocúlos, protetores auriculares, importantes para saúde dos catadores, são deixados de lado, pelo fato de eles não se adaptarem a usá-los, apesar da alta taxa de insalubridade ser uma constante no trabalho realizado.

Contudo, também se observa que, mesmo com os maquinários que foram adquiridos, ocorre a falta de mais instrumentos que poderiam viabilizar o trabalho dos catadores, como é o caso de uma bancada para que a triagem não ocorra no chão, e também carrinhos que possam suportar o peso dos fardos que variam em média entre 280 a 300 kilos aproximadamente. Pois, os carrinhos que foram comprados não suportam o peso. Assim, além de fazerem a triagem no chão, o que afeta a postura da coluna vertebral, também precisam empurrar os fardos até o local de armazenamento, gerando mais um desgaste. Outro aspecto que se nota no grupo de associados da ACAD é que não ocorrem reuniões entre eles para debaterem questões cotidianas, como seria o esperado. Também não existe um espaço favorável que tenha mesa e cadeiras para que possam se reunir e realizar suas deliberações.

Quanto à seguridade social do INSS, os catadores não contribuem devido à baixa renda, tendo em vista as funções que realizam no trabalho. O problema é que o trabalho os deixa expostos à ocorrência de ferimentos, tais como cortes por vidros, pois mesmo não realizando a comercialização do vidro, recebem-se muitos. Também estão expostos à contaminação por resíduos orgânicos e restos de animais mortos que aparecem junto aos reciclados. Tornando-os muito vulneráveis à muitas doenças causadas por vírus e bactérias. E, por não contribuírem, não têm nenhum respaldo ou garantia legal que os resguarde dessas condições ou assegure algum tipo de assistência, caso não possam trabalhar por motivo de doença. Também compreendem a necessidade de contribuírem, para terem direito à aposentadoria, mas, com a renda tão baixa, fica incompatível fazerem a contribuição para a seguridade social.

Quanto à triagem realizada, os recicláveis são separados pelos catadores, conforme a seguinte classificação: 1- PET - Politereftalato de etileno - plásticos transparentes, inquebráveis, impermeáveis e leves. São utilizados, principalmente para envase de água mineral



e refrigerantes; 2- PEAD- Polietileno de alta densidade - Embalagens para alimentos, produtos têxteis, cosméticos e embalagens descartáveis; 3- PVC- Policloreto de vinila - É rígido e impermeável. É utilizado na fabricação de tubos, conexões, cabos elétricos e materiais de construção, entre outros; 4- PEBD- Polietileno de baixa densidade - material flexível e impermeável, é utilizado na produção de fios e cabos para televisão e telefone, mangueiras, embalagens flexíveis, entre outros; 5- PP- Polipropileno. É utilizado nas embalagens para alimentos, produtos têxteis e cosméticos, entre outros. Esses plásticos conservam o aroma e são resistentes a mudanças de temperaturas; 6- PS – Poliestireno - Entre os produtos fabricados com o poliestireno estão os copos descartáveis e os eletrodomésticos. As principais características do PS são a impermeabilidade, rigidez, leveza e transparência; 7- Outros - O copolímero de etileno e acetato de vinila (EVA) é empregado principalmente na fabricação de calçados, colas, adesivos, peças técnicas, fios e cabos.

Essa classificação, com a nomenclatura, é seguida de uma numeração que corresponde à sua identificação nas embalagens que podem ser recicladas, para identificação do tipo de material plástico. Trata-se de uma simbologia técnica brasileira ABNT NBR 13230 (ABNT, 2008), para orientação do descarte seletivo e identificação de materiais plásticos, baseada nos parâmetros internacionais. E é dessa forma que os catadores realizam a separação dos materiais plásticos, por agrupamentos desses que, por não terem quantidades grandes, costumam colocar até três categorias de recicláveis no mesmo *bag*, que são sacolas grandes de plástico que acondicionam os materiais.

Contudo, voltando ao trabalho que é realizado pelos catadores na ACAD, a associação conta atualmente com cinco associados, a maioria mulheres. De acordo com o Estatuto da Associação dos Catadores de Diamantina, a associação é composta pelos seguintes órgãos sociais, conforme seu: “Artigo 19º- São órgãos da Associação: a) Assembleia Geral; b) Comissão Coordenadora (Coordenador, Tesoureiro, Secretario); c) Conselho Fiscal.”. (ACAD, 2009). Porém, o que se verifica é que essas funções dispostas são meras representações que necessitam para ter sua constituição. Na prática, essas funções não são realizadas pelos próprios associados e sim com a ajuda do poder público local. Outra questão que se nota em relação à composição dos seus órgãos sociais é que a ACAD é uma associação muito simples com um corpo reduzido de catadores. Mas, associações mais complexas podem precisar de mais órgãos de fiscalização.

Os catadores(as) são parentes entre si e possuem renda mensal de menos de um salário mínimo. Assim, o trabalho realizado por eles acontece da seguinte forma: duas pessoas

ficam na prensa, uma pessoa faz a triagem, que é a separação dos resíduos, e duas pessoas saem para fazer a coleta dos materiais recicláveis no caminhão. A maior parte do material que é comercializado pela associação é constituído por papelão, seguido de papel branco, plástico e garrafas pets. O alumínio é encontrado em pouca quantidade devido à existência de um grande número de catadores individuais que priorizam a sua coleta pelo seu valor de comercialização. Os fardos produzidos com a prensagem são de papelão, de plástico e de PET com PEAD. Os outros materiais triados são depositados em *bags*.

A Prefeitura disponibiliza o galpão e uma funcionária ajuda nas tarefas administrativas relacionadas à documentação da ACAD, já que os associados não sabem lidar ainda com essa parte. O poder municipal também cede o combustível para abastecer o caminhão e um motorista para dirigi-lo. Esse procedimento de disponibilizar o motorista e ceder o combustível é realizado via convênio nº 032/2013 (PMD, 2013) e tem como objetivo e finalidade, em sua cláusula primeira:

1.1- O presente convênio tem como objeto a cooperação mútua entre as partes visando o fomento das atividades de coleta seletiva e transporte dos materiais recicláveis com vistas a realizar conjuntamente ação de proteção ao meio ambiente no âmbito do município de Diamantina. (PMD, 2013, p. 1).

O convênio também permite que a Prefeitura utilize o caminhão, quando a ACAD não o está utilizando, de acordo com a quarta cláusula, que trata dos direitos e obrigações:

4.1.1- Utilizar os veículos citados na cláusula quarta, quando de posse da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, em horários em que não estiverem sendo utilizados pela **CONVENIADA**, não podendo cedê-los ou emprestá-los a outro cooperado ou a terceiro prestador de serviços, bem como, não podendo, sem prévia autorização da **CONVENIADA**, realizar qualquer adaptação e/ou aplicação de acessórios no veículo, que possam alterar suas características originais de funcionamento e patrimônio, sob pena de rescisão, de plano, deste Convênio. (PMD, 2013, p. 2, grifo do autor).

Apesar de terem dois caminhões, a coleta é realizada só em um. Pois um dos caminhões colidiu quando prestava serviço para a Prefeitura e, desde então, nunca puderam realizar a coleta nos dois, o que inviabiliza o aumento da renda e também o aumento do quadro social da ACAD. Em relação à conservação dos caminhões, também constava no convênio, na quarta cláusula: “4.1.3- Responsabilizar-se pela adequada conservação dos veículos e por eventuais infrações de trânsito incidentes no período de vigência do presente instrumento, causadas por motorista servidor da Prefeitura.”. (PMD, 2013, p. 2).

Outra questão é a demora na manutenção dos caminhões em relação aos serviços de conserto quando se quebra alguma peça. Pois, a solicitação dos reparos ocorre via processo licitatório, um procedimento burocrático que requer tempo para sua realização. A manutenção

e as despesas, como contrapartida por parte da Prefeitura, também estavam previstas no convênio: “4.1.2- Custear as despesas decorrentes de conservação, manutenção, reposição das peças necessárias e/ou eventuais reparos, combustível, bem como o pagamento do licenciamento, impostos e seguro, dos veículos”. (PMD, 2013, p. 2).

Outro fator que também impede o processo de conserto com mais rapidez é a dificuldade de se encontrar as peças corretas para os caminhões que são de marcas importadas. O que demanda a busca por essas peças em outras localidades. Desta forma, como a ACAD dispõem somente de um caminhão para coletarem os materiais recicláveis, o trabalho fica prejudicado quando apresenta algum defeito, e assim a coleta não pode ser realizada, até que o conserto seja feito. O uso de dois caminhões exigiria mais um motorista cedido pela Prefeitura, já que nenhum dos associados possui habilitação. A questão de não dirigirem o caminhão também é um fator que impede o aumento da produção, pois deixam de coletar os materiais no horário em que há mais materiais recicláveis, devido ao fechamento do comércio local, depois das dezoito horas.

Os catadores realizam a coleta até às dezessete horas, pois é o término do expediente do motorista. Antes, eles conseguiam coletar no horário noturno, porque o horário para o serviço era no período vespertino, que ia até o noturno. Abaixo observa-se a cláusula que regula atualmente o serviço de coleta:

4.1.1- Disponibilizar motorista à **CONVENIADA**, nos horários e dias agendados para que os veículos, citados na cláusula terceira, se desloquem para a realização da coleta e transporte de materiais recicláveis, quais sejam, de segunda-feira a sábado nos horários de 08:00 às 12:00h e de 14:00 às 18:00 ou de 12:00 às 16:00h e de 18:00 às 22:00h. (PMD, 2013, p. 2, grifo do autor).

De acordo com o item acima, a coleta poderia ser realizada em diferentes horários e os catadores poderiam agendar e escolher aquele que julgassem melhor para realizarem o trabalho. Há relatos de que, quando a coleta era realizada no horário noturno, o rendimento chegou a ser melhor, mas também havia um motorista que ajudava, quando necessário, a colocar os materiais no caminhão. Esse motorista depois foi removido para outro departamento da Prefeitura e, a partir daí, com o outro motorista, a coleta só é realizada no horário de oito horas da manhã às dezoito horas e ele também só trabalha de segunda-feira a sexta-feira, ou seja, não há mais coletas aos sábados. Isso também impactou diretamente na renda mensal dos catadores.

Faz parte da responsabilidade dos municípios, a destinação dos resíduos sólidos

urbanos. Para isso, eles recebem o ICMS ecológico<sup>17</sup> para resolverem um dos maiores problemas dos municípios no que se refere aos resíduos sólidos e ainda favorecer a inclusão de catadores nesse processo. De acordo com a Lei nº 13.803, de 27 de dezembro de 2000 (MINAS GERAIS, 2000), a distribuição da parcela da receita do produto da arrecadação do ICMS pertence aos municípios. Ela prevê, em um dos seus artigos sobre o meio ambiente, que:

Art. 1º - A parcela da receita do produto da arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS - pertencente aos municípios, de que trata o inciso II do parágrafo único do art. 158 da Constituição da República, será distribuída nos percentuais indicados no Anexo I desta lei, conforme os seguintes critérios: VIII - meio ambiente: observados os seguintes critérios: a) parcela de, no máximo, 50% (cinquenta por cento) do total será distribuída aos Municípios cujos sistemas de tratamento ou disposição final de lixo ou de esgoto sanitário, com operação licenciada pelo órgão ambiental estadual, atendam, no mínimo, a 70% (setenta por cento) e 50% (cinquenta por cento) da população, respectivamente, sendo que o valor máximo a ser atribuído a cada Município não excederá seu investimento, estimado com base na população atendida e no custo médio "per capita" dos sistemas de aterro sanitário, usina de compostagem de lixo e estação de tratamento de esgotos sanitários, fixado pelo Conselho Estadual de Política Ambiental - Copam -, bem como aos Municípios que comprovadamente tenham implantado em seu território sistema de coleta seletiva de resíduos sólidos urbanos; (MINAS GERAIS, 2000, não paginado).

O ICMS ecológico procura incentivar os municípios a, entre outras ações, cuidarem de seus resíduos, apoiando os catadores de materiais recicláveis. Os municípios que realizam essas ações recebem mais dinheiro, recolhido através do ICMS. Assim, o que aparece nessa regulamentação é que os municípios que atenderem mais de 70% da população urbana com tratamento ou disposição final do “lixo” e 50% de sua população com tratamento de esgoto, receberão uma quantidade maior de recursos pelo ICMS.

Em 2009, o Estado de Minas Gerais instituiu a Lei nº 18.030, em 12 de janeiro. (MINAS GERAIS, 2009a). Ela dispõe sobre a distribuição da parcela da receita do produto da Arrecadação do ICMS pertencente aos municípios, e aprimora a Lei nº 13.803, de 27 de dezembro de 2000 (MINAS GERAIS, 2000). O ICMS Ecológico é a denominação de um conjunto de subcritérios de caráter ambiental, utilizado para o cálculo do percentual a que cada município do Estado de Minas Gerais tem direito de receber quando do repasse de recursos

---

<sup>17</sup> Em Minas Gerais, município que trata o esgoto sanitário e dispõe adequadamente o lixo amplia a arrecadação por meio do **ICMS ecológico-subcritério Saneamento Ambiental**, de acordo com a Lei 13.803/00. Para receber esse recurso, a administração municipal deve investir em pelo menos um desses sistemas, devidamente licenciados pelo Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam): - aterro sanitário ou usina de triagem e compostagem de lixo que atenda, no mínimo, a 70% da população urbana; estação de tratamento de esgoto (ETE) que atenda, no mínimo, a 50% da população urbana. Três meses após a obtenção da LO, o município é cadastrado e, no trimestre seguinte, passa a receber o ICMS Ecológico. O valor é calculado pela Feam a partir de critérios como a população atendida e o custo estimado da obra. (FEAM, 2018, não paginado, grifo do autor).

financeiros do ICMS. Não é um imposto novo, mas, uma distribuição que visa à promoção de: Unidade de Conservação, Saneamento e Mata Seca. O objetivo é permitir a construção de um instrumento econômico para gestão e proteção ambiental e para o desenvolvimento sustentável dos municípios, assim como estimular a adoção de iniciativas de conservação ambiental através, da realização de investimentos em Unidades de Conservação e na solução de problemas de saneamento.

Sendo assim, o que se verifica é que os percentuais para o saneamento básico de atendimento à população e ao serviço prestado continuam os mesmos. Respectivamente, de 50% e 70%. O diferencial da Lei 18.030 (MINAS GERAIS, 2009a), é o incentivo para a coleta seletiva ocorrer por meio de associações e cooperativas, o que incide no valor quanto ao tipo e peso de material coletado. Conforme pode-se verificar em seu:

Art. 4º Os valores decorrentes da aplicação dos percentuais relativos ao critério “meio ambiente”, de que trata o inciso VII do art. 1º serão distribuídos aos Municípios da seguinte forma: b) Sobre o valor calculado na forma da alínea “a” incidirá um fator de qualidade variável de 0,1 (um décimo) a 1 (um), apurado anualmente, conforme disposto em regulamento, com observância de pressupostos de desempenho operacional, gestão multimunicipal e localização compartilhada do sistema, tipo e peso de material reciclável selecionado e comercializado no Município por associação ou cooperativa de coletores de resíduos e energia gerada pelo sistema;” (MINAS GERAIS, 2009a, não paginado).

Esse valor é calculado com base em vários critérios. Entre eles, quanto mais material reciclável for selecionado e comercializado por associações ou cooperativas de catadores, mais recursos serão destinados ao município, gerados pelo ICMS. É muito interessante para o município tratar dessa questão, visando à inclusão dos catadores nesse processo. Além de poder contar com o recurso para viabilizar a destinação adequada dos resíduos sólidos e solucionar o problema do acúmulo do aterro controlado, que se encontra saturado em relação aos resíduos sólidos.

No entanto, voltando ao caso da ACAD e sua relação com o poder público local, é preciso verificar as ações que foram realizadas conforme descrito no relatório de gestão de 2013 à 2016 (PMD, 2016), na administração do prefeito Paulo Célio de Almeida Hugo. Período no qual também houve o acompanhamento da ACAD, por meio do projeto de extensão. Assim, conforme o relatório de gestão, as ações que foram realizadas na forma de incentivo à associação dos catadores de Diamantina, nesse período foram:

Manutenção do convênio nº. 32/2013 objetivo: - Fomento das atividades de coleta seletiva e transporte dos materiais recicláveis; - Reforma do imóvel de propriedade do município, para adaptação do mesmo para atender as necessidades da reciclagem, situado na rua Nossa Senhora de Lurdes, nº. 4161, bairro palha; - Atualização mensal de toda documentação junto ao Centro Mineiro de Resíduos, para possibilitar o recebimento do bolsa reciclagem; - Aquisição de peças para manutenção dos 02

veículos pertencentes à Associação dos Catadores de Diamantina, com recurso do Fundo Municipal de Meio Ambiente - FMMA. (PMD, 2016, p. 26).

Dessas ações, a primeira do convênio nº. 32/2013 (PMD, 2013), conforme exposto anteriormente, durou até o ano de 2016. Ocorreram três termos aditivos, cada um com a vigência de um ano. Só não foi renovado no ano seguinte porque os associados não entregaram a documentação a tempo, para a Prefeitura dar continuidade ao convênio, tendo em vista a mudança que ocorreria de gestão. Isso acabou prejudicando o trabalho dos catadores, pela falta do convênio estabelecido, pois, com ele ainda em vigor, já se verificava alguns descumprimentos em relação à disposição do caminhão para a coleta. E, sem nenhum convênio, ficaram à mercê dos gestores atuais para acompanhar esse processo.

O exemplo da demora na compra de peças para os caminhões revela outras dificuldades. O conserto completo do segundo caminhão, para que estivesse em condições de fazer o transporte, ocorreu somente no ano de 2016, considerando-se que o caminhão foi batido no ano de 2012. Essa lentidão de todo o processo precarizou ainda mais as condições de trabalho dos catadores. Quando o único caminhão que eles estavam utilizando estragava, coletavam os materiais e os carregava sobre a cabeça levando-os para suas moradias, pois a distância da associação era muito maior.

Tendo em vista essa situação, a Prefeitura disponibilizou um caminhão da área de educação para que os catadores realizassem a coleta, enquanto o caminhão deles estava no conserto. Porém, como o caminhão era cedido por outro setor, nesse período, a coleta não era diária, pois ela só era possível quando o veículo não estava em uso pelo outro departamento. Dessa forma, eram incertos os dias de coleta dos materiais recicláveis. Com esses descumprimentos do convênio, a relação com os dirigentes da Secretaria de Meio Ambiente começou a se desgastar. Principalmente em razão da falta do caminhão para a coleta.

O que poderia levar a um aumento da produção e também a adesão de mais catadores na ACAD, seria repensar a infraestrutura. A prioridade deveria ser a mudança de galpão, já que a prefeitura dispunha de um galpão próprio. A associação, inclusive, já utilizava o mesmo para o armazenamento de vidro por causa da dificuldade de realizar a comercialização. Desde o início das atividades, os associados guardavam todo tipo de vidro que recebiam na coleta seletiva nesse galpão.

Contudo, em 2013, surgiram ações para contribuir para o fortalecimento da ACAD. Essas propostas de ações partiram de uma equipe da UFVJM. Foi um projeto de extensão intitulado: Assessoria técnica à associação de catadores de Diamantina. O objetivo era entender

o funcionamento da ACAD e auxiliar nos processos administrativos e técnicos. Porém, no primeiro momento, apresentaram-se demandas cotidianas, de cunho assistencial e educacional. Era preciso conseguir atendimento odontológico, cesta básica e, até, alfabetização para uma integrante do grupo que assinava com sua digital, dentre outras questões que tiveram que ser atendidas, paralelamente, à proposta de assessoria técnica.

O propósito era auxiliar no fortalecimento do empreendimento, para que pudessem ter autonomia para gerenciar a associação. Nos dois anos seguintes o projeto foi renovado e renominado de: Implantação da Coleta Seletiva Solidária em Diamantina. Nesse sentido, demonstrava a sensibilidade com a luta dos catadores e via no trabalho coletivo organizado o poder de fortalecimento da categoria, para a melhoria das condições de trabalho. Para compreender o processo produtivo da ACAD, buscou-se fazer um diagnóstico do empreendimento, no qual foram realizadas as seguintes dinâmicas: Linha do tempo e expectativas em relação ao empreendimento, para compreender a história do grupo. (CADERNO EMPÍRICA, 2009). Também foi realizada uma oficina “Observando o processo produtivo”, que teve como objetivo elaborar um diagnóstico detalhado do setor produtivo da associação na questão de triagem de resíduos sólidos. (CADERNO EMPÍRICA, 2009).

A partir desse diagnóstico, realizou-se o contato com a Prefeitura tendo em vista o apoio para o processo de realização das ações previstas. No que diz respeito às propostas de ações, a priorizada referiu-se à infraestrutura, que começou a ser pensada no ano de 2014, juntamente com os catadores, que aprovaram a ideia de mudança e visualizaram uma ampliação da coleta seletiva. Pois, a associação estava em um galpão alugado pela Prefeitura, o contratante não pretendia renovar o contrato e o local, além de pequeno, apresentava vários problemas. Quando chovia, por exemplo, molhava todo o material. Para essa proposta de ação, verificou-se a possibilidade da mudança para outro galpão próprio da Prefeitura, que a associação utilizava para o armazenamento de vidro. Porém, estava inapropriado para o uso devido à falta de instalação elétrica, água, licenciamento ambiental. Assim, buscou-se junto à Superintendência Regional de Regularização Ambiental (SUPRAM), e da Associação dos Municípios da Microrregião do Alto do Jequitinhonha (AMAJE), sua regularização ambiental, pois a Prefeitura já tinha um projeto de ampliação do galpão bem antes de terem pensado na mudança da ACAD para lá.

Dessa forma, formou-se uma comissão composta pelos dirigentes da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, do setor da Economia Solidária e do projeto de extensão da UFVJM, que pensaram juntos sobre essa

proposta da reforma e o que seria necessário para isso. Sendo assim, após definida a proposta, os dirigentes da Prefeitura realizaram visitas ao galpão para vistoriarem os tipos de materiais que seriam necessários e fizeram um levantamento dos custos de todos os materiais. Logo após a elaboração do projeto e do seu orçamento, foi proposta uma reunião com o Prefeito Paulo Célio de Almeida Hugo e com a comissão que ficou encarregada dessa questão.

No entanto, essa reunião teve várias pautas referentes à coleta seletiva no município. A principal tratada foi em relação à reforma do galpão do bairro da Palha. Após a apresentação do orçamento e da análise de viabilidade de transferência do galpão, o prefeito Paulo Célio aprovou o orçamento para a reforma e a transferência da associação para o galpão. Esta reforma foi aprovada no dia 28 de julho de 2014, mas, a ACAD conseguiu mudar de galpão somente em abril de 2016, quase dois anos após a aprovação da reforma, que estava prevista para ocorrer em 90 dias, como solicitação de contrapartida por parte do prefeito.

No galpão atual, o armazenamento de materiais recicláveis pode ser feito mais facilmente. Esse galpão, conforme citado acima, localiza-se na rua Nossa Senhora de Lourdes, nº 4161, bairro Palha, em Diamantina. Assim, conforme descrito no relatório de gestão (PMD, 2016), foi necessário fazer uma reforma e adaptações para que os associados pudessem exercer suas atividades. Contudo, levou-se cerca de dois anos para que os associados pudessem mudar de galpão que, mesmo assim, após a reforma, ainda exigia maiores adequações para atender melhor o trabalho dos catadores.

O atraso para a reforma do galpão ocorreu por muitas razões, dentre elas: instalação hidráulica, instalação elétrica, que foi o que impactou mais para que ocorresse a mudança, pois precisava de uma rede trifásica para que pudesse suportar o funcionamento dos maquinários. Também foi preciso instalar um transformador trifásico na rede. Esse transformador instalado na rede da Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG) não era fornecido pela mesma, assim, o município precisou arcar com os custos desse aparelho, o que estava fora do orçamento apresentado e previsto.

No entanto, para que a Prefeitura pudesse começar a reforma no galpão, seria necessário a retirada do vidro que a associação, desde o começo da coleta seletiva, armazenava, pois não tinham um comprador para realizarem a comercialização. Para isso, foi necessário encontrar um comprador de vidro para que tivessem uma destinação adequada. Uma funcionária da Prefeitura, da área de meio ambiente, pesquisou um comprador e localizou um na cidade de Olhos D'água, Minas Gerais. O contato foi realizado por essa funcionária que combinou com esse comprador que ele viesse até o município de Diamantina verificar o



material. Ele se interessou por todo o material e disse que o compraria.

Os catadores, então, carregaram dois caminhões que foram cedidos pela Prefeitura para que pudessem levar o vidro para o comprador. Ao chegarem para entregar os vidros, após os associados terem descarregado os caminhões, o comprador disse que não ficaria mais com todo o material. Assim, tiveram que renegociar o valor para não perderem o material levado. Outro valor foi negociado e o comprador disse que depositaria o dinheiro para a ACAD, porém, eles ficaram sem receber o dinheiro.

Esse fato desgastou a relação entre os catadores e a Prefeitura, apesar de, aparentemente, a funcionária ter feito de tudo pela associação. Logo depois, essa funcionária saiu, entrando outra no lugar dela. No entanto, a primeira funcionária auxiliava bastante os catadores, o que causou, de certa forma, uma forte dependência dos catadores em relação a ela, para resolverem as questões burocráticas. Ela os levava ao banco para resolverem as questões referente ao Programa do Bolsa Reciclagem, organizava a documentação, entre outras várias questões que ela gerenciava para a ACAD. Porém, com sua saída, entrou outra funcionária que passou a não querer fazer completamente a parte burocrática para a associação, verificando que estava além da função dela. Como o grupo estava acostumado que a antiga servidora realizasse todos os procedimentos, a relação com essa nova se desgastou muito, o que só piorou a situação da associação, pois eles ainda continuam dependendo dos serviços dela.

Assim, no que refere à bolsa reciclagem, conforme exposto no relatório de gestão (PMD, 2013), é feita uma atualização mensal de toda documentação junto ao Centro Mineiro de Referências em Resíduos (CMRR), para possibilitar o recebimento da mesma. A nova funcionária da Prefeitura, que passou a auxiliá-los em relação a essa documentação, realiza até hoje a atualização dos documentos. Essa bolsa, de acordo com o que se expôs no segundo capítulo, está prevista na Lei nº 19.823, de 22 de novembro de 2011 (MINAS GERAIS, 2011a). É um incentivo financeiro concedido a associações e cooperativas pela retirada dos materiais recicláveis do meio ambiente, que retornam ao ciclo produtivo novamente, evitando o acúmulo e contaminação ambiental. E ainda permite a inclusão social dos catadores de materiais recicláveis.

No entanto, uma das demandas por assessoria técnica do projeto de extensão (UFVJM) solicitada pelos catadores foi verificar o recebimento do Programa Bolsa Reciclagem, um benefício cedido pelo Governo de Minas Gerais para os catadores de materiais recicláveis. Os catadores já estavam aptos a receber o benefício da bolsa reciclagem desde o quarto trimestre do ano de 2012, porém, devido à divergência de dados de um documento que

se referia à nota de compra e venda dos materiais, eles não estavam recebendo. Para resolver isso, o contato foi estabelecido com os funcionários da Prefeitura de Diamantina, que eram responsáveis por cuidar da documentação do referido benefício. Foi realizado um contato com o CMRR, encarregada do pagamento das bolsas. A partir disso, ficou esclarecido que a ACAD começaria a receber o benefício, a partir do segundo trimestre de 2014. Além disso, os documentos de registro da associação, as notas de compra e venda do grupo, também ficaram sob a responsabilidade da mesma funcionária da Prefeitura.

Pela descrição acima, pode-se verificar como o poder público local vem incentivando a ACAD, através das ações apresentadas pelo relatório de gestão de 2013 à 2016 (PMD, 2016) e como essas ações também foram desenvolvidas juntas pelo acompanhamento do projeto de extensão da UFVJM. No entanto, a partir dos problemas apontados, pode-se perceber a vulnerabilidade da administração da associação, pois, a ACAD se tornou muito dependente dos serviços prestados pela Prefeitura. Nessa perspectiva, é que surge o trabalho de assessoria técnica do projeto de extensão da UFVJM junto à ACAD, com vistas a possibilitar o fortalecimento do grupo, em razão das próprias relações sociais de autogestão, tendo em vista a superação da dependência dos catadores da ACAD para com a Prefeitura.

Outra situação, em relação à autonomia do grupo, diz respeito à comercialização, porque todo material produzido é vendido sempre para o mesmo comprador, que determina o preço do material. Assim, quando o grupo produz uma quantidade maior do mesmo material, o comprador diminui o valor desse material. Além disso, o preço desses recicláveis, que são vendidos para a indústria recicladora, tem relação com o mercado internacional, conforme pode-se verificar abaixo:

As commodities de materiais recicláveis (aparas de papel, sucata de ferro e plásticos) são classificadas como mercadorias primárias, ou matérias primas, que têm seu preço cotado e negociado de forma global. Isto significa que os materiais coletados pelos catadores têm preços, são negociados em vários países e estão sujeitos às variações que as indústrias praticam ao redor do mundo, cotadas em dólar. (MNCR, 2010, não paginado).

Tal situação também impacta fortemente no trabalho dos catadores, ou melhor, no valor da produção. A comercialização ocorre com um atravessador, que determina os valores dos materiais. Portanto, eles ficam à mercê de um único comprador, com quem realizam as vendas de praticamente todos os materiais da ACAD, exceto o alumínio que, mesmo coletado em pouca quantidade, é realizado com outro comprador.

Uma proposta para melhorar a produção foi a realização de um trabalho de educação ambiental para ampliar a divulgação do trabalho da associação, considerando-se que

a maioria dos moradores do município desconhecem o trabalho realizado pela ACAD, ou sequer sabem da existência da associação no município. O objetivo seria informar a comunidade sobre os materiais que a associação recebe e sobre a separação correta dos materiais que são reciclados pela ACAD, pois chegam muitos materiais, inclusive medicamentos que deveriam ter outra destinação.

Porém, essa proposta não se concretizou. Foi necessário pensar outras estratégias que poderiam aumentar a produção, para que os associados melhorassem as condições de trabalho e renda. Porém, esbarrou-se, novamente, com a questão do transporte. Mesmo após o conserto do outro caminhão, os catadores continuam realizando a coleta somente em um. Porque com o tempo de quatro anos para o conserto do segundo caminhão, outras partes precisaram de manutenção no primeiro, inclusive a troca de óleo. Além do fato de que a Prefeitura precisa ceder outro motorista, para dirigir esse caminhão.

Assim, o projeto de extensão verificou, no diagnóstico realizado para compreender o empreendimento, que os associados precisavam ter autonomia para dirigir o caminhão, pois a dependência de um motorista da Prefeitura implica em várias situações já constatadas e que inviabilizam o aumento da produção. Considerando que, se dirigissem o caminhão poderiam aumentar a carga horária, traçar uma rota mais viável, entre outras coisas. Para isso, buscou-se junto às autoescolas do município uma proposta de doação ou, até mesmo, um desconto para que uma das associadas da ACAD pudesse tirar a Carteira Nacional de Habilitação (CNH). A contrapartida seria a divulgação da autoescola como sendo apoiadora da coleta seletiva no caminhão da associação, com distribuição porta-a-porta para a comunidade na fase de conscientização da população para a separação adequada dos resíduos domiciliares. O esforço foi exitoso e o desconto foi alcançado em uma das autoescolas, que se sensibilizou com a proposta de auxiliar o desenvolvimento da coleta seletiva no município. Duas associadas começaram o processo para tirar a carteira, porém, não prosseguiram.

Ainda com relação à coleta seletiva em Diamantina, da forma como ocorre, o município conta hoje com um sistema de coleta operado pela ACAD, através de Pontos de Entrega Voluntária (PEV's). Os pontos são gaiolas metálicas com paredes de grade, permitindo a visualização do seu interior. Eles ficam espalhados pela cidade, são bastante discretos e a maioria está com o adesivo de identificação danificado. Não são muitas as pessoas que conhecem os PEV's e sua função, menos ainda as que utilizam adequadamente. Por esse motivo eles acabam virando pontos de depósito de qualquer tipo de resíduo e com isso a população, invariavelmente coloca fogo nos resíduos que ficam acumulados no seu interior. Essa falta de

informação, por parte da população, acaba prejudicando o trabalho da associação, pois os PEV's, quando colocados em pontos estratégicos, diante da quantidade de resíduos sólidos descartados incorretamente, precisam ser deslocados para outras áreas com menor potencial de recicláveis. A ACAD realiza a coleta nesses PEV's regularmente. Além dessa coleta, a associação recebe o material de alguns grandes geradores.

Após a aprovação de recursos do edital FUNASA, foi firmado com diversas instituições a doação de materiais recicláveis para a ACAD. É o caso da UFVJM, da Universidade Norte do Paraná (UNOPAR), do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), da Advocacia-Geral da União (AGU), de associações comunitárias, das escolas públicas e um supermercado. O material da UFVJM é basicamente papelão, enquanto as escolas públicas destinam papel branco e livros. Atualmente, a ACAD não recolhe mais o material da AGU, devido à existência de documentos sigilosos que precisam passar pela picotadeira antes de irem para a comercialização. Porém, a picotadeira, desde quando chegou, nunca funcionou direito, pois masca o papel ao invés de picotar. Também deixaram de recolher o material do supermercado, uma parte significativa do papelão que era comercializado, pois o supermercado passou a vender o material para o mesmo comprador que a associação comercializa.

Ainda quanto à questão do supermercado, este foi construído em uma área de preservação ambiental. Para tanto ele assinou um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), que consistia em ser autorizado a construir, desde que doasse seu material reciclável para a ACAD. No entanto, na prática esse acordo não aconteceu, pois, para que os catadores pudessem receber o material eles tinham que limpar uma grande área do supermercado, deixando o lugar limpo após a coleta do material. O termo, contudo, não previa isso. Seria somente a doação do material. Os associados tiveram um desentendimento em relação à coleta de materiais nesse supermercado e deixaram de realizar a coleta ali.

A quantidade de material diminuiu muito depois que o grupo deixou de coletar o material reciclável desse supermercado, o que fez com que alguns integrantes saíssem para buscar outra alternativa de renda. E isso revela outra questão: a alta rotatividade de integrantes que, em pouco tempo, entram e saem do grupo. Outro fato que se destaca diz respeito à faixa etária, que se diversificou bastante, variando de 20 a 55 anos de idade.

Além disso, antes da mudança de galpão, alguns moradores, que sabiam do trabalho da ACAD, levavam o material até o primeiro galpão da associação. Porém, entre os problemas já apontados quanto ao velho galpão, cabe mencionar que o dono, que o alugava, tinha acesso

ao espaço alugado, diminuindo a liberdade dos associados no local. Assim, a mudança melhorou o aspecto do espaço e de infraestrutura, mas a distância impede que os moradores levem os materiais até lá, o que requer repensar a logística, porque o galpão atual encontra-se mais distante.

Para resolver isso, a ACAD reuniu-se com o secretário de Limpeza Urbana, que se dispôs a pensar em estratégias para que a população pudesse ter um local mais próximo para levar os resíduos sólidos. Após isso, foram disponibilizados dois ótimos espaços. Um em um local na área central de Diamantina, próximo a região comercial, e outro localizado no Largo Dom João. O local se tornaria um espaço estratégico para que a associação pudesse recolher o material do comércio local, tornando mais viável à coleta dos materiais, tanto para os catadores quanto para os comerciantes, que precisam descartar corretamente os seus resíduos sólidos. Porém, era necessário que pelo menos um dos associados se dispusesse a ficar nesse espaço para auxiliar os moradores quanto à separação e a disposição do material no espaço que seria organizado conforme os seus diferentes tipos. Mas, essa proposta não foi à frente e o local deixou de ser utilizado para essa finalidade. O muro foi derrubado e atualmente é um espaço aberto, que as barracas da agricultura familiar utilizam para realizarem a comercialização de seus produtos.

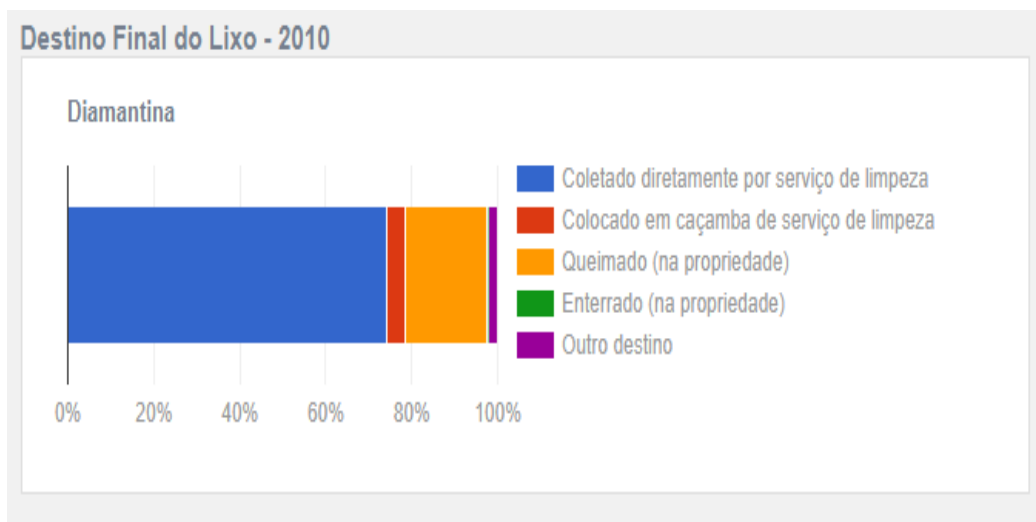
Com isso, a ACAD perdeu uma grande oportunidade de alavancar o processo de coleta de materiais recicláveis, tendo em vista a região comercial próxima desse espaço. O que se observa é que, apesar do incentivo por parte da gestão pública, falta uma contrapartida dos associados para impulsionarem a coleta seletiva no município. Além disso, o grupo atual rejeita a ampliação do quadro social, com o a configuração atual não consegue realizar um trabalho de larga escala para atender mais residências. Outro problema, que limita o número de associados, é a renda que não é atrativa para quem se dispõe a participar.

Verifica-se que, se tivessem o contato com o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), talvez houvesse o fortalecimento dos catadores na região do alto do Vale do Jequitinhonha. Porque, mesmo que os membros da ACAD conheçam outras experiências que possuam um desempenho favorável, não é o mesmo que ter uma aproximação e um constante diálogo com outros catadores, que já se organizaram e fortaleceram graças ao trabalho com materiais recicláveis.

A dificuldade de expansão dos serviços prestados pela ACAD faz com que algumas oportunidades sejam perdidas em termos de coleta, tratamento e venda do material. Atualmente, de um lado, encontra-se a ACAD, restrita à coleta seletiva e, de outro, os problemas dos resíduos

sólidos. O aterro controlado não suporta mais a quantidade de resíduos. E a ACAD precisa desses resíduos para aumentar a sua produção e, assim, conseguir se fortalecer enquanto um movimento associativista solidário. Pode-se verificar no Gráfico 2 abaixo o quantitativo de resíduos no município no ano de 2010.

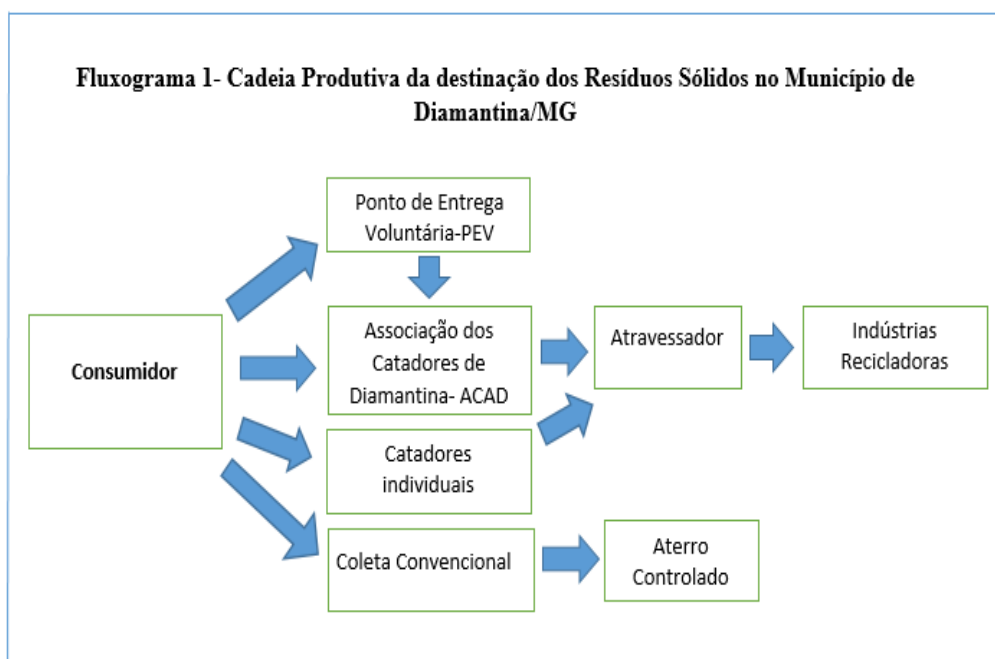
**Gráfico 2- Destino Final do “Lixo” em Diamantina-2010.**



Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010.

Pode-se observar, no gráfico acima, que 60% dos resíduos sólidos vão para o aterro controlado. E desses 60%, estima-se que aproximadamente 18% seriam de material reciclável. Um quantitativo considerável de materiais que são enterrados e que poderiam ter outra destinação de descarte. Assim, para compreender o processo da destinação dos resíduos sólidos, observa-se no Fluxograma 1 como ocorre esse processo na cadeia produtiva abaixo:

### Fluxograma 1- Cadeia Produtiva dos Resíduos Sólidos em Diamantina/MG.



Fonte: Arquivo Pessoal.

A Tabela 5 abaixo mostra a composição gravimétrica dos resíduos nos municípios do Alto Jequitinhonha, no qual entre eles destaca-se Diamantina, apresenta-se o quantitativo de geração de resíduos em 2010.

**Tabela 5- Composição gravimétrica dos resíduos 2010.**

Município	Geração de resíduos compostáveis 2010 (kg)	Geração de resíduos recicláveis 2010 (kg)	Rejeitos 2010 (kg)
Capelinha	3.492.649	1.143.049	1.714.573
Couto de Magalhães de Minas	421.977	122.757	207.152
Diamantina	4.770.816	1.561.358	2.342.037
Felício dos Santos	515.626	150.000	253.126
Itamarandiba	3.229.766	1.057.014	1.791.052
Minas Novas	3.091.851	1.011.879	1.517.818
São Gonçalo do Rio Preto	305.040	88.739	160.839
Serro	2.091.112	684.364	1.159.617
Turmalina	1.811.367	526.943	955.085

Fonte: Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, 2011, p. 35.

Observa-se que o quantitativo de resíduos compostáveis, ou orgânicos, é maior em relação aos recicláveis. Mesmo assim, é bem considerável a quantidade de recicláveis que poderiam ser aproveitados para o sistema de reciclagem junto à ACAD. Assim, o município de

Diamantina encontra-se irregular em relação às metas estabelecidas pela PNRS, pois ainda mantém ativamente a destinação dos resíduos sólidos no aterro controlado. A falta de um plano de gerenciamento de resíduos sólidos indica a dificuldade para tratar dos resíduos e, além disso, a questão social associada aos catadores também fica desamparada.

Pode-se afirmar que a ACAD ficou distante das discussões específicas sobre a economia solidária, pois suas demandas foram tratadas de maneira mais pontual no município. No entanto, paralelamente às reuniões e atividades que foram realizadas junto à ACAD, as discussões sobre a Economia Solidária ocorreram em outras perspectivas mais amplas, englobando vários empreendimentos da região. Apoiadores do movimento de economia solidária no município se reuniram para discutir a proposta de construção de um Fórum Municipal de Economia Solidária. Essa ideia foi articulada após a realização do 1º Seminário de Economia Solidária, seguido da 1ª Feira de Economia Solidária no município, em novembro de 2014. O objetivo era o de pensar estratégias para articular os vários empreendimentos da região e estimular essa nova economia, juntamente com outras entidades envolvidas, como a UFVJM, Cáritas, Projeto Caminhando Juntos (PROCAJ) e demais parceiros.

A partir da proposta de construção do Fórum Municipal de Economia Solidária, essas entidades reuniram-se para propor a formação de uma política pública a fim de fortalecer e desenvolver empreendimentos de economia solidária na região. Para isso, houve a sugestão de criação do Conselho Municipal de Economia Solidária e o Fundo Municipal de Fomento a Economia Solidária. Após várias reuniões, propôs-se um projeto de lei baseado na lei de economia solidária do município de Montes Claros/MG, Lei nº 3.997, de 16 de julho de 2008 (MINAS GERAIS, 2008a).

A Lei foi aprovada no ano seguinte, após diversas discussões, para que pudesse realmente atender às expectativas previstas. A Lei nº 3.917, de 16 de março de 2016, dispõe sobre a Política Municipal de Fomento à Economia Popular Solidária, cria o Conselho Municipal de Economia Popular Solidária e o Fundo Municipal de Fomento à Economia Popular Solidária no Município de Diamantina (MINAS GERAIS, 2016). Ela pode ser considerada uma grande conquista para os empreendimentos do município, tendo em vista que a questão do fundo foi pensada para atender diretamente aos empreendimentos e possibilitar o fortalecimento dos que se encontram em andamento e dos que ainda estavam por emergir.

Essas foram as ações no âmbito da Economia Solidária que passaram a ser dialogadas dentro do município junto aos empreendimentos, com os apoiadores e com a sociedade civil. Mas, com relação aos catadores da ACAD nesse processo, pode-se afirmar que



eles não se identificam com a proposta da Economia Solidária. Não entendem como se desenvolve, no aspecto geral, a economia solidária como um todo, e também não participam das discussões que vêm sendo realizadas no município, sobre a questão

Dessa forma, o que se observa é que os catadores, mesmo depois de passarem pelo processo de formalização, por meio da associação, continuam com muitas dificuldades para realizarem seu trabalho, a ponto de considerarem essa proposta pior que o trabalho assalariado. Entendem que podem obter uma renda fixa, seguridade social e ainda ter garantia de fazer compromissos com a renda, mas, da forma em que se encontram, nem possuem a garantia de férias e descanso. A renda é incerta e o valor também oscila de mês para mês.

Outro impasse que a ACAD enfrenta é em relação à divulgação do trabalho, o que prejudica o aumento da produção. A dependência do transporte em relação ao município também não permite, como explicado acima, que a coleta seletiva avance, para aumentar sua capacidade e atender a todo o município, ficando a coleta restrita a pontos específicos.

Diante desse quadro, torna-se fundamental a contratação dos catadores pelos municípios, como mostra a luta do MNCR, para o reconhecimento do seu trabalho que vem sendo prestado à sociedade. Assim como o serviço de coleta convencional é contratado, para recolher e levar o “lixo” para o aterro controlado da cidade, o mesmo pode ocorrer com as associações e cooperativas que trabalham com a coleta seletiva. A ideia é que sejam contratadas para realizarem a destinação dos materiais recicláveis. Isso já se verifica nas legislações que resguardam esse direito, incentivando a inclusão de catadores de materiais recicláveis nesse processo.

A questão que envolve o processo de contratação da ACAD, que vem sendo tratada pelo município, fica no impasse. Essa seria a solução para resolver todos os problemas que foram apresentados, porém, o que se verifica no grupo de associados é que falta uma melhor preparação para lidar com a autogestão do empreendimento. Por isso ficam as dúvidas: seria a contratação a solução ou não? A contratação resolveria os pontos fracos que a ACAD apresenta em relação a gestão, comercialização, transporte e divulgação do trabalho?

Outro problema que se observa é que os associados, muitas vezes, ficam esperando que as coisas sejam resolvidas pelos funcionários da Prefeitura, responsáveis por fazer a parte gestão do empreendimento. Assim, não buscam, por si mesmos, formas de resolução para as questões pendentes. Isso, de certa forma, diminui a autonomia que deveriam ter para gerir a associação.

Portanto, mesmo com a mudança de infraestrutura, que foi uma das conquistas

obtidas pela ACAD ao longo desses anos, verifica-se que ainda faltam muitas coisas para que a associação consiga se estabelecer como um empreendimento autônomo. A superação das dificuldades precisa ser buscada pelos próprios catadores, para que possam enfrentar seus problemas e encontrar soluções sem a dependência em relação a outras instituições. Porém, isso não isenta o poder público local de auxiliar e estimular a inclusão dos catadores nesse processo. Nem tira a responsabilidade da sociedade em relação a essa situação.

Assim, também como se faz necessário discutir a proposta de uma Política Pública Municipal de Resíduos Sólidos, para que se tenham mais condições de resolver as demandas em relação à disposição adequada dos resíduos pensando-se no favorecimento da inclusão dos catadores nesse processo. Por isso, mesmo defendendo a contratação do serviço de coleta seletiva, por parte da gestão pública, identifica-se que ainda precisam ser superadas as limitações que impedem a organização do grupo, diante da proposta do trabalho de cunho associativista, para que eles possam resolver suas próprias questões.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou estudar o caso da Associação dos Catadores de materiais recicláveis de Diamantina, dentro perspectiva da economia solidária. Em primeiro lugar, a intenção foi analisar em que consiste essa perspectiva econômica e social que, do ponto de vista conceitual, pode ser abordada de diversas formas. Ela pode ser vista como uma forma de reação, que tenta incluir pessoas que estão à margem do sistema econômico atual, só que de maneira mais justa, igualitária e sem exploração do trabalho. Sendo assim, os seus princípios englobam: democracia, solidariedade, cooperação, respeito à natureza e comércio justo. Diante das ponderações apresentadas, constata-se que este não é um campo econômico totalmente autônomo, pois, estabelece trocas comerciais junto à economia mais convencional de mercado.

Tratou-se também de um princípio específico: a autogestão. Ela preconiza que os indivíduos passam a ter o poder para tomar decisões e resolver todos os problemas que dizem respeito à instituição à qual pertencem. Ela permite que os sujeitos criem empoderamento para decidirem tudo sobre o seu empreendimento. A discussão sobre autogestão e a economia solidária teve o objetivo de entender como isso tudo se relaciona com a ACAD, para saber como associação se posiciona frente a essa abordagem e a seus princípios.

Mas, o que se verificou, na prática, é que esses princípios, que valorizam uma estrutura organizacional autogestionário, não obtiveram êxito. Constatou-se que, mesmo estando nesse formato, o grupo em estudo, a ACAD, continuou em condições precárias, mesmo em relação ao tipo de trabalho que realizavam.

Esse formato associativo e cooperativo da Economia Solidária pode ser transformador, a exemplo do que acontece com outras experiências, como o é o caso da cooperativa de Itaúna, a Cooperativa de Reciclagem e Trabalho (COOPERT). Além de se estruturar e abarcar vários catadores, ainda se dispôs a estruturar catadores individuais que faziam a coleta nas ruas. A forma como a COOPERT foi estruturada a tornou bem-sucedida, atendendo as expectativas dos seus cooperados. Assim, ela foi contratada pelo município de Itaúna para a prestação de serviços de coletas seletiva, mostrando ser uma experiência positiva de trabalho autogestionário.

Verifica-se também que a Associação dos Seleccionadores de Materiais Recicláveis (ASMAR), em Santa Maria - RS teve uma proposta de contratação do serviço pela prefeitura, na tentativa de inclusão e adequação da PNRS. Porém, mesmo depois da contratação, o empreendimento passou por dificuldades. Outra questão que chama atenção nesse caso é o fato

do tempo de formação dessa associação. A ASMAR foi fundada em nove de setembro de 1992 e em 2012, completando 20 anos. Segundo Nascimento e Oliveira (2012, p. 11) “sendo a associação mais antiga da cidade [...] A ASMAR conta com dezenove associados e possui uma maior concentração de mulheres no quadro de associados”. Ou seja, o empreendimento não tinha formação recente. Trata-se de uma associação que tem uma longa trajetória.

Outro ponto que deve ser enfatizado consiste no fato de que nesse tipo de trabalho há uma rotatividade grande de pessoas por diversos fatores. O que de certa forma não permite que se construam laços fortes entre os participantes do empreendimento, não colaborando, portanto, para manutenção de um trabalho coletivo autogestionário.

Assim, fica-se na dúvida a respeito da contratação. Ela poderia solucionar os problemas da ACAD? Seria a solução para resolver todos os problemas que foram apresentados na pesquisa? Pois o que se verifica no grupo de associados é que falta uma melhor preparação para lidar com as situações-problema do empreendimento. Então seria a contratação a solução ou não? Ou seria o caso de se pensar em estratégias de capacitação para melhor estruturação antes da contratação?

Esse estudo também tentou analisar as legislações, como a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e também o que está disposto pela Política Estadual de Resíduos Sólidos de Minas Gerais (PERS), assim como a inclusão socioprodutiva de catadores de materiais recicláveis no processo de coleta seletiva por parte dos municípios. Nesse caso, foi analisado como ocorre o processo de trabalho da ACAD em relação ao serviço de coleta de resíduos sólidos no município de Diamantina.

O que se verificou nesse caso é que a organização não partiu da vontade dos associados em formarem a associação. Observa-se, na prática, muitas dificuldades de lidar com esse processo autogestionário, pois ele demanda mais organização em relação às responsabilidades assumidas, inclusive quanto à gestão. Além do que todos precisam saber desenvolver outras funções tendo em vista a ausência de algum membro algum dia.

Uma questão que envolve a prática da economia solidária é o maior envolvimento dos trabalhadores em relação a todas as etapas do empreendimento, uma parte que demanda algo além da simples tarefa de cumprir suas funções. É preciso que todos os que fazem parte dessa empresa solidária se envolvam com os problemas. Por não se tratar de uma tarefa fácil, é que alguns desses empreendimentos deixam algumas atribuições e problemas para serem resolvidos por seus dirigentes superiores.

Sendo assim, para que essa nova proposta econômica seja bem-sucedida, é preciso o engajamento de pessoas dispostas a conseguir um bem comum, que será usufruído por todos. Mas também é necessária uma garantia, via políticas públicas. Pois se observa que essa questão não se refere somente à união das pessoas, é preciso muito mais que isso. É necessário que as pessoas que participam desses empreendimentos solidários conheçam a respeito do assunto, que sejam capacitadas, formadas, no intuito de melhorar a qualidade dos serviços, tanto quanto as relações sociais.

Desta forma, nos arranjos sociais para a promoção de um trabalho coletivo, a união das pessoas no primeiro momento tornar-se essencial para a mobilização de um bem comum. Mas, para que isso ocorra, é necessário que os sistemas de organização estejam também formulados com o mesmo propósito. No sistema atual, segundo Gohn (2010, p. 62) “A organização neoliberal da sociedade, já fragmentada pelo regime de acumulação de capital, agora mais intensamente globalizado, impede a inclusão dos grupos desfavorecidos a uma vida em que os direitos humanos são reconhecidos.”.

Portanto, para compensar e reverter esse modelo vigente, surge com uma nova roupagem a proposta de um modelo econômico pela construção de uma economia solidária, no qual a forma de organização se dê como um processo justo, de cooperação e sem exploração de trabalho. Segundo Singer (1997, p. 10):

Isto nos permite sustentar que a economia solidária é a mais importante alternativa ao capitalismo neste momento histórico, por oferecer uma solução prática e factível à exclusão social, que o capitalismo em sua nova fase liberal exacerba. Mas, para que esta possibilidade se realize, é preciso que o movimento operário e seus aliados concentrem suas forças ainda ponderáveis no apoio e na promoção às cooperativas de trabalhadores, para que elas possam absorver os milhões que não têm lugar na economia capitalista.

Sendo assim, considera-se em todos os âmbitos uma forma de inclusão social das pessoas em um novo modelo econômico, por meio da organização coletiva, e de uma consciência quanto ao processo atual.

Por fim, a partir das análises de experiências de empreendimentos solidários, é possível perceber que a questão da participação é um componente complexo. A participação só ocorre quando, de fato, há uma abertura política e quando se incentiva que os atores a exerçam. Outro ponto é o fator cultural, que se mostra de grande relevância para pensar a organização. Considera-se que essa tomada de consciência para as mudanças estruturais ocorra via processo educativo. O processo do trabalho cooperativo e associativo também é educativo, pois passa a formar valores e princípios que tendem a focar no processo de formação de solidariedade a partir do trabalho coletivo para a produção de renda.

## REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, F. H. C. Políticas públicas municipais e economia solidária. **Rev. Interações**. Campo Grande, v. 15, n. 1, p. 135-145, jan./jun. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/inter/v15n1/v15n1a13.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2017.

ANTUNES, R. **OS SENTIDOS DO TRABALHO**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2007.

ANTUNES, R. O Trabalho, sua nova morfologia e a era da precarização estrutural. **Revista THEOMAI**. n. 19, 2009. Disponível em: <<http://revista-theomai.unq.edu.ar/numero19/artantunes.pdf>>. Acesso em: 10 de ago. 2017.

ANTUNES, M. T. P.; CESAR, A. M. R. V. C. A Utilização do Método do Estudo de Caso em Pesquisas da Área de Contabilidade. In: XXXII Encontro da ANPAD, 2008. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2008. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EPQ-B2393>>. Acesso em: 22 jun. 2017.

ARÁUJO, E. A.T.; SILVA, W. A. C. Sociedades cooperativas e sua importância para o Brasil. **Revista Alcance**- Eletrônica, vol. 18, n.1, p. 43-58, jan./mar. 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS. **Panorama dos resíduos sólidos no Brasil 2015**. Disponível em: <<http://www.abrelpe.org.br/>>. Acesso em: 26 jul. 2017

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10004**: resíduos sólidos- classificação. Rio de Janeiro, 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS- ABNT. **NBR 13230**: Embalagens e acondicionamentos plásticos recicláveis- identificação e simbologia. 2. ed. Rio de Janeiro, 2008.

ASSOCIAÇÃO DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DE DIAMANTINA. **Estatuto da Associação dos Catadores de Diamantina**. Diamantina, 2009.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **IDHM município de Diamantina/MG**. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>>. Acesso em: 31 jul. 2017.

AZEVEDO, A.; GITAHY, L. O cooperativismo industrial autogestionário no Brasil: cenário e atores. In: **"El cooperativismo industrial autogestionario en Brasil: escenario y actores"**, en Mirta Vuotto (comp.) La co-construcción de políticas públicas en el campo de la economía social. Ed. Prometeo, Buenos Aires, 2007. Disponível em: <<https://www.fearp.usp.br/cooperativismo/28.pdf>>. Acesso em 22 jun. 2017.

BAPTISTA, F. M.; VALLE, R. S. T. **Formas de organização**: associação, fundação, cooperativa, empresa. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2002.

BAPTISTA, V. F. As políticas públicas de coleta seletiva no município do Rio de Janeiro: onde e como estão as cooperativas de catadores de materiais recicláveis? **Rev. Adm. Pública**. Rio de Janeiro, v. 49, n. 1, p. 141-164, jan./fev.2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v49n1/0034-7612-rap-49-01-00141.pdf>>. Acesso em: 29 jul. 2017.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. Trad. Carmen Varriale et al. 11 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BORTOLI, M. A. Processos de organização de catadores de materiais recicláveis: lutas e conformações. **Rev. Katálysis**. Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 248-257, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v16n2/11.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2017.

BOSI, A. P. A ORGANIZAÇÃO CAPITALISTA DO TRABALHO “INFORMAL” O caso dos catadores de recicláveis. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 23 n. 67, São Paulo junho/2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69092008000200008&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092008000200008&lng=pt)>. Acesso em: 27 jul. 2017.

BRASIL. Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. **Política Nacional de Cooperativismo**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5764.htm)>. Acesso em: 18 jun. 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 19 jul. 2017.

BRASIL. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art.37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8666cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8666cons.htm)>. Acesso em: 31 jul. 2017.

BRASIL. Lei nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9605.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9605.htm)>. Acesso em: 19 jul. 2017.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Institui o Código Civil**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCivil\\_03/leis/2002/L10406.htm](http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/2002/L10406.htm)>. Acesso em: 26 jan. 2018.

BRASIL. Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003a. **Dispõe sobre a Organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.683.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.683.htm)>. Acesso em: 18 jun. 2017.

BRASIL. Decreto nº 4.764, de 24 de junho de 2003b. **Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Trabalho e Emprego, e dá outras providências**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/d4764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4764.htm)>. Acesso em: 18 jun. 2017.

BRASIL. Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/111445.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111445.htm)>. Acesso em: 17 jul. 2017.

BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010a. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm)>. Acesso em: 19 jul. 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Nacional da Saúde. Portaria nº 1.722, de 7 de dezembro de 2010b. Número da proposta 100354/2010. Projeto: Fortalecimento da Associação dos Catadores de Diamantina. **Diário Oficial da União**. Brasília, 13 dez. 2010. Seção 1, p. 52.

BRASIL. **Câmara dos Deputados**. Projeto de Lei PL 2289/2015. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1555331>>. Acesso em: 26 jul. 2017.

BRASIL. Portaria nº 19, de 30 de maio de 2017a. **Diário Oficial da União**. Brasília, 01 jun. 2017. Seção 2, p. 105.

BRASIL. Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017b. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. **Diário Oficial da União**. Brasília, 14 jul. 2017. Seção 1, p. 1.

BRASIL. **Câmara dos Deputados**. Debatedores reclamam financiamento para acabar com lixões e dar destinação adequada a resíduos sólidos. 2017c. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/MEIO-AMBIENTE/536580-DEBATEDORES-RECLAMAM-FINANCIAMENTO-PARA-ACABAR-COM-LIXOES-E-DAR-DESTINACAO-ADEQUADA-A-RESIDUOS-SOLIDOS.html>>. Acesso em: 26 jul. 2017.

BRAZ, M.; NETTO, J. P. **Economia Política**: uma introdução crítica. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BURKE, P. Uma história social do lixo. **Jornal Folha de S. Paulo**, São Paulo, 9 de dez. 2001. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs0912200109.htm>>. Acesso em: 22 jun. 2017.

CADERNO EMPÍRICA. Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Estadual de Campinas, Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários. Campinas, SP: Instituto de Economia, UNICAMP, 2009. 166 p.

CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES. **Trabalhadores da coleta e seleção de material reciclável**. Disponível:



<<http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/pesquisas/BuscaPorTituloResultado.jsf>>. Acesso em: 28 jan. 2018.

CALVINO, I. **Todas as cosmicômicas**. Tradução de Ivo Barroso e Roberta Barni. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CARDOSO, A. **A crise financeira e os catadores de materiais recicláveis**. IPEA. Boletim mercado de trabalho, n. 41, 2009. Disponível em: <<http://www.mnecr.org.br/artigos/a-crise-financeira-e-os-catadores-de-materiais-reciclaveis>>. Acesso em: 28 jul. 2017.

CARDOSO, U. C. **Cooperativa**. [Série Empreendimentos Coletivos]. Brasília: Sebrae, 2014.

CARVALHO, J. M. de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 19. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Tradução de Iraci D. Poleti. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

CAVALCANTE, Z. V.; TIUJO, E. M. Poluição- Origem Histórica e a Reciclagem. In: VIII EPCC – Encontro Internacional de Produção Científica Cesumar, 2013, Maringá. **Anais eletrônicos...** Maringá: CESUMAR, outubro 2013, p. 4. Disponível em: <[https://www.unicesumar.edu.br/epcc-2011/wp-content/uploads/sites/86/2016/07/zedequias\\_vieira\\_cavalcante2.pdf](https://www.unicesumar.edu.br/epcc-2011/wp-content/uploads/sites/86/2016/07/zedequias_vieira_cavalcante2.pdf)>. Acesso em: 29 jan. 2018.

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA OITAVA REGIAO. **Diferença entre associações e cooperativas**. Paraná: CREFITO-8, 2010. Disponível em: <<https://www.crefito8.gov.br/pr/index.php/associacoes-e-cooperativas/129-servicos/associacoes-e-cooperativas/477-diferencas-associacoes-e-cooperativas>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

CORAGGIO, J. L. Economia Social e Solidária- os alcances do projeto e da política. In: SOUZA, A. R.; ZANIN, M. **A Economia Solidária e os desafios globais do trabalho**. São Carlos: EdUFSCar, 2017.

COSTA, S. M. F. T.; GOMEZ, C. M. Empreendimentos econômicos solidários: uma via saudável na recuperação do sentido do trabalho. In: COIMBRA JR, C.E.A; MINAYO, M.C.S. **Críticas e atuantes: ciências sociais e humanas em saúde na América Latina**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ. 2005. 708 p. ISBN 85-7541- 061-X.

DUPAS, G. **Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

EIGENHEER, E. M. **A história do lixo: A limpeza urbana através dos tempos**. Rio de Janeiro: Campus, 2009.

FERREIRA, A. B. H. **Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 2016. Disponível em: <<https://dicionariodoaurelio.com/lixo>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

FRANÇA FILHO, G. C; LAVILLE, J. L. **Economia solidária: uma abordagem internacional**.

Porto Alegre: UFRGS, 2004.

FUNDAÇÃO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE. **Panorama da destinação dos resíduos sólidos urbanos no Estado de Minas Gerais em 2015**. Belo Horizonte, 2016.

FUNDAÇÃO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE. **ICMS ecológico**. Disponível: <[http://www.feam.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=76&Itemid=99](http://www.feam.br/index.php?option=com_content&task=view&id=76&Itemid=99)>. Acesso em: 29 jan. 2018.

FUNDAÇÃO ISRAEL PINHEIRO. **Programa Minas sem Lixões**. 2016. Disponível em: <<http://www.israelpinheiro.org.br/2016/09/minas-sem-lixoes/>>. Acesso: 31 jul. 2017.

GAIGER, L. I. G. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. **Caderno CRH**, Salvador, n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/crh/article/view/18642>>. Acesso em: 25 maio 2017.

GAIGER, L. I. G. **A economia Solidária e o Mundo do Trabalho**: quatro teses a partir de dados nacionais. 40º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS/ GT 34 – Trabalho, Trabalhadores e Ação Coletiva. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Outubro de 2016.

GOERCK, C. Economia popular solidária: no processo de reestruturação produtiva brasileira. **Revista Virtual Textos e Contextos**, n.4, dez. 2005.

GOHN, M. da G. **Educação não formal e o educador social**: atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2010.

GOMES, M. M. F.; GONZAGA, M. R.; UMBELINO, G. J. de. M.; FÍGOLI, M. G. B.; RODRIGUES, R.N. **O ‘Sertão Nordestino’ Mineiro**: Caracterização e projeção populacional das Microrregiões do Vale do Jequitinhonha, 2000-2030. Disponível em: <[http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario\\_diamantina/2010/D10A091.pdf](http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2010/D10A091.pdf)>. Acesso em: 26 jun. 2018.

GÜNTHER, W. M. R; MAGNI, A. A. C. Cooperativas de catadores de materiais recicláveis como alternativa à exclusão social e sua relação com a população de rua. **Saúde e Sociedade**. São Paulo, v. 23, n. 1, p. 146-156, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v23n1/0104-1290-sausoc-23-01-00146.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2017.

GREENPEACE. **INCINERAÇÃO E SAÚDE HUMANA**: Estudo do conhecimento sobre os impactos da Incineração na Saúde Humana. 2002. Disponível em: <[http://www.greenpeace.org/brasil/PageFiles/4944/sumario\\_exec\\_health.pdf](http://www.greenpeace.org/brasil/PageFiles/4944/sumario_exec_health.pdf)>. Acesso em: 29 jan. 2018.

GROPPO, L. A. **Autogestão, Universidade e Movimento Estudantil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

HELD, D. O que Democracia deveria significar hoje? In: HELD, David. **Modelos de Democracia**. Belo Horizonte: Paidéia, 1987, p.241-70.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Destino final do lixo-2010**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/painel/populacao.php?lang=&codmun=312160&search=minas-gerais|diamantina>>. Acesso em: 29 jan. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **População estimada. 2016-Diamantina**. 2016. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=312160&search=minas-gerais|diamantina|infograficos:-informacoes-completas>>. Acesso em: 31 jul. 2017.

INSTITUTO NENUCA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. **Nossa História**. Disponível em: <<http://www.insea.org.br/nossa-historia/>>. Acesso em: 25 jan. 2018.

LAYARGUES, Philippe. O cinismo da reciclagem: o significado ideológico da reciclagem da lata de alumínio e suas implicações para a educação ambiental. In: LOUREIRO, F.; LAYARGUES, P.; CASTRO, R. (Orgs.) **Educação ambiental**: repensando o espaço da cidadania. São Paulo: Cortez, 2002, 179-220.

LEITE, M. P. A. Revista Brasileira de Ciências sociais. **Economia solidária e o trabalho associativo**: teorias e realidades. São Paulo, v. 24, n. 69, p. 31-51, fev. 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010269092009000100003&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010269092009000100003&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 29 nov. 2016.

LIMA, C. J. O trabalho autogestionário em cooperativas de produção: o paradigma revisitado. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol.19, nº 56, outubro, 2004.

LIMA, F. de P.; VARELLA, C. V. S.; OLIVEIRA, F. G. de; PARREIRAS, G.; RUTKOWSKI. Tecnologias sociais da reciclagem: efetivando políticas de coleta seletiva com catadores. **Revista Interinstitucional de Psicologia**. Juiz de Fora, v. 4, nº spe. 2011, p. 131-146.

MACHADO, G. B. **Usina de queima de lixo- Incineradores ou Usinas Verdes**. 2013. Disponível em: <<http://www.portalresiduossolidos.com/usina-de-queima-de-lixo-incineradores-ou-usinas-verdes/>>. Acesso em: 31 jul. 2017.

MATOS, R.; GARCIA, R. A. A população do Vale do Jequitinhonha. In: SOUZA, J. V. A. de, HENRIQUES, M. S. (org.). **Vale do Jequitinhonha**: formação histórica, populações e movimentos. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2010. 268 p.

MARX, K. Cooperação. In: **O Capital: Crítica da economia política**. Livro: I: O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MENEZES, M. T. C. G. **Economia Solidária**: elementos para uma crítica marxista. III Jornada Internacional de Políticas Públicas: Questão Social e Desenvolvimento no século XXI. São Luís, agosto de 2007. Disponível em: <[http://base.socioeco.org/docs/elementos\\_para\\_uma\\_critica\\_marxista\\_da\\_economia\\_solidaria\\_-\\_maria\\_thereza\\_candido\\_gomes\\_de\\_menezes.pdf](http://base.socioeco.org/docs/elementos_para_uma_critica_marxista_da_economia_solidaria_-_maria_thereza_candido_gomes_de_menezes.pdf)> Acesso em: 25 maio 2017.

MINAS GERAIS. Lei nº 13.803, de 27 de dezembro de 2000. Dispõe sobre a distribuição da parcela da receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos municípios. **Minas**

**Gerais**, Belo Horizonte, 27 dez. 2000. Disponível em: <[http://www.fazenda.mg.gov.br/governo/assuntos\\_municipais/legislacao/leiestadual13803\\_00.htm](http://www.fazenda.mg.gov.br/governo/assuntos_municipais/legislacao/leiestadual13803_00.htm)>. Acesso em: 29 jan. 2018.

MINAS GERAIS. Lei nº 15.028, de 19 de janeiro de 2004. Institui a Política Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária do Estado de Minas Gerais. **Diário do Executivo- Minas Gerais**. Disponível em: <[http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=15028&comp=&ano=2004&aba=js\\_textoAtualizado#texto](http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=15028&comp=&ano=2004&aba=js_textoAtualizado#texto)>. Acesso em: 08 jun. 2017.

MINAS GERAIS. Lei nº 3.997, de 16 de julho de 2008a. Dispõe sobre a Política Municipal de Economia Popular Solidária, cria o Conselho Municipal de Economia Popular Solidária e o Fundo Municipal de Economia Popular Solidária no Município de Montes Claros. **Minas Gerais**, Montes Claros, 16 jul. 2008. Disponível em: <<https://setorialecosolpt.files.wordpress.com/2012/03/montes-claros-mg-lei.pdf>>. Acesso em: 08 jun. 2017.

MINAS GERAIS. Lei nº 4.980 de 10 de dezembro de 2008b. Cria Diretriz e estabelece princípios fundamentais e objetivos da Política Municipal de fomento à Economia Solidária do Município de Varginha. **Minas Gerais**, Varginha 10 dez. 2008. Disponível em: <<http://www.varginha.mg.gov.br/legislacao-municipal/leis/71-2008/590-lei-no-4980>>. Acesso em: 08 jun. 2017.

MINAS GERAIS. Lei nº 18.030, de 12 de janeiro de 2009a. Dispõe sobre a distribuição da parcela da receita do produto da Arrecadação do ICMS pertencente aos municípios. **Minas Gerais**, Belo Horizonte, 12 jan. 2009. Disponível em: <[http://www.fazenda.mg.gov.br/empresas/legislacao\\_tributaria/leis/2009/118030\\_2009.htm](http://www.fazenda.mg.gov.br/empresas/legislacao_tributaria/leis/2009/118030_2009.htm)>. Acesso em: 29 jan. 2018.

MINAS GERAIS. Lei nº 18.031, de 12 de janeiro de 2009b. Dispõe sobre a Política Estadual de Resíduos Sólidos. **Diário do Executivo- Minas Gerais**. Disponível em: <<http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=9272>>. Acesso em: 27 jul. 2017.

MINAS GERAIS. Lei nº 19.823, de 22 de novembro de 2011a. Dispõe sobre a concessão de incentivo financeiro a catadores de materiais recicláveis- Bolsa Reciclagem. **Diário do Executivo- Minas Gerais**. Disponível em: <<http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=19694>>. Acesso em: 27 jul. 2017.

MINAS GERAIS. Deliberação Normativa COPAM nº 172, de 22 de dezembro de 2011b. Institui o Plano Estadual de Coleta Seletiva de Minas Gerais. **Diário do Executivo- Minas Gerais**. Disponível em: <<http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=20096>>. Acesso em: 27 jul. 2017.

MINAS GERAIS. Lei nº 469, de 09 de janeiro de 2014. Cria Diretrizes e estabelece princípios fundamentais e objetivos da Política Municipal de fomento à Economia Solidária do Município de Nepomuceno. **Minas Gerais**, Nepomuceno 09 jan. 2014. Disponível em: <<http://www.camaranepomuceno.com.br/leisan2014/lei469-2014.pdf>>. Acesso em: 08 jun. 2017.

MINAS GERAIS. Lei nº 3.917, de 16 de março de 2016. Dispõe sobre a Política Municipal de Fomento à Economia Popular Solidária, cria o Conselho Municipal de Economia Popular Solidária e o Fundo Municipal de Fomento à Economia Popular Solidária no Município de Diamantina. **Diário Oficial dos Municípios Mineiros**. Minas Gerais, 20 de outubro de 2016.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Economia Solidária outra economia acontece**. Campanha Nacional de Divulgação e Mobilização social. Brasília: MTE, 2007.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Economia Solidária**. 2015. Disponível em: <<http://trabalho.gov.br/trabalhador-economia-solidaria>>. Acesso em: 29 jan. 2018.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. **Princípios e Objetivos**. São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.mnrc.org.br/sobre-o-mnrc/principios-e-objetivos>>. Acesso em: 27 jul. 2017.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. **A crise financeira e os catadores de materiais recicláveis**. São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.mnrc.org.br/artigos/a-crise-financeira-e-os-catadores-de-materiais-reciclaveis>>. Acesso em: 29 jan. 2018.

MUÑOZ, E. **Associativismo e Cooperativismo**: uma estratégia de organização empreendedora e solidária. Florianópolis: Instituto Federal Santa Catarina, 2012.

NASCIMENTO, L. F. M.; OLIVEIRA, L. N. **Inclusão das associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis na coleta seletiva municipal**: o caso de Santa Maria (RS). 1º Fórum Internacional ECOINIVAR. Santa Maria/RS-15 a 17 de agosto de 2012. p. 1-16.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Cooperativismo- conceitos e princípios**. Disponível em: <<http://www.ocergs.coop.br/cooperativismo/conceitos-principios>>. Acesso em: 23 jun. 2017.

PINHEIRO, D. C. Economia Solidária: Uma Revisão Teórica a Partir dos Seus “Múltiplos” Conceitos. **Revista NAU Social**, v. 3, n. 5, p. 85-105, nov. 2012/ abr. 2013.

PÓLIS. Controle social das políticas públicas. **Repente**, São Paulo, n. 29, ago. 2008. Disponível em: <<http://www.polis.org.br/uploads/1058/1058.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2018.

PORTAL do Cooperativismo Financeiro. O Case de Mondragón, na Espanha. Disponível em: <<http://cooperativismodecredito.coop.br/cenario-mundial/expressao-mundial/cooperativismo-de-credito-na-espanha/o-case-de-mondragon-na-espanha/>>. Acesso em: 26 jan. 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA. **Convênio de cooperação mútua que entre si celebram o município de Diamantina e a Associação dos Catadores de Diamantina para os fins que especifica**. Convênio nº 032/2013. Diamantina, 2013. 3 p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA. **Relatório de Gestão- 2013- 2016**. 1 ed. Diamantina, nº 01, dez. 2016.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Tradução: Luiz

Alberto Monjardim. 5 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

REISDORFER, V. K. **Introdução ao cooperativismo**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Politécnico, Rede e-Tec Brasil, 2014. 106 p.

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. **Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos no Pólo Turístico do Alto do Jequitinhonha**. Belo Horizonte, 2011.

SERVIÇO VOLUNTÁRIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Centro Mineiro de Referência em Resíduos Sólidos**. 2015. Disponível: <<http://www.servas.org.br/projetos-e-programas/cmrr-2/>>. Acesso em: 1 jul. 2017.

SINGER, P. **Curso de introdução à economia política**. 10.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1986.

SINGER, P. **Globalização e desemprego**: diagnóstico e alternativas. 7.ed. São Paulo: Contexto, 1997.

SINGER, P. Economia solidária versus economia capitalista. **Soc. estado**. vol.16 no. 1-2. p.100-112. Brasília June/Dec. 2001. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69922001000100005](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922001000100005)>. Acesso em: 1 jun. 2017.

SINGER, P. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. **Estud. av.** vol. 18 no 51. São Paulo May/Aug. 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142004000200001](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000200001)>. Acesso em: 1 jun. 2017.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. 4<sup>a</sup> reimpressão. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010.

SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL. **Cooperativa e associação é a mesma coisa?** Entenda as diferenças entre cooperativismo e associativismo. 12 set. 2017. Disponível em: <http://www.oseudinheirovalemais.com.br/cooperativa-e-associacao-e-mesma-coisa/>>. Acesso em: 17 jun.2018.

VARANDA, A. P. M.; BOCAYUVA, P.C.C. **Tecnologia Social, Autogestão e Economia Solidária**. Rio de Janeiro: FASE/Ippur/Lastro/UFRJ, 2009.

VENTURA, M. M. O Estudo de Caso como modalidade de Pesquisa. **Revista SOCERJ**. Rio de Janeiro, 2007; 20(5): 383-386. Disponível em: <[http://www.rbconline.org.br/wp-content/uploads/a2007\\_v20\\_n05\\_art10.pdf](http://www.rbconline.org.br/wp-content/uploads/a2007_v20_n05_art10.pdf)>. Acesso em: 06 set. 2017.

VERARDO, L. Construindo autogestão e parceria solidária. In: MELLO, S.L. **Economia solidária e autogestão**: encontros internacionais. São Paulo: NESOL-USP, ITCP-USP, PW, 2005.

WELLEN, H. A. R. Contribuição à crítica da 'Economia Solidária'. **Rev. Katálisis**.

Florianópolis v. 11 n. 1 p. 105-115 jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v11n1/10.pdf>>. Acesso em: 25 maio 2017.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ZHOURI, A.; OLIVEIRA, R. Desenvolvimento, Conflitos Sociais e Violência no Brasil Rural: o caso das usinas hidrelétricas. **Ambiente & Sociedade**. Campinas v. x, n.2. p. 119-135. jul./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v10n2/a08v10n2>>. Acesso em: 27 jul. 2017.

## ANEXO A – ACESSO À DOCUMENTAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS CATADORES DE DIAMANTINA



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI**  
**PRO-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO JK – Alto da Jacuba  
CEP: 39.100-000 – DIAMANTINA-MG  
TELEFONE: (38) 3532-1284 – FAX: (38) 3531-1811

Ofício s/nº

Diamantina, 11 de novembro de 2016.

A Sua Excelência o Senhor  
Sérgio Cavalcanti Gonçalves  
Secretário Municipal de Meio Ambiente  
Prefeitura Municipal de Diamantina  
Rua da Glória- nº394, Centro  
39.100-000 – Diamantina.MG

*Para Chefe de Gabinete,*  
*AUTORIZO O ACESSO AOS*  
*DOCS. SOLICITADOS DA ACAD.*  
*Dia, 06/12/2016.*

Assunto: Acesso a documentação da Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Diamantina

*Assinatura*  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE**  
**MEIO AMBIENTE**  
Diamantina-MG - CEP: 39.100-000

Senhor Secretário,

1. Venho por meio deste, solicitar o acesso à documentação da Associação dos Catadores de Diamantina, tendo já em vista o consentimento da referida, com o propósito de consulta à documentação objetivando no auxílio do desenvolvimento de um projeto de pesquisa intitulado de: Catadores de Materiais Recicláveis: Protagonistas de uma cidadania emergente no cenário do Alto do Jequitinhonha, apresentado ao Programa de Pós-graduação em Ciências Humanas da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri- UFVJM. Parte de uma análise do projeto de pesquisa em desenvolvimento no Mestrado Profissional Interdisciplinar em Ciências Humanas- MPICH. O objetivo da pesquisa consiste em diagnosticar, a partir de um estudo de caso, a situação da associação dos catadores de materiais recicláveis de Diamantina/MG, para tal propósito vê-se necessária a consulta à documentação da Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Diamantina. No intuito de viabilizar a pesquisa e ter uma melhor análise do referido processo.

Respeitosamente,

Laís Naiara Alves Ferreira  
Mestranda do Mestrado Profissional Interdisciplinar em Ciências Humanas- MPICH da  
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri-UFVJM.

Campus I e Reitoria: Rua da Glória, nº 187 - Centro / CEP: 39100-000 Diamantina -MG -Brasil / PABX: (38) 3531-1811  
Campus II: Rodovia MGT 367- km 583, nº 5000 – Alto da Jacuba / CEP: 39100-000 Diamantina-MG-Brasil / PABX: (38) 3532-1200 Campus Avançado do Mucuri: Av. Dr. Luiz Boali Porto Salman, s/nº - Ipiranga / CEP: 39801-000 Teófilo Otoni-  
MG-Brasil / PABX: (33) 3522-6037